



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Maria de Fátima Moura de Carvalho

**OBRA, EXPRESSÃO, MANIFESTAÇÃO E ITEM NAS
FRBR, RDA E BIBFRAME**

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, orientada pela Professora Doutora Maria da Graça Melo Simões, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Janeiro de 2019

FACULDADE DE LETRAS

OBRA, EXPRESSÃO, MANIFESTAÇÃO E ITEM NAS FRBR, RDA E BIBFRAME

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Obra, Expressão, Manifestação e Item nas FRBR, RDA e BIBFRAME
Autora	Maria de Fátima Moura de Carvalho
Orientadores	Maria da Graça de Melo Simões António Fernando Tavares Lopes
Júri	Presidente: Doutora Maria Cristina Vieira Freitas Vogais: 1. Doutora Luciana Souza Gracioso 2. Doutora Maria da Graça de Melo Simões
Identificação do Curso	2º Ciclo em Ciência da Informação
Área científica	Ciência da Informação
Data da defesa	01-fevereiro-2019
Classificação	19 valores



UNIVERSIDADE D
COIMBRA
U

“BIBFRAME works as a bridge between
the description component and open web discovery”

Eric Miller

Dedico este trabalho a:

Aos meus 3 M's: Maria João, Mané e Mário.

Agradecimentos

À minha amiga e orientadora Graça Simões por todo o apoio e incentivo na concretização deste mestrado.

Ao Dr. Tavares Lopes pela ajuda na escolha do tema e apoio concedido.

RESUMO

Nos catálogos bibliográficos realizam-se pesquisas que recuperam os documentos presentes num fundo. As pesquisas através de motores de busca apresentam-nos recursos ilimitados, mas nem sempre fiáveis. Esta dissertação pretende, através de uma obra existente nos catálogos da Universidade de Coimbra, a obra “Amor de Perdição” de Camilo Castelo Branco, comparar o conceito de obra no catálogo Millennium e o conceito de obra no modelo BIBFRAME.

Para cumprir o objetivo deste estudo foi efetuada uma revisão da literatura sobre catálogos bibliográficos, as FRBR, o RDA e o BIBFRAME. Foram contextualizados no âmbito histórico e analisados os conceitos de obra, expressão, manifestação e item nas FRBR e RDA e os conceitos de obra, instância e item no BIBFRAME. Apresentou-se ainda um estudo de caso com o intuito de entender se o conceito de obra está presente nos registos bibliográficos da base Millennium. Fez-se também a comparação do conceito de obra no modelo BIBFRAME e do conceito de obra no catálogo Millennium. Seguidamente compararam-se os conceitos de instância e item no modelo BIBFRAME e as descrições bibliográficas na base Millennium; compararam-se as relações obra-autor-assunto no modelo BIBFRAME e na Base Millennium. Verificou-se por fim se existem ligações da obra “Amor de Perdição” na Web semântica e na base Millennium.

Conclui-se que no modelo BIBFRAME está presente o conceito de obra, mas nos registos bibliográficos da base Millennium esse conceito de obra ainda é inexistente. Além disto, os conceitos de instância e item correspondem à descrição bibliográfica e registo de exemplar na base Millennium. Constatou-se também que as relações obra-autor-assunto existem no modelo BIBFRAME e que por outro lado na base Millennium existe a relação obra-assunto, mas não a relação obra-autor. Por último, as ligações Web no modelo BIBFRAME existem e são uma das razões de ser da utilização destes modelos e na base Millennium não existem ligações Web.

Palavras-chave: Catálogo Bibliográfico, FRBR, RDA, BIBFRAME, obra.

ABSTRACT

Work, expression, manifestation and item in FRBR, RDA and BIBFRAME

In the current bibliographic catalogs, we carry out searches that retrieve the documents present in a fund. Searches through search engines present us with unlimited but not always reliable resources. This dissertation intends through a work existing in the catalogs of the University of Coimbra, the Work "Amor de Perdição" by Camilo Castelo Branco, compare the concept of Work in the Millennium catalog and the concept of Work in the BIBFRAME model.

To achieve the objective of this study, a review of literature on bibliographic catalogs, FRBR, RDA and BIBFRAME was carried out. The concepts of Work, Expression, Manifestation and Item in the FRBR and RDA and the concepts of Work, Instance and Item in BIBFRAME were analyzed and were contextualized in the historical context.

A case study was also presented to understand whether the concept of Work is present in the bibliographical records of the Millennium Catalog. The concept of Work was compared in the BIBFRAME model and the concept of Work in the Millennium Catalog. Next we compared the concepts of Instance and Item in the BIBFRAME model and the bibliographic descriptions in the Millennium Catalog. Comparison of author-subject relations in the BIBFRAME and Millennium Catalog models. It was also verified if there were links to the Work "Amor de Perdição" in the Semantic Web and the Millennium Catalog.

We conclude that in the BIBFRAME model the concept of Work is present, but in the bibliographical records of the Millennium Catalog this concept of Work is not present.

Furthermore, the concepts of Instance and Item correspond to the bibliographic description and registration of the sample in the Millennium Catalog. Also, work-author-subject relationships exist in the BIBFRAME model whereas at the Millennium Catalog, there is the work-subject relationship, but not the work-author relationship.

Finally, Web links in the BIBFRAME model exist and are one of the reasons for using these models. At the Millennium Catalog, there are no Web links.

Keywords: bibliographic catalogs, FRBR, RDA, BIBFRAME, Work.

ÍNDICE

RESUMO	4
ABSTRACT	5
ÍNDICE	6
Siglas	8
Introdução.....	10
Parte I – Quadro teórico: caracterização concetual das noções de catálogos bibliográficos, conceito de obra nas FRBR, RDA e BIBFRAME	13
1.1 Catálogos bibliográficos.....	14
1.2 Noção de obra: contextualização histórica.....	18
1.3 FRBR: Functional Requirements of Bibliographic Records.....	27
1.3.1 Entidades das FRBR: Obra, Expressão, Manifestação e Item	33
1.4 RDA: Resource, Description and Access	41
1.4.1. As noções de obra, expressão, manifestação e item no RDA	48
1.5 BIBFRAME : Bibliographic Framework.....	52
1.5.1 O problema que pretende resolver	52
1.5.2. O contexto concetual e de operacionalidade: a web semântica	53
1.5.3. A proposta de modelo	56
Parte II: Estudo empírico: uma obra e as suas ligações na WEB semântica.....	69
2.1 Objetivos	70
2.2 Metodologia	70
2.2.1 Obra de Camilo Castelo Branco – Amor de Perdição (Breve descrição, do autor, a sua obra e em particular a obra Amor de Perdição).	72
2.2.2 Caracterização do catálogo Millennium e a sua função no Sistema Integrado das bibliotecas da Universidade de Coimbra.....	74
2.2.3 Recolha de dados.....	76
3: Análise dos conceitos: obra, instância e item no BIBFRAME; obra, registo bibliográfico e registo de exemplar no Millennium.	78
3.1 Comparação do conceito de obra no BIBFRAME e obra no Millennium.....	78
3.1.1 Obra no BIBFRAME	78
3.1.2 Obra no Millennium	80
3.2 Comparação do conceito de instância e item no BIBFRAME e registo bibliográfico e registo de exemplar no Millennium	81
3.2.1 Instância e item no BIBFRAME	81
3.2.2 Registos bibliográficos e registos de exemplar no Millennium	85

3.3 Relação obra-autor-assunto no BIBFRAME e Catálogo Millennium	86
3.3.1 Relação obra-autor-assunto no BIBFRAME.....	86
a) Relação obra com autor.....	86
b) Relação obra-assunto	88
3.3.2 Relação obra-autor-assunto no Millennium	90
a) Relação obra-autor	90
b) Relação obra-assunto	92
3.4 Apontar as ligações da obra “Amor de Perdição” na WEB.	93
4. Apresentação e discussão dos resultados: conceitos de obra, instância e item no BIBFRAME e obra, registo bibliográfico e registo de exemplar no Millennium.....	95
4.1 Obra no BIBFRAME e Millennium.....	95
4.2 Instância e item no BIBFRAME e descrição bibliográfica e registo de exemplar	96
4.3 Relação obra-autor-assunto no BIBFRAME e registos Millennium	97
4.4 Relação da obra “Amor de Perdição” na WEB.....	97
Conclusão	99
BIBLIOGRAFIA.....	103

Siglas

AARC2 - Anglo American Cataloguing Rules 2nd edition

BIBFRAME – Bibliographic Framework Transition Initiative

CC: DA - Committee on Cataloging: Description and Access

CD-ROM - Compact Disc Read-Only Memory

DVD – Digital Video Disk

FRAD – Functional Requirements for Authority Data

FRBR – Functional Requirements for Bibliographic Requirements

FRSAD – Functional Requirements for Subject Authority Data

GARE - Guidelines for Authority and Reference Entries

IEEE/LOM - Institute of Electrical and Electronics Engineers / Learning Object Metadata

IFLA – International Federation of Library Association

ISBD – International Standard Book Description

LC -Library of Congress

MARC – Machine Readable Cataloguing

OCLC – Online Computer Library Center

OPAC – Online Public Access Catalog

RDA – Resource Description and Access

RDF – Resource Description Framework

SIB.UC – Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra

SPARQL – Simple Protocol and Resource Description Framework Query Language

UBCIM – IFLA Core Program for Universal Bibliographic Control and International Marc

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations

UNIMARC – Universal Machine Readable Cataloguing

URI – Universal Uniform Identifiers

URL – Uniform Resource Locator

VIAF – Virtual International Authority File

WWW – World Wide Web

XML – Extensible Markup Language

Introdução

A Web é um grande repositório de informação que tem várias origens e cujas ligações entre dados atingem cada vez maior relevância. Há interesse que os registos bibliográficos criados pelas bibliotecas estejam também acessíveis na Web. No entanto, os catálogos bibliográficos funcionam ainda de uma forma tradicional. Podemos fazer pesquisas por autor, título, assunto, classificação, coleções, datas, etc., replicando aquilo que era efetuado pelas tradicionais fichas bibliográficas, mas em vez de percorrermos manualmente essas fichas podemos recorrer ao Web Opac e ter acesso aos catálogos de qualquer parte do mundo através da Internet. Do ponto de vista intelectual a pesquisa é semelhante a maior parte das bibliotecas ainda não evoluiu para a replicação das pesquisas que se podem efetuar num motor de pesquisa, como seja por exemplo o Google.

Do mesmo modo, quanto ao tratamento dos fundos das bibliotecas e embora tenhamos evoluído para a introdução dos registos em computador, que em Portugal se iniciou nos anos oitenta do século XX, verificou-se uma evolução lenta e pouco significativa, no que respeita às práticas de catalogação. Usam-se as Regras Portuguesas de Catalogação para a criação dos pontos de acesso por autores e as ISBD (International Standard Book Description) na Descrição Bibliográfica (nas bibliotecas da Universidade de Coimbra utiliza-se a edição consolidada desde 2015). Na maioria das bibliotecas portuguesas utiliza-se o UNIMARC como formato de introdução de dados em computador. Na Universidade de Coimbra utiliza-se o Marc 21, o formato usado pela Library of Congress. Pelo exposto, pode referir-se que a nível catalográfico se evoluiu pouco em Portugal, mas, não obstante, a nível mundial os documentos relacionados com a catalogação foram surgindo: podemos mencionar as FRBR (Functional Requirements of Bibliographic Records) que teve a primeira edição em 1998 e foi traduzida e editada em Portugal pela Biblioteca Nacional em 2008, como primeiro grande passo na mudança do paradigma dos fundamentos teóricos relativos à catalogação. Em 2013 foi implementado o RDA (Resource, Description and Access) desenvolvidas pela Library of Congress para substituir as AACR2 (Anglo American Cataloguing Rules 2) e que já incorporam as FRBR. Tentando substituir o Marc 21 a Library of Congress procurou desenvolver um formato de dados ligados que é o BIBFRAME, um projeto iniciado em 2011 e que ainda se encontra em desenvolvimento.

A atividade por mim desenvolvida ao longo de vinte e cinco anos de trabalho na área de Catalogação de Monografias da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, no tratamento dos fundos bibliográficos, assim como a atenção dedicada ao tema, concorreu para um estudo de índole teórico-metodológico, cujo propósito se manifesta num maior entendimento das questões abordadas. Coloca-se, o desafio de tentar perceber como é que a utilização dos dados ligados pode ser um avanço no universo do tratamento catalográfico de modo a melhorar uma prática que se quer fundamentada e consistente.

Apontamos, por isso, como objetivo geral desta dissertação: entender num recurso existente nos catálogos bibliográficos das bibliotecas da Universidade de Coimbra, neste caso a obra “Amor de Perdição” de Camilo Castelo Branco, como se apresenta o conceito de “obra” em comparação com o conceito de obra num modelo de dados ligados, como seja ao BIBFRAME. Como objetivos específicos:

- a) Fazer a comparação do conceito de obra no BIBFRAME e conceito de obra no Millennium;
- b) Efetuar a comparação do conceito de instância e item no BIBFRAME e de descrição bibliográfica e registo de exemplar no Millennium;
- c) Comparar as relações obra-autor-assunto no BIBFRAME e Millennium;
- d) Perceber as ligações da obra “Amor de Perdição na Web Semântica.

Para dar cumprimento aos objetivos optou-se por uma abordagem qualitativa desenvolvida em duas fases: revisão da literatura e estudo de caso.

Na primeira fase construiu-se uma base teórica com abordagem dos principais tópicos de forma a suportar o estudo de caso. No ponto 1.1 abordou-se o tema dos catálogos bibliográficos desde o aparecimento na Antiguidade até aos catálogos digitais atuais, com recurso predominante à obra “Catalogación de Monografias Impresas”. O ponto 1.2 trata da noção de “obra”, que surge com Thomas Hyde até ao conceito de obra nos documentos teóricos que vamos abordar nos pontos seguintes. No ponto 1.3 estudamos as FRBR, como surgiram em 1992, o desenvolvimento e discussão nos vários seminários da área de Catalogação da IFLA. Aborda-se ainda de forma detalhada no ponto 1.3.1 os conceitos chave de obra, manifestação, expressão e item presentes nas FRBR. Usámos a edição portuguesa dos próprios “Requisitos Funcionais dos Registos Bibliográficos”. No ponto 1.4 ocupamo-nos do RDA: em que consiste, como surgiu e expomos no ponto 1.4.1 os conceitos de obra, manifestação, expressão e item no contexto do RDA. No ponto 1.5

apresentamos o BIBFRAME: contextualização do seu aparecimento, conceito de dados ligados no âmbito da Web Semântica e os conceitos essenciais no BIBFRAME: obra, instância e item. Para esta apresentação foram usados os documentos do Sítio do BIBFRAME da Library of Congress.

Na segunda parte da dissertação apresenta-se o estudo de caso, em que nos propomos estabelecer o conceito de obra, instância e item no BIBFRAME em comparação com o conceito de obra no catálogo Millennium através da utilização da obra “Amor de Perdição” de Camilo Castelo Branco. No ponto 2.2 apresentamos a metodologia seguida e procuramos fazer uma contextualização da obra escolhida e do seu autor. No ponto 2.2.2 fazemos a caracterização do catálogo Millennium. No ponto 2.2.3 a metodologia de recolha dos dados. No ponto 3 através da utilização de quadros e fluxogramas faz-se a representação dos conceitos de obra, instância e item no BIBFRAME, conceito de obra, descrição bibliográfica e registo de exemplar no Millennium, relação obra-autor-assunto no BIBFRAME e Millennium; apontamos as possíveis ligações da obra “Amor de Perdição” na Web. No ponto 4 fazemos a apresentação e discussão dos resultados apresentados no ponto 3. Finalmente apresentamos as conclusões do estudo de caso.

Parte I – Quadro teórico: caracterização concetual das noções de catálogos bibliográficos, conceito de obra nas FRBR, RDA e BIBFRAME

1.1 Catálogos bibliográficos

Segundo a *Encyclopedia of Library and Information Science* um catálogo bibliográfico é: uma lista de livros contida numa determinada biblioteca, é uma lista completa e não seletiva. (Hanson & Daily, 1970, p. 242).

Encontramos na obra “Catalogación de Monografias Impresas” uma outra definição de catálogo bibliográfico: “um catálogo de uma biblioteca é um conjunto organizado de registos bibliográficos, criados segundo normas uniformes e sob controlo de autoridade e que representam os fundos de uma ou várias coleções” (Spedalieri, 2007, pp. 26–27). A coleção representada pelo catálogo pode pertencer a uma biblioteca ou a várias, sendo contudo, da mesma instituição. Atualmente, a tendência é para que se formem consórcios de bibliotecas que partilham o mesmo catálogo, como é o caso do catálogo da Universidade de Coimbra que é partilhado por todas as bibliotecas desta Universidade. O catálogo serve, do ponto de vista do utilizador, para aceder à coleção da biblioteca e do ponto de vista do bibliotecário para fazer o inventário da coleção. É objetivo do catálogo identificar e recuperar os recursos que contém a informação que o utilizador necessita. Ao longo dos séculos as funções de identificação, reunião e avaliação dos catálogos foram evoluindo de acordo com as necessidades dos utilizadores.

O conhecimento que temos dos catálogos na Antiguidade revelam-nos que eram semelhantes aos catálogos tradicionais: uma lista dos livros pertencentes a uma biblioteca particular e a sua localização, tal como se observava no século VII a.C. em Nínive e em Edfu no Egito (século III e II a.C.). A Biblioteca da Alexandria (século III a.C.) teria um catálogo compilado por Calímaco de que restaram apenas alguns fragmentos de uma lista de livros. Nas bibliotecas gregas as primeiras palavras do texto serviam de título da obra e o autor por vezes também era citado. O conceito de autoria foi a maior contribuição da cultura grega para a história das bibliotecas. Por outro lado, na época dos romanos não se avançou muito no que diz respeito aos catálogos. Era feita uma divisão das obras dos gregos e obras latinas, por exemplo. Existiam duas variedades de catálogos: os classificados pela ordem das prateleiras e as listas bibliográficas ordenadas pelos autores.

Nos séculos em que a Igreja Católica se foi implementando e expandindo a sua influência no mundo ocidental não conduziu a grandes alterações, no que diz respeito aos catálogos, apenas na incorporação das novas obras dos Padres da Igreja. Desde o século VI até ao

século XV as bibliotecas com maior número de obras estavam incorporadas nos mosteiros. As listas de livros eram estabelecidas pela importância das obras com precedência da Bíblia e outras obras religiosas, os livros profanos em último.

Os livros impressos levaram a modificações na organização bibliográfica. Surgem as coleções particulares de livros e bibliotecas pertencentes às Universidades e a partir do século XV a organização das listas de livros começa a alterar-se lentamente. A organização por assunto ainda é dominante, contudo emerge a organização por índices de autor. No século XVI a principal novidade deu-se no acesso às listas de obras com múltiplos índices. O século XVII apresenta um número considerável de bibliotecas, relativamente aos séculos anteriores, no entanto, o propósito dos catálogos não se modificou substancialmente. Surge o Bodleian Catalogue em 1674, um catálogo organizado pelo apelido do autor e palavra de ordem do título para as obras anónimas. O século XVIII foi uma época de consolidação de procedimentos, mais do que inovação. Em 1791 aparece o Código francês, a maior contribuição para os procedimentos de catalogação. O catálogo ainda é elaborado por assunto, por tamanho ou por autor. A ordem cronológica do autor é frequente nos catálogos em vez da ordenação alfabética, dependendo muito do tamanho do catálogo. Recorre-se à inversão da forma do nome do autor. No início do século XIX ainda existem vestígios de o catálogo ser um inventário. Nalgumas bibliotecas o catálogo é ainda considerado como uma listagem, noutros catálogos como o da Bodleian Library considera-se o catálogo alfabético como uma lista com índices de autores reunindo os títulos do mesmo autor e com as obras anónimas a entrar pelo título. Observa-se desta forma a reunião de unidades literárias. É nesta época que surgem também os catálogos dicionários impressos.

Em 1841 Anthony Panizzi, bibliotecário do British Museum publicou a obra “Rules for the Compilation of the Catalog” onde redigiu um conjunto de regras para compilação de um novo catálogo do Museu. Este catálogo devia permitir a rápida e fácil localização dos recursos bibliográficos. Com este autor surgem os objetivos do catálogo.

Em 1876 Charles Cutter na obra “Rules for a Dictionary Catalog” (1904, p. 12) aponta como objetivos de um catálogo, o seguinte:

1º permitir que uma pessoa encontre um livro de que conhece ou o autor, ou o título, ou o assunto;

2º mostrar o que a biblioteca tem de um determinado autor, sobre um determinado assunto ou sobre um determinado tipo de literatura;

3º ajudar na escolha de um livro pela edição (bibliograficamente) ou pelas suas características (literárias ou temas).

No século XX assistimos até 1941 à aplicação das práticas tradicionais, a partir desta data observa-se uma reavaliação e renascimento das práticas catalográficas. (Hanson & Daily, 1970)

Ao longo do século XX surgem autores que vão refletir sobre o catálogo, no que respeita às suas regras de elaboração e sobre as suas funções, entre os quais destaca-se Seymour Lubetzky em 1960, nos Estados Unidos, que preconiza relativamente ao catálogo o seguinte: “dever ser um registo dos materiais de uma biblioteca, das obras que eles representam ou de ambos”.

Depois nos "Princípios de Paris" de 1961 (The International Conference on Cataloguing Principles, 1961, p. 1), cuja redação foi em muito influenciada por Lubetzky: refere-se que: "O catálogo deve ser um instrumento eficiente para determinar:

2.1 se a biblioteca contém determinado livro caracterizado por a) seu autor e título; ou b) se o autor não figura no livro, somente o título, ou c) um substituto adequado, quando tanto o autor e título não são conhecidos ou são inadequados,

2.2 a) Obras de um determinado autor existem, e b) edições de uma determinada obra na biblioteca”.

Nesta conferência é também apresentada a estrutura do catálogo, a qual deve conter no mínimo uma entrada para cada livro catalogado e mais do que uma entrada sempre que se justifique necessário para o interesse dos leitores. (The International Conference on Cataloguing Principles, 1961)

A "Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação" de 2009, apresenta os objetivos e funções dos catálogos, referindo que o catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao utilizador encontrar recursos bibliográficos numa coleção como resultado de uma pesquisa; para tal deve recorrer a atributos e relações entre os recursos. Neste sentido, menciona no ponto 2: os princípios gerais, o princípio determinante na construção dos códigos de catalogação deve ser a conveniência do

utilizador, as decisões relativas à descrição e as formas controladas dos nomes para acesso devem ocorrer tendo em conta o utilizador" (Associations & Angeles, 2009).

O catálogo cumpre a função de avaliação de um recurso bibliográfico enunciado nos Princípios de Catalogação de 2009 através dos elementos que compõem o registo bibliográfico, ou seja, através dos elementos da descrição o utilizador pode saber as características do recurso e dessa forma selecionar esse recurso. A função de navegação num catálogo é importante para o utilizador através da forma como se apresentam os registos bibliográficos e da sua organização no catálogo. Deve facilitar-se a movimentação entre registos e para isso os novos catálogos devem estabelecer relações entre obras e expressões e manifestações. (Spedalieri, 2007).

Nas bibliotecas existiam vários tipos de catálogos: os catálogos inventário, catálogos de autores e catálogos de assunto. Os catálogos inventário estão relacionados com o carácter administrativo da biblioteca, que necessita saber os recursos que a biblioteca detém, a data de entrada e a forma de aquisição. Existiam também catálogos topográficos que refletiam a ordem pelo qual os recursos estavam arrumados nas prateleiras. Os catálogos de autoridade eram em instrumento importante para o bibliotecário pois permitiam localizar os recursos sempre pela mesma forma, por exemplo os autores com diferentes formas do nome estariam reunidos numa mesma forma do nome e seriam estabelecidas relações entre as formas não utilizadas (remissivas). Existiam também catálogo de autoridades para os assuntos.

Quanto ao suporte físico os catálogos podem classificar-se como catálogos impressos, catálogos em fichas, catálogos produzidos por computador e catálogos em linha.

Os catálogos impressos em forma de livro foram usados até ao século XIX, contudo, só as grandes bibliotecas os possuíam por serem caros e se desatualizarem rapidamente.

Os catálogos em fichas eram compostos por fichas de tamanho normalizado (7,5x12,5 cm) que se incorporavam num ficheiro. As fichas eram inicialmente feitas à mão depois datilografadas em máquinas. Com o surgimento dos computadores estas começaram a ser produzidas por eles. Estes catálogos foram os mais utilizados ao longo do século XX.

Os catálogos produzidos por computador são a primeira forma de automatização. A informação bibliográfica é introduzida em computadores, mas os formatos de saída são em diferentes suportes: no início catálogos impressos, depois microfichas, CD-ROMs,

etc. Estes são atualizados periodicamente, mas não permitem a consulta em linha. Nunca tiveram grande difusão.

Nos catálogos em linha os registos armazenam-se na memória do computador e consultam-se diretamente através de um terminal. A visualização dos registos corresponde à pesquisa efetuada. Esse catálogo chama-se OPAC (Online Public Access Catalog). Até 1990 os catálogos em linha eram caros e desenhados para grandes computadores, só as grandes bibliotecas podiam pagar estes sistemas. Depois começaram a desenhar-se sistemas para serem usados em computadores de qualquer tamanho o que concorreu para menores custos. Os catálogos em linha tornam-se então preferenciais nas bibliotecas. Contudo, os catálogos em fichas ainda subsistem, sendo necessária a sua conversão para meios informáticos.

Os catálogos em linha tornaram desnecessários os catálogos inventários, topográficos e de autoridade. O catálogo responde a todas estas funções de carácter administrativo da biblioteca, além de responder às interrogações do utilizador. (Spedalieri, 2007).

O catálogo bibliográfico deve ser de fácil utilização e atualização, fácil de usar para o utilizador, que pesquisa e recupera os recursos de que necessita. A atualização automática do catálogo simplifica o trabalho dos responsáveis pela introdução dos dados e o utilizador tem sempre disponível o acesso aos documentos mais recentes recebidos na biblioteca.

1.2 Noção de obra: contextualização histórica

A definição de obra é o conceito chave deste trabalho, como tal torna-se necessário apresentar a evolução desta noção, contextualizando-a e relevando o seu posicionamento ao longo da história da catalogação bibliográfica.

O conceito de obra surgiu em 1674 com Thomas Hyde, no seu catálogo para a Bodleian Library Hyde, quando registou as obras de um autor sob uma única forma do nome, com remissivas das formas variantes do nome para a forma eleita. Relativamente às obras que poderiam aparecer sob diferentes títulos ele usou uma única representação do título. No entanto não usou o termo “obra”, este termo aparecerá apenas mais tarde. A contribuição

de Thomas Hyde manifesta-se na tentativa de fazer um catálogo em que as diversas formas dos nomes e títulos fossem harmonizadas. (Smiraglia, 2001)

Na linha temporal seguinte surge António Panizzi, em 1841 na British Library. Era da opinião que um catálogo não pode ser apenas uma lista de livros e que o leitor, entre todas as obras que a biblioteca dispõe, deve poder escolher a que mais lhe convém, identificando o conteúdo intelectual do item. Este conceito de conteúdo intelectual corresponde ao termo “obra”, embora ainda não definido claramente por Panizzi.

No seguimento de Panizzi surge Charles Jewett, bibliotecário no Smithsonian Institute em 1853 e depois na Boston Public Library em 1858. Jewett era da opinião de que um leitor deveria poder escolher entre várias edições de uma obra e essa possibilidade devia estar refletida no catálogo.

Charles Cutter em 1876, na sua obra “Rules for a Printed Dictionary Catalogue” e no seguimento do pensamento de Jewett e Panizzi, manifesta também estas ideias, usando indiscriminadamente os termos “livro” e “obra”. Com base no seu pensamento podemos referir que Cutter considera traduções, comentários e edições equiparadas com a criação intelectual original ou “texto”. Refere-se implicitamente ao conceito quando diz que o objeto do catálogo é assistir à escolha do livro e da sua edição (bibliograficamente falando). (Svenonius, 2001).

Julia Pettee em 1936 introduziu o termo “unidade literária”. Segundo ela o bibliotecário devia distinguir entre livro físico e o seu papel representativo como unidade literária. O catálogo devia reunir unidades literárias sob um simples cabeçalho independentemente das várias formas como aparece. Pettee não dá as definições de “obra” e “edição”, mas distingue entre unidade literária e unidade bibliográfica. Podendo inferir-se que unidade literária corresponde ao conceito de “obra”.

Ranganathan mais conhecido pela conceção da Colon Classification, define, também conceitos do universo da catalogação. Assim, em 1971, na obra “Heading and Canons” (Ranganathan, 1971, p. 26) apresenta a definição de obra. Segundo este autor obra é: o pensamento expresso, por oposição ao documento que é o pensamento incorporado. O registo de uma obra em papel ou outro material é feito para ser fisicamente manipulado, transportado através de espaço e preservado ao longo do tempo.

Eva Verona, no seguimento de Pettee e Ranganathan, define o conceito de unidade bibliográfica e unidade literária em 1959. Para Verona unidade literária é um grupo de obras relacionadas (isto é, originais, edições, traduções, adaptações, etc.). A unidade bibliográfica é o item que o catalogador tem na mão. Antes do século XX não havia necessidade de criar uma entrada comum para as várias edições de uma obra, pois as bibliotecas não eram encorajadas a ter mais do que uma edição ou cópia de cada unidade literária. Só a partir de 1950 a questão de reunir unidades bibliográficas se colocou (Smiraglia, 2001). Verona na sua comunicação na “International Conference on Cataloguing Principles” em Paris 1961, refere que há inconsistência na utilização do termo “livro”, que é usado tanto por Cutter como pela American Library Association, podendo significar obra ou outras vezes edição. Em códigos alemães usa-se “schrift”, “werk” e “buch”, nos códigos italianos “libro” e “scritto”, sendo estes termos adotados indiscriminadamente. Verona faz a distinção entre termos como “livro” ou “publicação” ou “unidade bibliográfica” e por outro lado entre “obra” e “unidade literária”. Refere ainda que os livros (no sentido de publicação) são representações físicas de obras, e que o interesse do utilizador não é a publicação, mas a obra representada por ela. Dá maior importância à obra do que ao livro. (The International Conference on Cataloguing Principles, 1961)

Lubetzky lembra a importância do conceito de “obra”. De acordo com este autor, o catálogo serve não apenas para reunir descrições bibliográficas, mas também ter um conjunto de entradas de versões de uma obra, e estabelece a importância das relações bibliográficas. Este autor refere ainda que o “livro” é um objeto material, mas usado para transmitir a obra intelectual do autor. Numa comunicação que apresentou na Conferência dos Princípios de Paris, defende que a obra é uma entidade intelectual que pode assumir muitas formas físicas. Cada entidade bibliográfica que aparece num catálogo é na verdade a representação dessa entidade intelectual. O livro físico não pode ser equiparado à obra que contém. Podem haver outros livros físicos que apresentam a mesma obra de forma equivalente ou apenas ligeiramente diferente. Neste sentido, pode inferir-se que Lubetzky preconiza duas componentes na noção de “obra”:

- a) obra abstrata do autor;
- b) diferentes formas, edições e traduções que representam a obra de forma variada.

Neste caso o título uniforme seria uma forma de reunir todas as obras sob um mesmo cabeçalho e servir como controlo das obras, de forma a reunir as diversas representações. (Smiraglia, 2001)

Tanto Lubetzky como Verona concordam que o primeiro objetivo do catálogo é a rápida localização de um livro; o segundo recuperar todas as edições, traduções de uma dada obra que exista na biblioteca e o terceiro recuperar todas as obras de um determinado autor que existam na biblioteca. Com base nos objetivos mencionados pode intuir-se que um catálogo designado para responder ao primeiro objetivo está vocacionado para recuperar o livro individual, contudo um catálogo designado para o segundo objetivo terá como ênfase a obra.

Verona entende que o principal objetivo do utilizador ao procurar no catálogo é encontrar livros. Neste caso as Entradas Principais devem focar-se na localização de livros, colocando na entrada principal o autor do livro que estamos a tratar, remetendo para as entradas secundárias (added entries), todas as informações adicionais.

Já Lubetzky argumenta que o catálogo deve privilegiar a obra, pois o utilizador que procura um catálogo por nome e título está interessado não numa edição particular, mas na obra representada por ela. É da opinião que sobcarregar o catálogo com entradas secundárias de edições e traduções é inútil, na medida que prejudica o carácter sistemático da estrutura do catálogo e muitas vezes provoca confusões no utilizador.

No relatório final da Conferência de Paris em 1961 (A. H. Chaplin, 1963, p. 112) surge a primeira definição formal de "obra" (antes da imprensa): é qualquer expressão de pensamento, em linguagem, símbolos ou outro qualquer meio para registo e comunicação. Define-se também a noção de "versão e "adaptação". Relativamente à primeira entende-se: uma das várias formas intelectuais assumidas pela mesma obra (pode ser um texto original e suas traduções, ou vários textos numa língua baseada na mesma obra original); a segunda, "adaptação", entende-se uma obra reescrita ou apresentada noutra forma intelectual para servir diferentes propósitos da versão original ou convertida noutra forma literária. Com base nas definições inferem-se três importantes ideias:

- a) a "obra" é vista como uma entidade intelectual;
- b) a "obra" pode aparecer em várias versões ou representações (por exemplo edições ou traduções);

c) a "obra" pode ser adaptada, as adaptações são versões de segunda geração da obra original.

Em 1968, Patrick Wilson debruça-se também sobre o conceito de "obra". Para este autor, quando um homem escreve uma carta a um amigo, um poema, um relatório de uma investigação, constrói um objeto linguístico, uma sequência de palavras, símbolos escritos normalmente numa página, e desta maneira compôs ou inventou uma "obra". Registou palavras segundo uma certa ordem, produziu um texto. Ele não pode ter produzido uma obra, sem ter produzido um texto e não pode ter produzido um texto, sem produzir um exemplar transitório ou definitivo do texto. No entanto, obra e texto, não são equivalentes, a obra produzida não é o texto produzido, nem o texto produzido é o exemplar produzido. Para Wilson a sua definição de "obra": é um grupo ou família de textos e, para um texto ser considerado um texto de uma obra particular é a mesma coisa do que ser membro de uma certa família. A produção de uma obra não é claramente a escrita de todos os membros da família, mas antes o início de uma família. Não é possível ter uma regra para distinguir os textos de uma obra daqueles que não pertencem à obra. Pode haver traduções livres, paráfrases, rearranjos, etc. No caso das traduções Wilson refere que se torna difícil saber se as versões modificadas de uma obra, são uma nova obra ou se se trata da mesma obra. Para Wilson enquanto houver uma boa razão para distinguir obra de texto, temos que reconhecer que o conceito de "obra" é ainda muito vago. (Wilson, 1968)

Em 1974 Akós Domenovsky, citada por Smiraglia (2001, p. 25), apresenta uma nova definição de obra. Para este autor, obra são todos os objetos elementares registados no catálogo, as partes integrais não-materiais da versão original de um texto, de coleções de textos ou outros conteúdos documentais, ou versão revista, alargada, abreviada, adaptada, da versão original, na própria língua do original ou numa tradução. Domenovsky aponta as várias componentes de uma "obra":

- 1) componentes com conteúdo idêntico, mas com outras formas físicas;
- 2) texto original e traduções;
- 3) reedições de um texto, ampliadas por autores, sem ser o autor original;

4) edições revistas, preparadas por pessoa sem ser o autor principal, mas no caso em que a modificação seja tão grande que desapareça o autor principal, nesse caso consideramos uma nova obra;

5) edições separadas de partes autónomas de uma obra.

Em 1981 Michael Carpenter numa obra relativa às coletividades como autor, refere que existem muitos problemas de terminologia. "Livro" e "Obra" são usados vagamente e de forma indiscriminada gerando grande confusão. Carpenter entende que Cutter já tinha as noções estabelecidas de obra e livro na sua mente, contudo não usou a terminologia consistentemente. Carpenter vai adotar as seguintes definições:

Livro – usado para objetos físicos particulares, códices encadernados, por exemplo.

Obra- não é sinónimo de livro. Obra pode ser um protótipo de edições variadas e pode também existir em vários textos. Por exemplo, a tradução de uma obra produz um novo texto, que na maior parte das situações é também um texto da mesma obra. Por outro lado, o mesmo texto pode ser adaptado por diferentes grupos e num certo sentido torna-se em duas obras diferentes (Carpenter, 1981, p. 118)

Em 1987 Patrick Wilson na conferência "Conceptual Foundations of Descriptive Cataloguing", apresentou uma hierarquia de elementos que constituem uma obra. Para este autor, qualquer texto constitui a representação da sua obra, porque representa a combinação do conteúdo das ideias e o conteúdo semântico. A obra pode ser o progenitor. Uma família de obras pode incluir várias instâncias:

1. Traduções - Wilson considera que são obras diferentes, pois o conteúdo das ideias é o mesmo, mas o conteúdo semântico é diferente.
2. Edições são manifestações da obra progenitora porque o conteúdo das ideias e semântico permanece o mesmo.
3. Obras dependentes que tem só a relação das ideias igual ao progenitor, mas pertencem à mesma família de obras.
4. Derivações, tem o conteúdo das ideias comum ao progenitor, mas conteúdo semântico diferente. (Smiraglia, 2001, pp. 29–30)

Ainda segundo Smiraglia (2001), os autores Edward O'Neill e Diane Vizine Goetz na sua teoria apresentam uma hierarquia estruturada cujo primeiro elemento é a obra. Para estes

autores "obra" é um conjunto de textos relacionados, com origem e conteúdo comum. "Livro" é o objeto concreto e físico, e obra é abstrato e intelectual. Na sua teoria tentaram estabelecer quão diferente uma nova manifestação tem de ser para se considerar uma nova obra. Deve existir uma fonte comum do qual todos os textos derivam, essa é a "obra". Para ser manifestação de uma obra implica que tenha associação com o autor e o conteúdo comum.

Barbara Tillett define "obra" como sendo o conteúdo intelectual abstrato incorporado num item. Refere ainda, segundo Smiraglia (2001, p. 38) haver imprecisão na terminologia no campo do controlo bibliográfico.

Anabela Lapa (1990, p. 7) define livro da seguinte forma:

"...as funções atribuídas ao catálogo de autores e títulos informa-nos, ainda que de uma forma genérica, em que se cifra cada um desses serviços. Consistem eles em veicular informação sobre três aspectos distintos de um livro, a saber: um livro como entidade discreta, um produto dicotómico constituído por um lado material e um lado intelectual; um livro como manifestação de uma obra particular e ainda um livro como elemento constituinte da produção de um autor particular."

Esta autora refere as várias funções de um catálogo, assim como o livro pode responder a cada uma delas (p. 13): "...na perspectiva da primeira função, os livros manifestam uma mesma obra ou se apresentam como entidades que possuem uma mesma génese intelectual, que manifestam os mesmos lados intelectuais, mais não serão, portanto, do que objectos que possuem lados intelectuais distintos. Apesar de poder existir alguma relação entre os constituintes intelectuais de tais objectos, a primeira função não torna isso aparente já que um objecto dessa função não possui qualquer afinidade intelectual com os demais seja ela, -repetimo-lo de conteúdo intelectual ou de origem intelectual. Assim se conclui que, na perspectiva da primeira função, aquilo que interessará enfatizar num livro mais não será do que o seu lado material e não o seu lado intelectual."

Pelo contrário a segunda função do catálogo é segundo Anabela Lapa, puramente intelectual (p. 14): "... Diversamente da primeira, a segunda função tem como objectivo veicular informação sobre todos os objectos da primeira que possuam um mesmo conteúdo intelectual, isto é, sobre livros que manifestam uma mesma obra. O seu objecto é pois um objecto desligado dos veículos materiais que o manifestam. Muito embora ele

surja sempre ligado aos veículos materiais através dos quais se precipita, não aparece confinado a nenhum deles em particular, podendo materializar-se simultaneamente em vários. A existência desse objecto é independente de cada uma das suas materializações, de qualquer um dos livros que o contenham."

Embora as suas provas sejam sobre as funções do catálogo a autora aborda os conceito de obra e manifestação de forma inédita no nosso país: o livro na sua materialização e a obra o objeto intelectual. Não existem muitas obras em língua portuguesa a abordar os conceitos básicos de biblioteconomia. (Lapa, 1990)

Para Richard Smiraglia (2001) "obra" é o conteúdo intelectual da entidade bibliográfica, qualquer obra tem duas propriedades: a primeira é que as proposições expressas formam o conteúdo ideacional, a segunda é a expressão dessas proposições, que pode ser normalmente um conjunto particular de cordas linguísticas (ou musicais, etc.) que formam o conteúdo semântico. Qualquer alteração quer no conteúdo semântico quer no ideacional irá constituir uma nova obra, no entanto, relacionadas. Smiraglia (2001) define também família bibliográfica, que será todo o conjunto de obras derivadas de um progenitor comum. Refere ainda que o modelo entidade-relação, adotado pelas FRBR é um modelo das bases de dados e que relaciona as obras umas com as outras, em famílias bibliográficas.

Referido por Smiraglia (2001, pp. 42–43) Martha Yee apresenta três categorias em relação aos materiais bibliográficos:

Manifestação - conjunto de todos os itens que representam a mesma obra e que não diferem em conteúdo intelectual e artístico.

Título da manifestação - o conjunto de todos os itens que representam a mesma manifestação da mesma obra e que tem fontes de informação chave idênticas.

Quase equivalente – o conjunto de todos os itens que representam a mesma manifestação da mesma obra e que tem idêntica informação de distribuição e características físicas.

Martha Yee chegou a esta conclusão ao analisar os registos bibliográficos de filmes. O catalogador faz muitas vezes registos bibliográficos diferentes com base em pequenas diferenças físicas, o que prova distorções na pesquisa que se manifestam em imprecisões e deficiência na pertinência nos resultados da mesma. A grande diversidade de entidades

provocada pela variabilidade nos exemplares, nomeadamente no universo das imagens em movimento, concorre para esta situação.

Ainda Yee, em 1995, e segundo refere Smiraglia (2001, p. 45) sugeriu a seguinte definição de obra - produto de atividade intelectual ou artística de pessoa ou pessoas ou um grupo com ou sem nome, expresso de uma forma particular. Esta autora considera que uma obra tem um título e pode encontrar-se sozinha numa publicação, contudo o seu título pode mudar e isso não a transforma necessariamente numa nova obra. Pensemos no caso de uma tradução, o título numa outra língua é diferente, mas continua a ser a mesma obra. Também a pessoa ou grupo responsável pela obra pode mudar, sem que necessariamente se transforme numa nova obra. Podemos considerar dois itens como a mesma obra se considerarmos que os utilizadores podem entender esses itens como a mesma obra. Contudo, Yee preconiza que não se deve considerar a mesma obra se a atividade artística ou intelectual mudou de forma a adaptá-la a um novo meio ou expressão (por exemplo transformar um romance num filme ou vice-versa, escrever um romance a partir de um filme).

Segundo Svenonius (2001) obra é uma entidade abstrata, um conceito platónico. Consiste num conjunto de informação delimitada, um conteúdo intelectual ou artístico. No domínio operacional, a obra é um conjunto de documentos que têm em comum conterem a mesma informação. Svenonius refere que no caso do material livro a obra pode ser definida como o conjunto de todos os documentos que são cópias ou equivalentes de um documento particular ou relacionado com este por revisão, atualização, reduções, ampliações ou traduções. A obra pode ser identificada, por exemplo tendo o mesmo autor e título, ou por ser a transformação do documento original. É difícil determinar quando dois documentos são suficientemente parecidos para pertencerem ao mesmo conjunto de obras. A formação de conjuntos de obras é o protótipo de organização da informação, pois reúne num local todos os documentos que contenham a mesma informação. As bases de dados têm duas funções muito importantes: em primeiro a visualização dos documentos e em segundo fazer ligações entre entidades relacionadas. São importantes estas ligações e poderiam ser replicadas no universo bibliográfico. (Svenonius, 2001)

Na revisão de 2005 da 2ª edição das AACR na regra 0.24 dá-se a primazia ao nível do item físico e não à obra, como pode observar-se na citação que se segue:

“...é importante realçar todos os aspetos do item que está a ser descrito, incluindo o seu conteúdo, invólucro, o seu tipo de publicação, as suas relações bibliográficas e se está publicado ou não; em qualquer área da descrição devem ser descritos todos os aspetos relevantes; como regra geral o catalogador deve seguir regras mais específicas aplicáveis ao item, quando diferirem das regras gerais”.

Já em 1997 o “Joint Steering Committee for revision of AACR” tinha solicitado que se fizesse a revisão desta regra, de forma a dar a primazia ao conteúdo intelectual em vez do formato físico. A comunidade que se dedica ao estudo da catalogação começa a entender a importância da centralidade da “obra” como objeto de recuperação para os utilizadores (Smiraglia, 2001).

O conceito de obra é retomado nas FRBR, RDA e BIBFRAME e apresenta-se de seguida.

1.3 FRBR: Functional Requirements of Bibliographic Records

A história dos catálogos bibliográficos mostra que os registos bibliográficos foram usados desde tempos antigos, como descrição de recursos colecionados pelas bibliotecas e arquivos. No entanto, com o aparecimento das novas tecnologias estes registos além dos seus propósitos descritivos e da sua natureza artificial têm de ser legíveis pelas máquinas. O Seminário sobre Registos Bibliográficos realizado em Estocolmo em 1990 (IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records, 2008), organizado pela Divisão de Controlo Bibliográfico da IFLA (International Federation of Library Association), em cooperação com a UNESCO e a UBCIM (IFLA Core Programme for Universal Bibliographic Control and International Marc) teve como objetivo o Controlo Bibliográfico Universal e como principais temas de discussão: os custos crescentes da catalogação, a necessidade de simplificar os registos bibliográficos, a partilha de registos para evitar duplicações, a multiplicidade de formatos, uso das regras de catalogação em ambiente eletrónico e as necessidades dos utilizadores. O registo bibliográfico discutido ao longo do Seminário envolvia não apenas os elementos descritivos, mas também os pontos de acesso e outros elementos “organizativos” (como por exemplo classificação ou cota). Chegou-se à conclusão que o registo deveria ter um

nível mínimo de funcionalidade e requisitos básicos, para serem menos onerosos para as Agências Bibliográficas Nacionais, contudo sem esquecer as necessidades do utilizador.

Neste Seminário, relativamente a este ponto, chegou-se à conclusão que seria necessário manter o controlo bibliográfico, continuar a promover a partilha de dados bibliográficos para todos os tipos de materiais e ter em conta o ambiente bibliográfico on-line. Os participantes concordaram que era necessário um estudo internacional sobre requisitos funcionais de registos bibliográficos. Neste contexto foi criado o “Study Group on Functional Requirements for Bibliographic Records” sob a direção do “Standing Committee on the Section on Cataloguing”. Este grupo funcionou entre 1991-1992 e teve seis membros e quatro consultores, sendo os membros oriundos da Seção de Catalogação, da Indexação e da Classificação. Em caso de necessidade eram convidados especialistas em várias áreas. Como resultado dos estudos foi produzido um relatório em 1992: “Terms of reference for a Study of the Functional Requirements for Bibliographic Records”, (Madison, 2005) no qual se apresenta um estado da situação. Entre os pontos considerados no referido relatório salientam-se: a necessidade de saber qual a informação imprescindível num registo bibliográfico para responder às necessidades do utilizador; o facto de os registos bibliográficos terem múltiplas utilizações; funcionarem para os vários meios e formatos nas bases de dados, estando aptos a suportar aplicações diversas, desde aquisições até à preservação; servirem utilizadores com diferentes expectativas e necessidades. Releva-se o facto de este relatório referir que estes requisitos deveriam ser desenvolvidos e levar à revisão de normas catalográficas, diretrizes e códigos de catalogação. Neste sentido, foi apresentado aos membros do grupo as várias tarefas que deveriam desenvolver, tal como observado em Madison: (2005, pp. 36–37)

- 1º Determinar as funções completas do registo bibliográfico;
- 2º Desenvolver a estrutura das entidades que são importantes para o utilizador e as relações que se estabelecem entre entidades;
- 3º Definir para cada entidade da estrutura as funções que o registo bibliográfico deve realizar;
- 4º Identificar os atributos chave de cada entidade ou relações, para que as funções fossem desempenhadas, considerando-se que os atributos deveriam dizer respeito especificamente aos meios e formatos do item bibliográfico;

5º Considerou-se ainda que, adicionalmente, as Agências Bibliográficas Nacionais devem estabelecer o nível básico de funcionalidade das entidades da estrutura e as funções que são relevantes para cada entidade.

Em setembro de 1992 em Nova Deli foram aprovados os “Terms of Reference” com uma mudança: adicionou-se a entidade assunto. Os requisitos funcionais eram apenas para os registos bibliográficos e não incluíam os registos de autoridades, por duas razões: a) entendeu-se ser mais fácil chegar a um consenso internacional considerando-se apenas o registo bibliográfico, dado o facto de as ISBD’s, terem sido adotadas a nível internacional, enquanto o controle de autoridades é ainda feito com base em regras nacionais; b) considerou-se ser mais conveniente testar o modelo entidade-relação num universo mais restrito. (Madison, 2005).

O Grupo de Trabalho apresentou comunicações nas duas conferências anuais da IFLA em Barcelona e em Havana, nos anos de, 1993 e 1994, respetivamente. Ao longo do tempo o estudo preliminar foi-se aperfeiçoando. Os atributos, ou sejam as características iniciais de cada entidade foram baseados nas ISBD’s e nas GARE (Guidelines for Authority and Reference Entries) e recorreram também a bibliografia de biblioteconomia e especialistas da área de forma a identificar atributos adicionais ou dados associados a cada entidade. Em 1996 foi enviado um relatório preliminar a todos os membros do Grupo de Catalogação da IFLA que ficou disponível no sítio da IFLA para ser sujeito a comentários e alterações. O relatório reuniu quarenta respostas de dezasseis países, tendo sido a maior parte dos comentários de apoio ao modelo definido no relatório. Alguns dos comentários diziam respeito à definição dos termos, metodologia, organização e conclusões relacionadas com os tipos específicos de materiais; outros referiam ser necessário mais exemplos das entidades e das suas relações, mencionavam a necessidade de incluir exemplos relativos a materiais diferentes de livros de modo que o modelo atingisse todos os formatos; e uma melhor explicação das regras e dos limites do modelo. Observou-se ainda a preocupação relativamente ao sector dos Recursos Contínuos, pois não se sabia se o modelo lidava bem com este tipo de Recursos. No relatório final, foram tidas em consideração todas estas objeções pelo “Study Group”.

O relatório foi aprovado em 1997 no meeting de Copenhaga, tendo sido publicado pela editora K.G. Saur e também disponibilizado em linha no sítio da IFLA.

O “Standind Committee” divulgou estes Requisitos Funcionais no seio da comunidade de profissionais e estudantes de Ciências da Informação e procurou que o nível mínimo fosse adotado pelas Agências Bibliográficas Nacionais. Neste processo de aprovação dos Requisitos houve questões importantes que foram analisadas de forma particular. A primeira questão foi saber das necessidades do utilizador. Decidiram os membros do Grupo tomarem a seu cargo a resposta a essas necessidades. A categoria de utilizadores integra investigadores, estudantes, pessoal que trabalha em bibliotecas, editores e livreiros. As tarefas que estes utilizadores querem ver respondidas são: encontrar informação, verificar citações, visualizar e recuperar a informação, gestão das aquisições, catalogação, indexação e resumos, gestão de inventários, circulação, empréstimo interbibliotecas, preservação, referências, etc. A segunda questão foi a adoção do modelo Entidade-Relação. Este modelo além de ser usual nas bases de dados, também apresenta particularidades de não estar associado a nenhum sistema específico e ser independente de qualquer definição em particular.(Madison, 2005).

Da família dos Requisitos Funcionais surgem em 2009 os FRAD (Functional Requirements for Authority Data) e em 2010 os FRSAD (Functional Requirements for Subject Authority Data). O “Standind Committee” tentou harmonizar os três modelos dos Requisitos Funcionais. As reuniões preparatórias para esse efeito começaram em 2010 e estenderam-se até 2016 quando surge o FRBR – Library Reference Model. Este modelo é a junção dos FRBR, do FRAD e do FRSAD.

Nas FRBR as tarefas básicas do utilizador encontram-se bem delineadas. Interessa referir, que tais propósitos não são novidade, pois já Charles Cutter em 1876 na obra “Rules for a Dictionary Catalog” as infere, como objetivo de um catálogo. São ainda apresentados nos “Princípio de Paris” e nos “Princípios Internacionais de Catalogação” de 2009, conforme referido anteriormente.

Segundo refere Coyle (2016), para Wilson existem duas funções do catálogo: a primeira é a descrição de livros, chamado controlo bibliográfico e a segunda é a apreciação dos textos. Era característico da bibliografia escolar, apresentando os livros recomendados, por exemplo. Esta apreciação é contra a tradição biblioteconómica, no entanto pode ser um dos objetivos do utilizador, que é informado acerca dos “bons” livros. A popularidade atual de sites como Goodreads pode indicar que os utilizadores estão interessados nestas análises. A análise de Wilson é um presságio da pesquisa e capacidade de recuperação da

Internet. Os motores de busca nalguns casos dão o acesso ao texto e se esses textos forem avaliados os utilizadores apreciarão ainda mais este acesso. Se os motores de busca dessem apenas o autor e título o universo Web seria mais pobre. Por vezes ocorrem erros nas pesquisas, mas a falha no catálogo das bibliotecas ocorre devido à limitação na pesquisa. (Coyle, 2016)

Nos Requisitos Funcionais, permanecem as quatro tarefas básicas para o utilizador, já descritas anteriormente. Na primeira versão havia uma quinta tarefa, depois abandonada que era a função de relacionamento: relacionar uma entidade com outra ou navegar o universo de entidades representadas num ficheiro bibliográfico ou base de dados.

As entidades presentes nas FRBR encontram-se agrupadas em três grandes grupos:

- 1) O primeiro grupo representa produtos intelectuais ou artísticos: obra, expressão, manifestação e item.
- 2) O segundo grupo representa os que são responsáveis pelos produtos intelectuais, artísticos ou custodiais do primeiro grupo: pessoas ou coletividades.
- 3) O terceiro grupo representa os assuntos das obras: conceitos, objetos, acontecimentos ou locais. Em determinados casos as entidades do grupo 1 e 2 podem também ser considerados assunto.

Na discussão para a versão final dos Requisitos as entidades do Grupo 1 foram o principal ponto em debate. Desde os relatórios preliminares até aos relatórios finais estas entidades alteraram-se substancialmente. Em 1993 propunham-se seis entidades: superobra, obra, versão, edição, item e parte componente. Em 1995 também seis entidades, mas com nomes diferentes: agregado, obra, representação, produto, meio e item. Nestas duas propostas a primeira entidade, num caso superobra e no outro agregado, representam um grupo ou coleção que junta duas ou mais entidades individuais. Mas foram sendo feitas modificações, principalmente tendo em consideração os contributos da Biblioteca do Congresso. As entidades foram reduzidas a quatro, tendo a representação passado a ser expressão e o enfoque foi dado no conteúdo intelectual ou artístico. (Madison, 2005)

Os Requisitos Funcionais apareceram nos anos 90, com a necessidade de implementar o controlo bibliográfico num ambiente de mudança do universo impresso para o digital. O

mais importante era facilitar o acesso ao conteúdo e não ao meio. Face à diversidade do perfil dos utilizadores era preciso ter em conta as suas necessidades particulares. As relações que se vieram a estabelecer entre entidades concorreram para enriquecer o acesso à informação. Este estudo levado a cabo pela IFLA teve um profundo impacto nas teorias bibliográficas internacionais, nas práticas de tratamento bibliográfico e nas normas a sua publicação. As FRBR promoveram uma estrutura e terminologia comum. Nas ISBD's teve impacto ao determinar claramente os dados obrigatórios e os opcionais. Teve também influência no processo de revisão das AACR. A entidade obra do Grupo 1 era aquela que se encontrava menos explícita nas AACR. Esta revisão levou à adoção das RDA.

O primeiro objetivo das FRBR consiste em providenciar um enquadramento claramente definido e estruturado para relacionar os dados que constam nos registos bibliográficos com as necessidades do utilizador desses registos. Isto é, definir qual a informação que o registo deve fornecer e o que se espera obter como resposta às necessidades do utilizador.

O segundo objetivo prende-se em recomendar um nível mínimo de funcionalidade para registos criados pelas agências bibliográficas nacionais. Adotando um registo bibliográfico com um nível básico de elementos as agências bibliográficas nacionais poderiam fazer um controle de custos. O tratamento das publicações por pessoal altamente especializado torna-se bastante caro, nomeadamente com o seu crescimento exponencial. Surgiu desde sempre a necessidade de controlar os custos que este tratamento exige e as FRBR vieram colocar este problema como um objetivo.

Assim, pode afirmar-se que os objetivos das FRBR são identificar as funções desempenhadas pelos registos bibliográficos em relação aos diversos suportes, às diversas aplicações e às diversas necessidades do utilizador. Para a sua exequibilidade o modelo aponta as entidades, os atributos e as relações. (IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records, 2008)

De acordo com os “Requisitos Funcionais dos Registos Bibliográficos” (2008, p. 27) entende-se por entidades os objetos chave de interesse para os utilizadores e são divididos em três grupos: o primeiro grupo são os produtos de atividade intelectual ou artística obra, expressão, manifestação e item; o segundo grupo são as entidades responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico das entidades do primeiro grupo e são pessoa e coletividade; o terceiro grupo de entidades servem de assunto às atividades intelectuais

ou artísticas e são conceito, objeto, evento e lugar. As entidades neste modelo têm uma série de características ou atributos, através dos quais os utilizadores fazem pesquisas e interpretam as respostas. Os atributos podem ser inerentes a uma entidade, como por exemplo as características físicas, ou podem ser atributos imputados externamente, como por exemplo um número de um catálogo temático.(2008, p. 47). Entende-se por relações os laços que se estabelecem entre as entidades e têm como meio ajudar o utilizador a “navegar” pelo universo que está representado numa bibliografia, catálogo ou base de dados bibliográficos. Tais relações ajudam o utilizador a estabelecer conexões entre a entidade encontrada e outras entidades que se lhe referem.(2008, p. 75)

1.3.1 Entidades das FRBR: Obra, Expressão, Manifestação e Item

Obra

O presente estudo, tem como objetivo o estudo das entidades do 1º grupo, as quais dizem respeito aos produtos de atividade intelectual ou artísticos descritos nos registos bibliográficos e representam os vários aspetos do interesse do utilizador.

Estas entidades são definidas nas FRBR do seguinte modo: Obra é uma entidade abstrata. Não há um objeto material que se possa chamar obra. É a criação intelectual que está subjacente a todas as diferentes expressões da obra.

As definições de obra permitem dar nome a uma criação abstrata intelectual ou artística, para assim estabelecer as relações com as expressões individuais. A obra permite agrupar várias expressões. Muitas vezes falamos de livro querendo dizer “obra” que tem um grau de abstração de nível superior, o conteúdo concetual que está subjacente a todas as versões linguísticas, seja o original ou a tradução algo que o autor reconhece como seu, mesmo que seja uma tradução japonesa e o autor não fale japonês e não possa ser responsabilizado pelo texto japonês. (Le Boeuf, 2003)

Nas FRBR Library Reference Model (2016) no conceito de “obra” entende-se que é um objeto concetual e não existe nenhum objeto material que possa ser identificado como obra. A essência da “obra” é a constelação de conceitos e ideias que formam o conteúdo partilhado daquilo que definimos como expressões da mesma obra. Uma “obra” começa

a existir simultaneamente com a criação da sua primeira expressão, nenhuma “obra” pode existir sem que haja (ou tenha havido no passado) pelo menos uma expressão da “obra”.

Como exemplos de “obra” temos Odisseia de Homero, “Anatomy of the Human Body” de Henry Gray, “The art of the fuge” de J. S. Bach, Microsoft Excel ou The Dewey Classification. (Riva, Le Boeuf, & Žumer, 2016, p. 13)

Da revisão da literatura efetuada há concordância nos seguintes aspetos:

- i) “Obra” é um conceito abstrato;
- ii) “Obra” é uma nova síntese de conhecimento que consiste no conteúdo ideacional e semântico;
- iii) Uma vez expressa a obra pode tomar grande variedade de manifestações físicas;
- iv) Ao longo do tempo as realizações de uma obra podem mudar no conteúdo ideacional ou semântico ou ambos;
- v) O grau de mudança no conteúdo ideacional e semântico determina quando se trata de uma nova obra;
- vi) Relações entre obras são complexas, mas uma taxonomia de relações pode ser visível para se tornar explícito no processo da recuperação da informação.

Do exposto ficou claro que o conceito de “obra” nas FRBR encontra-se bem explícito. É uma entidade abstrata que representa o trabalho intelectual ou artístico. Este conceito tem óbvias implicações nos registos bibliográficos. O utilizador está mais interessado na “obra” de qualquer formato físico. Ao estabelecermos no catálogo qual a “obra” do autor, podemos disponibilizar as várias versões que existem no catálogo, logo num primeiro acesso, sem que seja preciso percorrer vários registos. Se se pensar num catálogo em que existam ligações entre diversas “obras” a riqueza de relações é muito importante para o utilizador. Pode descobrir obras complementares acerca do autor que pesquisa, traduções da sua obra, formatos físicos diversos e outras expressões artísticas ou intelectuais relacionadas com a obra objeto da investigação.

Expressão

A segunda entidade definida no modelo FRBR é “expressão”. Entende-se por este conceito a realização intelectual ou artística de uma obra na forma de notação

alfanumérica, musical ou coreográfica, som, imagem, objeto, movimento, etc., ou qualquer combinação de tais formas. É a forma intelectual ou artística que a obra assume quando é realizada. Os aspetos físicos estão excluídos da entidade expressão e quaisquer alterações na forma da expressão resultam numa nova expressão.

Podem-se descrever os atributos dessa expressão e determinar se as diferenças desses atributos podem assinalar diferenças no conteúdo intelectual ou artístico. Ao definir-se expressão como entidade podem-se estabelecer relações entre expressões da mesma obra. (IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records, 2008)

Nas “Diretrizes para registos de autoridade e referências” (GARE) o conceito de expressão é definido do seguinte modo: realização intelectual ou artística de uma obra, numa forma de notação alfanumérica, musical ou coreográfica, de som, imagem, objeto, movimento, etc., ou qualquer combinação de tais formas. Tal definição, corresponde exatamente à definição apresentada pelas FRBR. (IFLA, 2004)

Para Spedalieri (2007) a entidade abstrata obra, realizou-se noutra entidade também abstrata, a expressão. Cada vez que uma obra se realiza toma uma forma específica e essa forma é a expressão. Uma expressão de Hamlet é o texto conhecido como “Segundo quarto” que apresenta diferenças com outro texto conhecido como “First Folio”. As edições posteriores basearam-se numa ou noutra das expressões desta obra. A entidade expressão pode ser observada com maior clareza no caso das traduções: um texto em espanhol de Hamlet é uma expressão da obra, diferente das expressões em inglês e também das outras traduções espanholas, que apresentam variações nos termos utilizados e por isso são expressões diferentes. Ao contrário de uma obra que se pode manifestar em diferentes expressões uma expressão corresponde sempre a uma obra.

Também Le Boeuf (2003) refere a imprecisão terminológica. Defende, neste sentido, uma maior precisão. Quando mencionamos “livro” podemos estar a referir-nos a uma das quatro entidades descritas nas FRBR. Em relação a “expressão” o autor refere que quando nos questionamos sobre “Quem escreveu aquele livro?”, no senso comum livro pode ser um texto específico ou o conteúdo intelectual da publicação e neste caso as FRBR chamam-lhe expressão (Le Boeuf, 2003, p. 41).

Nas FRBR Library Reference Model (2016) menciona-se que "expressão" é a constelação distinta de sinais de qualquer forma ou natureza que pretende transmitir conteúdo artístico

ou intelectual e identificável como tal. "Expressão" é uma entidade abstrata diferente do involucro usado para o registar. Torna-se importante perceber quando se trata de uma nova expressão. Na maior parte dos casos com pequenas variações podemos considerar a mesma expressão. Noutros casos, como por exemplo nos manuscritos mais raros, qualquer variação pode ser vista como uma nova expressão. Como exemplos de expressões podemos referir: tradução inglesa da Odisseia de Homero de Robert Fagles, a tradução inglesa da Odisseia de Homero de Richmond Lattimore; edição inglesa da Dewey Decimal Classification e a tradução francesa da mesma classificação. (Riva et al., 2016)

Torna-se claro, após as várias definições o que se entende por expressão. É a efetivação real da obra considerada por um autor. Continua a ser uma abstração, mas manifestada de forma a ser percebida pelo leitor de um livro, um ouvinte de uma música ou espectador de um filme. Pode ser importante para o utilizador do catálogo ter a possibilidade de ter acesso a todas as expressões da obra que lhe interessa. Pode por exemplo: escolher língua e tipo de meio que mais lhe interessa ou a que tem acesso. Se não souber japonês não pode escolher a expressão em língua japonesa.

Manifestação

A terceira entidade do modelo FRBR é a "manifestação". Conforme é definido nas FRBR (IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records, 2008, pp. 36–37) a "manifestação" é a materialização física de uma obra. Abrange um vasto leque de materiais, incluindo livros, recursos contínuos, mapas, cartazes, registos sonoros, filmes, registos vídeos, CD-ROM, multimédia, etc.

A manifestação representa todos os objetos que têm as mesmas características tanto no que diz respeito ao conteúdo físico como intelectual.

Quando a obra é realizada, a expressão da obra pode ser fisicamente apresentada num suporte como papel, fita áudio, vídeo, tela, gesso, etc. A materialização física é a manifestação da obra. Nalguns casos pode haver apenas uma materialização física da obra, por exemplo se estamos em presença de um manuscrito de autor, ou de uma tela pintada. Em determinadas situações existem várias cópias dessa materialização física que são importantes para a disseminação pública. Nesses casos pode haver um produtor formal envolvido. Noutras circunstâncias o processo de produção é mais limitado, por

exemplo: uma cópia de uma gravação original de uma peça de música. Contudo, quer no caso de a produção ser limitada ou mais ampla estamos sempre perante uma manifestação. Todas as cópias produzidas que fazem parte do mesmo conjunto são consideradas cópias da mesma manifestação.

Como se poderá saber se estamos perante uma nova manifestação? Tal observa-se quando existe alteração no formato físico e assim, neste caso, estamos perante uma nova manifestação. As alterações no formato físico incluem modificações que afetam as características físicas da apresentação e incluem por exemplo alterações no desenho gráfico, no suporte físico e no contentor. Também existem alterações no editor, produtor, distribuidor, etc. Caso ocorram estas modificações pode considerar-se o produto resultante uma nova manifestação.

Quando o conteúdo intelectual ou artístico é afetado, como no caso de modificações, supressões ou adições, etc., o resultado é uma nova manifestação de uma nova expressão de uma obra.

As alterações ocorridas depois do término do processo de produção, como por exemplo, a falta de uma página, uma reencadernação, não concorrem para uma nova manifestação, sendo considerados nestes casos um novo item, todas estas características estão estabelecidas nas FRBR. (IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records, 2008)

A terceira entidade definida pela FRBR – a manifestação é uma entidade concreta e Spadaliéri (2007) define-a da seguinte forma: é a corporização física da expressão de uma obra. Compreende uma gama muito ampla de suportes físicos: impressos, manuscritos, mapas, etc. Uma manifestação compreende o conjunto de objetos que partilham todas as suas características no momento da produção. Em alguns casos trata-se apenas de um objeto, por exemplo um manuscrito; noutros será um conjunto de objetos, por exemplo todos os exemplares da edição específica de Hamlet, publicada pela Editorial Losada, como parte da sua Biblioteca Clássica e Contemporânea, edição de 2005 e com o ISBN específico. (Spadaliéri, 2007, p. 56)

De acordo com a GARE (IFLA, 2004, p. 5) manifestação é a materialização física de uma obra.

Segundo Le Boeuf (Le Boeuf, 2003, p. 41) quando se designa um objeto por "livro" também se pode dizer "publicação". Quando se vai a uma livraria e se pede uma publicação identificada pelo ISBN a cópia particular não significa nada para quem pede, desde que faça parte da classe geral de cópias que se pretenda e que as páginas não estejam em falta. Nestes casos a FRBR chama-lhe "manifestação".

De acordo com o “Dictionary for Library and Information Science” manifestação é definida nas FRBR como o resultado de um simples ato de materialização/produção de uma expressão específica de uma obra criativa, por exemplo uma edição de um dos textos variantes de uma obra literária (edição de 1993 da Yale University Press de Hamlet) ou o registo de uma atuação de uma obra musical (registo de 1998 da West Side Story lançada pela Sony/Columbia em disco compacto). A manifestação consiste em todos os objetos físicos (itens) que possuem as mesmas características em relação ao conteúdo intelectual ou artístico e formato físico, normalmente produzem-se múltiplas cópias para distribuição comercial. Contudo, para algumas expressões pode haver apenas um único exemplar, como no caso de registos de arquivos de história oral, manuscrito de autor ou um livro único de um artista.(ABC-Clio, n.d.)

No Library Reference Model define-se “manifestação” como o conjunto de todos os suportes que assumimos que reúnem as mesmas características de conteúdo intelectual ou artístico e os aspetos de forma física. Este conjunto é definido pelo conteúdo geral e pelo plano de produção para o suporte ou suportes. A especificação do processo de produção é uma parte intrínsecas da manifestação. A produção pode ser explicitamente planeada para ser feita ao longo de algum tempo, como no caso por exemplo das impressões a pedido. A produção pode envolver aspetos que não estão diretamente sob controlo do produtor, como seja o caso de meios de armazenamento digital, em que o ficheiro online é descarregado pelo utilizador. O processo de produção pode também ser industrial ou artesanal.

Como exemplo podemos mencionar a Odisseia de Homero traduzida com uma introdução por Richard Lattimore, edição publicada na Coleção Perennial, pela editora Harper & Row com o ISBN 0-06-090479-8; Odisseia de Homero traduzida por Robert Fagles, da coleção Penguin Classics, edição Deluxe editada pelo Penguin Books em 1997 com o ISBN 0-670-892162-4. (Riva et al., 2016, pp. 16–17)

Quando se fala em manifestação está-se no domínio das entidades com existência física. Se a "obra" e "expressão" estão no domínio do conteúdo intelectual ou artístico quando se fala em manifestação passa-se para o domínio do concreto do que é palpável.

O utilizador pode escolher o tipo de meio que lhe interessa aceder ou o tipo de meio que consegue ter acesso. Uma manifestação em forma de recurso eletrónico só é acessível se tiver um dispositivo informático que lho permita consultar este tipo de recurso. Se tal não for possível, não poderá optar pela manifestação de recurso eletrónico e terá de escolher por exemplo o recurso impresso.

Nos nossos catálogos bibliográficos continuamos a tratar todos os documentos que chegam às bibliotecas ao nível da manifestação. Face ao exposto, entende-se que tal facto é observado pelo tratamento que se faz para cada nova impressão. O conteúdo intelectual é o mesmo, só muda a referência à data de impressão. Da mesma forma se foi recebido um documento em papel e o mesmo documento em CD-ROM, com exatamente o mesmo conteúdo só muda o tipo de meio, deverá ser feito um novo registo bibliográfico?

Idealmente, segundo as FRBR deveria ser feito um registo bibliográfico para cada nova "obra" ou "manifestação", permitindo reunir sob o mesmo registo as várias expressões e itens.

Item

A quarta entidade definida pelas FRBR (2008) é "Item". É a unidade individual da manifestação; a entidade concreta. Normalmente trata-se de um objeto físico individual (um exemplar de uma monografia num só volume, uma cassete áudio única, etc.). O item poderá, contudo, ser constituído por mais do que um objeto individual, por exemplo: uma monografia publicada em dois volumes, encadernados separadamente, uma gravação publicada em três discos compactos.

Em termos de conteúdo intelectual e forma física, o item que é exemplo de uma manifestação, é normalmente a própria manifestação. No entanto podem observar-se variações no exemplar que poderão ocorrer posteriormente à intervenção do produtor da manifestação, como é o caso de um exemplar danificado ou de uma encadernação produzida numa biblioteca, etc.

Ao definir-se item pode identificar-se individualmente as manifestações e descrever as particularidades únicas desse exemplar individual. Desta forma também se pode estabelecer relações entre exemplares individuais da manifestação. (IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records, 2008)

Spedalieri (2007) refere que o item é o exemplar individual da manifestação. É o objeto físico, no caso de um livro, é o conjunto de folhas encadernadas juntas. Em geral é só uma unidade física, mas pode ser composto por mais do que uma, por exemplo no caso de um livro publicado em vários volumes. O item como exemplificação da manifestação é, em geral, igual à manifestação, mas pode variar entre os itens que pertencem à mesma manifestação: por exemplo o item pode ter certas marcas particulares (como um autógrafo do autor) não se comparando, nestes casos, com os outros itens da manifestação. (Spedalieri, 2007, p. 56)

GARE não apresenta uma definição para item.

Já Le Boeuf refere que quando se menciona "livro" o que temos em mente pode ser um objeto físico particular, que consiste em papel e encadernação (e pode ocasionalmente servir de cunha para a perna da mesa) a FRBR chama-lhe "item". (Le Boeuf, 2003, p. 41)

No “Dictionary for Library and Information Science” menciona-se que para as AACR2 item bibliográfico é um documento ou conjunto de documentos em qualquer formato físico (impresso ou não) a que é dada uma única descrição bibliográfica na catalogação, pelo facto de ter sido publicado, emitido, realizado ou de qualquer forma tratado como entidade particular. O glossário (ABC-Clio, n.d.) apresenta a mesma definição de item das FRBR.

No FRBR Library Reference Model (Riva et al., 2016, p. 18) define-se “item” como um objeto físico carregando sinais que resultem de um processo de produção e que pretende transmitir conteúdo intelectual ou artístico. O item pode ser um objeto físico individual ou pode incluir múltiplas peças ou objetos. O item pode ser parte de um objeto físico num disco que contém outros ficheiros, por exemplo no caso de um ficheiro armazenado num disco que contém também outros ficheiros e a parte do disco que tem esse ficheiro é o suporte físico ou item. Exemplo de item é o Codex Sinaticus ou o manuscrito conhecido como “Book of Kells”. (Riva et al., 2016, p. 18)

Concluindo podemos afirmar que o item é o objeto particular que precisamos de identificar e catalogar. O item comporta características físicas particulares que é necessário registar. Ao nível dos catálogos bibliográficos tradicionais corresponde ao registo de exemplar.

1.4 RDA: Resource, Description and Access

As Regras Anglo-Americanas foram elaboradas dando ênfase ao livro, que tem normalmente um título, autor, editor, etc. elementos facilmente identificáveis. Segundo refere Chris Oliver (2010), ao longo de todo o século XX foram surgindo novos formatos de material não-livro. As microfichas e microfilmes tornaram-se populares pois permitiam poupar espaço nas prateleiras. As AACR (Regras Anglo-Americanas) continuavam a responder a esta situação pois as microfichas ou microfilmes são livros reproduzidos. No entanto nas Bibliotecas começaram a surgir outros formatos, como cassetes áudio, filmes, discos de vinil, etc. Para catalogar estes recursos o catalogador tem que ter acesso a outro tipo de meios e visualizar ou ouvir as cassetes ou filmes. Nos anos 80 surgem os discos para armazenar documentos texto e software para os computadores pessoais. Surgem os OPAC, e os textos eletrónicos em CD-ROM, DVD para filmes. Todo o tipo de informação em novos formatos digitais. Houve uma explosão de conteúdos na World Wide Web muito importante para os estudantes e investigadores. Aos catalogadores impõe-se dar acesso a essa informação disponível fora das paredes das bibliotecas. É preciso relacionar esses recursos com outros igualmente importantes, mas as regras para os descrever foram feitas para livros e adaptam-se mal a este tipo de recursos. Embora nas AACR se possam descrever todo o tipo de materiais, existindo até um capítulo para recursos eletrónicos, é necessário percorrer vários capítulos para descrever os recursos atuais, como por exemplo um mapa on-line, para ser descrito, tem que se recorrer às regras do material cartográfico e dos recursos eletrónicos. Até 1990 as modificações nas AACR eram suficientes para responder às mudanças no universo bibliográfico. A partir de meados dos anos 90 com a proliferação de novas publicações, novos recursos eletrónicos e novos métodos de comunicação académica e criativa tornou-se evidente que apenas modificações nas AACR2 não eram suficientes.

Nas AACR o modo como se trata um recurso tem a ver com o tipo de material a que pertence, que por sua vez está ligado ao suporte físico, o que torna as AACR pouco flexíveis. As regras são baseadas na noção de item em vez do conceito de obra. As categorias em que estão divididos assentam numa mescla de tipos de conteúdo e de suportes físicos. Por exemplo a música que pode ser gravada ou notada, nas Regras Anglo-Americanas a música notada e a música gravada é tratada em capítulos diferentes, embora o conteúdo seja idêntico, segundo Knight (2009) o processo de catalogação ainda tenta atribuir características e fontes utilizadas para tratar livros e usá-las nos recursos não-livro. Mas na realidade estes não são livros, onde pudemos encontrar a página de título? Na brochura que acompanha o recurso? Na etiqueta? E são diferentes? Por exemplo no caso de conteúdos da Internet existem recursos importantes para os utilizadores, mas que não estão fisicamente na Biblioteca. Como refere ainda Knight (2009) como descrever estes recursos eletrónicos com regras vocacionadas para descrever livros? Surgem os áudios blogues, wikis, redes sociais, jornais eletrónicos, pré-prints eletrónicos, repositórios digitais institucionais, etc. Pode ser feito com as AACR, mas não resulta muito bem. Por exemplo para tratar um “podcast” ter-se-ia de recorrer a três capítulos das AACR, um para registo áudio, outro para os recursos contínuos e ainda outro para os recursos eletrónicos, tarefa demorada que concorria para um tratamento técnico oneroso. Criar novos capítulos para cada novo tipo de recurso seria a solução para as AACR, mas levaria muito tempo, tornaria a catalogação complicada e cara. A “Joint Steering Committee” organizou uma conferência em 1997 em Toronto, com o título “The International Conference on the Principles and Future Development of AACR” que iniciou a revisão das AACR. No seguimento desta conferência, o próprio “Steering Committee” mudou de nome para “Joint Steering Committee for Development of RDA” e apresentou o primeiro projeto de uma nova norma de catalogação: “Resource, Description and Access”.

Na Conferência de Toronto foi pedido aos catalogadores que dessem primazia ao suporte físico em vez do conteúdo. Isto introduziu dois problemas: o 1º é como tratar um recurso com múltiplas características; e o 2º é como lidar com conteúdos intelectuais idênticos que existem em vários suportes físicos. O “Committee on Cataloguing; Description and Access” trouxe a resolução para o 1º problema: o catalogador deve ter em conta todos os aspetos do recurso tais como o conteúdo, o suporte físico, o tipo de publicação, as relações bibliográficas e se foi ou não publicado. Em relação aos tipos de materiais diferentes o

CC:DA reconheceu que era necessário uma mudança profunda na parte 1 das AACR. A nova revisão chegou a ser chamada de AACR3, onde estariam integradas as FRBR. Havia também uma parte 3 sobre controlo de autoridade. A parte 1 teria por fim uma nova estrutura, com uma nova aproximação à classe de materiais e designação genérica de materiais, com uma diferença significativa entre tipo de conteúdo, tipo de meio e o conceito de classe de materiais.

Ainda segundo Chris Oliver (2010) estas mudanças iam na direção certa, mas não eram suficientes. Em 2005 o “Committee of Principles” e o “Joint Steering Committee” anunciaram mais mudanças. Decidiram abandonar totalmente a estrutura das AACR e adotar o modelo das FRBR. Inclusivamente o nome da Norma alterou para “Resource Description and Access” indicando o grau de mudança. Decidiu-se ainda excluir a expressão Anglo-Americanas pois pretendia-se que as regras fossem aceites a nível internacional. Era preciso dar ênfase à tarefa mais importante da catalogação: a descrição e o acesso. A nova norma foi desenhada para o mundo digital, usada para produtos em linha, para todos os tipos de conteúdos e meios. Seria compatível com normas internacionais e para uso nas bibliotecas como noutras comunidades a nível internacional: arquivistas, museus, editoras, etc.

O RDA, em vez de um capítulo para cada tipo de categoria de material, tenta conseguir um conjunto de instruções que consigam descrever qualquer tipo de recurso. Segundo Joy Anhalt e Richard Stewart (2012) o RDA tem regras e instruções que registam os atributos e relações que representam o conteúdo seja de um livro, de um “podcast” ou outro tipo de recurso que venha a aparecer no futuro. As descrições podem ser feitas por catalogadores pouco experientes ou outros criadores de metadados. O RDA foca-se no conteúdo e estabelece uma linha de separação entre dados bibliográficos e a apresentação desses dados. Os metadados podem ser criados pelo autor, editor, impressor, catalogador ou o indexador, não se encontrando associados ao recurso. Se existir uma norma comum para a criação de metadados mais facilmente se poderão capturar, transferir, etc., situação que concorre para a não duplicação de esforços na criação de metadados, estes podem ir sendo acrescentados por cada um dos criadores. Usando os dados descritivos os profissionais da ciência de informação podem focar-se mais na análise intelectual do recurso.

Em 2009 a IFLA desenvolveu esforços para desenvolver uma nova Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação e o RDA incorpora na sua génese estes Princípios. O mais importante é a conveniência do utilizador. No RDA o princípio da representação é muito importante e assim deve representar-se o que é visível, sem abreviaturas e sem correções. Regista-se a informação tal qual se encontra no recurso e passa também a usar-se uma nova terminologia. Por exemplo o cabeçalho passa a ser ponto de acesso, o cabeçalho autorizado passa a ponto de acesso autorizado, remissivo ponto de acesso variante e título uniforme a título preferido.

O RDA não é um modelo concetual como as FRBR mas sim um modelo de instruções práticas baseado no modelo FRBR. Combina as FRBR e os Princípios de Catalogação, ajuda a encontrar obras relacionadas, recupera também recursos disponíveis ligados com o recurso que estamos a tratar, por exemplo ligações à Wikipédia. As descrições resultantes do RDA estarão disponíveis no mundo digital, associadas aos recursos que representam. Assim, são totalmente compatíveis com o modelo das FRBR. O importante é que exista informação a registar independentemente da forma do recurso. Por exemplo, existe sempre um título, eventualmente uma data de produção, uma extensão, seja o número de páginas, o número de ficheiros online ou os minutos de um filme. Estes requisitos funcionais permitem simplificar o processo de tratamento e evitar as inúmeras regras individuais para cada tipo de recurso.

O RDA é compatível com as ISBD. No entanto não é preciso um esquema específico de pontuação ou um método de apresentar dados do recurso. Também não está ligado ao formato MARC ou a qualquer outro formato em particular.

No RDA a informação pode ser extraída de qualquer parte da fonte sem ser preciso qualquer definição especial. A informação deve ser sempre transcrita como aparece no recurso. Mesmo que exista um erro não é preciso colocar [sic], recorrendo-se a notas para explicar o erro. Todos os nomes que aparecem na menção de responsabilidade devem ser transcritos. De salientar que a utilização de até três nomes era importante no universo dos catálogos com fichas, neste tipo de catálogos online já não se justifica.

A utilização de terminologia pouco clara para o utilizador deixa de se observar como é o caso de: [s.n.] e [S.l.] passa a usar-se [editor não identificado] e [Local de publicação não identificado]. A regra é ser o mais claro possível para todos. Na descrição física deixam

de se usar abreviaturas e passam a usar-se as palavras completas, por exemplo páginas em vez de p.

A designação genérica de material foi substituída pelo tipo de conteúdo, tipo de meio e tipo de suporte. Todas estas designações têm um vocabulário pré-estabelecido, como também já está instituído nas ISBD edição consolidada, com tipo de meio e forma de conteúdo.

O RDA prevê também mudança, como por exemplo ao nível dos pontos de acesso da Bíblia. Em vez de se registar o ponto de acesso Bíblia. A.T. Génesis e Bíblia. N.T. Evangelho. Mateus, estes pontos de acesso entram diretamente pelo livro específico, por exemplo Bíblia. Génesis e Bíblia. Mateus, ainda segundo Anhalt...et al.(2012)

O RDA encontra-se dividido em 10 seções. As seções 1 a 4 correspondem aos Atributos da entidade das FRBR. As seções 5 a 10 correspondem às relações definidas nas FRBR. A escolha do tipo de registo a criar, que nas AACR2 era baseado no formato, mudou para o tipo de descrição que registo deve representar: abrangente, analítico ou multinível (sendo o multinível simultaneamente abrangente e analítico). No RDA o que é mais importante é o âmbito da representação, permitindo apresentar as relações entre recursos. Nos catálogos atuais um registo representa um recurso, com o RDA é possível criar registos que representam mais do que um recurso. O RDA não é uma norma para apresentação de recursos, mas sim um conjunto de regras para descrever um recurso, registando os atributos que possam ser importantes para o utilizador e permitindo fazer a ligação entre recursos.

As AACR2 tinham normas para a partilha e disseminação da informação baseadas na prática tradicional de catalogar livros mas não tinham, no entanto, elementos que são necessários para que o utilizador possa encontrar, identificar, seleccionar e obter os materiais que precisa.

Foi iniciada a colaboração com outras comunidades de Metadados: com os Editores (ONIX), Dublin Core, IEEE/LOM, Web Semântica (Data Modeling Meeting – Londres 2007), também com o Grupo de Trabalho MARC (MARBI) em 2008 e 2009. O RDA foi implementado em 2013 pela “Library of Congress”, “Library and Archives Canada”, “British Library”, “National Library of Australia” e a “Deutsche Nationalbibliothek”.

Segundo o “Joint Steering Committee for Development of RDA”(Danskin, 2009) o RDA, pretende ser uma nova norma para a descrição de recursos e acesso desenhada para o mundo digital, fundamentada nas AACR e assente num conjunto de regras e instruções para a descrição e acesso aos recursos, cobrindo todo o tipo de conteúdos e meios.

O RDA apresenta como objetivos (Joint Steering Committee for development of RDA, 2010):

1º responder às necessidades do utilizador, partindo dos seguintes propósitos:

- encontrar recursos que correspondam aos critérios indicados pelo utilizador;
- encontrar todos os recursos que incorporam uma obra particular ou a expressão particular dessa obra;
- encontrar todos os recursos associados a uma pessoa, família ou coletividade;
- encontrar todos os recursos de um dado assunto;
- encontrar obras, expressões, manifestações e itens que estão relacionados com os recursos recuperados pela pesquisa do utilizador;
- encontrar pessoas, famílias e coletividades que correspondam aos critérios indicados pelo utilizador;
- encontrar pessoas, famílias ou coletividades que estão relacionados com a pessoa, família ou coletividade representados pelos dados recuperados em resposta à pesquisa do utilizador;
- identificar o recurso descrito (i.e., confirmar que o recurso descrito corresponde ao recurso pesquisado ou distinguir entre dois ou mais recursos com as mesmas características ou similares);
- identificar a pessoa, família e coletividade representados pelos dados (i.e., confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade pesquisada ou distinguir entre duas ou mais entidades com o mesmo ou nome similar, etc.);
- seleccionar o recurso que é apropriado aos requisitos do utilizador no que diz respeito às características físicas do suporte e a formatação e codificação armazenada no suporte;
- seleccionar o recurso apropriado aos requisitos do utilizador no que diz respeito ao formato, audiência pretendida, língua, etc.;
- obter um recurso (i.e., adquirir o recurso por compra, empréstimo, etc., ou aceder ao recurso eletronicamente através de uma ligação online a um servidor remoto);

- compreender a relação entre duas ou mais entidades;
- compreender a relação entre a entidade descrita e o nome pelo qual a entidade é conhecida (ex. a forma do nome noutra língua);
- compreender porque um nome particular ou título foi escolhido como nome preferido ou título para a entidade.

2º Eficiência de custos: os dados devem estar de acordo com os requisitos funcionais para suporte das tarefas do utilizador de uma maneira económica.

3º Flexibilidade: os dados devem funcionar independentemente do formato, meio ou sistema usado para armazenar ou comunicar os dados. Devem ser acessíveis à utilização numa variedade de ambientes.

4º Continuidade: os dados devem ser acessíveis à integração em bases de dados já existentes (especialmente as desenvolvidas com utilização das AACR e normas similares).

O RDA deve observar os seguintes requisitos (Joint Steering Committee for development of RDA, 2010):

- compreensibilidade: as regras e instruções devem cobrir todo o tipo de recursos e todo o tipo de conteúdos representados nos catálogos ou outros instrumentos similares;
- consistência: as regras e instruções devem ser consistentes com a sua formulação;
- clareza: as regras e instruções devem ser claras e escritas num inglês simples e correto. Não devem ser ambíguas em relação aos conceitos, terminologia e âmbito de aplicação;
- racionalidade: as regras e instruções devem refletir decisões racionais e não arbitrárias;
- corrente: as regras e instruções devem responder a novos desenvolvimentos, refletindo o alcance, natureza e características do recurso e tipos de conteúdo existentes e dos que vierem a surgir no futuro;
- compatibilidade: as regras e instruções devem ser compatíveis com princípios, modelos e regras internacionais;

- adaptabilidade: as regras e instruções devem ser acessíveis e adaptar-se às várias comunidades para ir ao encontro às suas necessidades específicas;
- facilidade e adaptabilidade: as regras e instruções devem ser fáceis e eficientes de usar;
- formato: as regras e instruções devem ser acessíveis na sua apresentação, num formato normal de impressão ou em formato digital incorporando recursos como links de hipertexto, visualização seletiva, etc.

1.4.1. As noções de obra, expressão, manifestação e item no RDA

Na terminologia definida no RDA, de acordo com as regras (Joint Steering Committee for development of RDA, 2010) o termo obra refere-se à criação artística ou intelectual distinta (i.e. conteúdo intelectual ou artístico); o termo expressão refere-se à realização intelectual ou artística da obra na forma alfanumérica, notação musical ou notação coreográfica, som, imagem, objeto, movimento, etc., ou qualquer combinação destas formas; o termo manifestação refere-se à incorporação física de uma expressão da obra; o termo item refere-se a um exemplar ou instância da manifestação. A terminologia usada é igual aquela que aparece nas FRBR. No entanto, estas apresentam um modelo concetual enquanto que as RDA apresentam regras definidas para o registo das entidades.

O RDA na Secção 1, nos capítulos 1 e 2, apresenta os atributos necessários para fazer um registo da manifestação e do item. Entre estes atributos encontra-se o identificador da manifestação que serve para distinguir uma manifestação de outra manifestação. Realçamos a regra que regista a história custodial do item, referindo-se aos anteriores detentores deste elemento, a) a fonte de aquisição do item e, b) o identificador do item.

Na Secção 2 apresenta o registo dos atributos de obra e expressões e no capítulo 5 as regras gerais para esse registo. É importante registar o título da obra que consiste na palavra, caracter ou grupo de palavras ou grupo de caracteres pelo qual a obra é conhecida. Neste caso, o título preferido da obra é o título ou a forma do título escolhida como base para o ponto de acesso autorizado para representar a obra; o título variante da obra que se refere ao título ou forma do título pelo qual a obra é conhecido e que difere do título ou forma do título escolhido como título preferido para aquela obra. Ainda no capítulo 5 temos as definições dos pontos de acesso: o termo ponto de acesso representa

o nome, termo, código, etc. que representa uma obra ou expressão específica; o ponto de acesso autorizado é o ponto de acesso estandardizado que representa uma entidade e é construído usando o título preferido para a obra, precedido pelo ponto de acesso autorizado que representa uma pessoa, família responsável pela obra.

O objetivo do registo dos atributos para obra e expressão, segundo o RDA (Joint Steering Committee for development of RDA, 2010) é que deve possibilitar ao utilizador:

- encontrar obras e expressões que correspondam ao critério de pesquisa;
- identificar a obra ou expressão representadas pelos dados, ou seja, permitir confirmar se a obra ou expressão representada é a pesquisada ou distinguir entre duas ou mais obras ou expressões com o mesmo título ou parecido;
- compreender a relação entre o título usado para representar a obra e outro título pelo qual a obra é conhecido;
- compreender porque é que um título particular foi registado como título preferido ou variante;
- seleccionar uma obra ou expressão que é apropriada à pesquisa do utilizador, no que diz respeito à forma, língua pretendida, etc.

De salientar que o RDA recomenda a utilização de elementos chave (Core Elements) que identifiquem a obra. Esses elementos são no mínimo: o título preferido para a obra e o identificador. São usados outros elementos para diferenciar uma obra de outra obra similar.

O capítulo 6 do RDA regista os elementos de identificação da obra e expressão. Apresenta também as normas e instruções gerais para escolha e registo de títulos preferenciais, tal como variantes e registo de outros atributos identificadores de obra e expressão.

Os pontos de acesso que representam obra e expressão devem permitir vários objetivos, isto segundo as regras estabelecidas pelo RDA (Joint Steering Committee for development of RDA, 2010). Entre esses objetivos podem realçar-se, por exemplo, a junção de todas as descrições de recursos incorporados numa obra, a identificação da obra quando o título pelo qual é conhecido difere do título próprio de recurso a descrever e diferenciação entre dois ou mais obras com o mesmo título.

Conjuntamente, o capítulo 6 apresenta os elementos chave para a identificação da obra e da expressão, que são: o título da obra, forma da obra (classe ou género a que a obra pertence), data da obra, local de origem da obra, outras características distintivas da obra, identificador da obra, língua da expressão, outras características distintivas da expressão e identificador da expressão.

No capítulo 17 são apresentadas as normas gerais para registar relações primárias (Joint Steering Committee for development of RDA, 2010). Ao apresentar estas relações os dados registados devem permitir ao utilizador:

- encontrar todos os recursos que incorporam uma obra ou expressão particular;
- recuperar todos os itens que exemplificam uma manifestação particular.

No que respeita às relações primárias o RDA refere as relações que se estabelecem entre obra, expressão, manifestação e item, a saber: as relações entre obra e uma expressão através da qual a obra se realiza; a relação entre uma expressão de uma obra e uma manifestação que incorpora essa expressão e a; relação entre uma manifestação e um item que exemplifica aquela manifestação.

No capítulo 24 são apresentadas as normas gerais para registar as relações entre obra, expressão, manifestação e item. As definições das entidades (obra, expressão, manifestação e item) são idênticas às apresentadas pelas FRBR, no entanto apresentam outras definições não referidas nos capítulos anteriores, como é o caso da noção de “obra relacionada”. Segundo o RDA entende-se este conceito como: uma obra relacionada com outra obra já representada por um identificador, ponto de acesso autorizado ou descrição (por exemplo adaptações, comentários, suplementos, sequelas, parte de uma obra mais vasta). A noção de “Expressão relacionada” refere-se a uma expressão relacionada com outra expressão identificada por um identificador, ponto de acesso autorizado ou uma descrição (por exemplo versão revista, tradução). O conceito de “Manifestação relacionada” refere-se a uma manifestação relacionada com o recurso descrito (por exemplo uma manifestação num formato diferente), e de “Item relacionado” com o recurso descrito (por exemplo item usado como base para uma reprodução em microforma) (Joint Steering Committee for development of RDA, 2010).

O RDA prevê do mesmo modo um designador que indica a natureza da relação entre obra, expressão, manifestação e item. Os dados que registam estas relações entre entidades são organizados com o objetivo de permitirem aos utilizadores:

- a) encontrar obras, expressões, manifestações e itens que são relacionados com aqueles recuperados pela pesquisa;
- b) compreender a relação entre duas ou mais obras, expressões, manifestações e itens.

Comparando o RDA com as FRBR observa-se que existem, por um lado, pontos de convergência e, por outro lado outros pontos em que não existe alinhamento entre os dois modelos conceituais. As secções do RDA foram organizadas de acordo com as entidades das FRBR e as secções que registam as relações são organizadas de acordo com as tarefas do utilizador (Riva & Oliver, 2012). As FRBR colocam a entidade “obra” no primeiro nível. O RDA cobre todas as entidades, iniciando-se com a identificação da manifestação, na medida em que o catalogador principia o tratamento através da manifestação. O RDA dá importância relevante às relações: seis das dez secções referem-se às relações, em consonância com o modelo FRBR entidade-relação. Além do mais, as entidades bibliográficas no RDA têm o mesmo significado ou similar às entidades nas FRBR. Por exemplo a entidade “item” nas FRBR consiste no único exemplar da manifestação, no RDA item é o exemplar único ou instância da manifestação.

Por outro lado, a terminologia presente no RDA difere daquele que se encontra nas AACR2, no entanto em relação às FRBR esta é similar. As entidades e os atributos são os mesmos, o que altera são os pormenores. O RDA tem atributos adicionais em relação aqueles que se encontram presentes nas FRBR. O conceito de elementos chave não se encontra presente nas FRBR, mas o RDA tem como base a determinação desses elementos no modelo conceitual. As FRBR apresentam um nível básico de funcionalidade com os elementos essenciais a registar. (Riva & Oliver, 2012)

Em suma, os conceitos de obra, manifestação, expressão e item presentes no RDA que foram expostos nos pontos anteriores são iguais aos presentes nas FRBR. Além do mais, regista os atributos e relações primárias entre cada um dos conceitos. Utiliza as FRBR como ponto de partida, apresentando ainda as instruções práticas para a descrição e acesso dos recursos bibliográficos. Como não está estruturado por tipo de recurso, mas para descrição da obra, expressão, manifestação e item pode ser utilizado para descrever todo

o tipo de objetos, e um exemplo prático disto é que os museus podem usá-lo para descrever os artefactos das suas coleções.

1.5 BIBFRAME : Bibliographic Framework

1.5.1 O problema que pretende resolver

A “Bibliographic Framework Transition Initiative” é uma iniciativa da Library of Congress (LC) de 2011. Segundo a LC, no seu site sobre o BIBFRAME, trata-se de uma iniciativa com o propósito de fazer evoluir as normas de descrição bibliográfica para o modelo de dados ligados, de modo a tornar a informação bibliográfica mais útil, para a comunidade, em particular a comunidade bibliográfica e ainda substituir o Marc 21.

O formato Marc 21 é uma norma para representar e comunicar informação bibliográfica num formato legível por máquina, em que MARC significa MAchine-Readable Cataloguing Record (Registo catalográfico legível por máquina). Este foi originariamente desenvolvido pela LC, mas outras bibliotecas colaboraram para o seu desenvolvimento e atualização. Em 1987 a LC publicou a primeira versão do Formato Marc 21 e houve edições subsequentes em 1990, 1994 e 2000.

A LC começou a utilizar computadores para catalogar as suas publicações nos anos 60 do século XX, com a criação do LC Marc, que mais tarde evoluiu então para o Marc 21, tornando-se a norma mais usada na maioria dos programas de bibliotecas.

Um registo Marc é composto por três elementos: estrutura do registo, designação do conteúdo e dados. A estrutura do registo Marc reflete a implementação de normas nacionais e internacionais. Cada registo está dividido em campos e subcampos que são representados por uma etiqueta.

A LC pretende fazer a transição do Marc21 para BIBFRAME de forma a aproveitar as potencialidades da Web e dos dados ligados. Por esta razão, em 2012 a LC contratou a Zepheira, empresa que existe desde 2008 e oferece soluções variadas para controlo e tratamento bibliográfico. Contou ainda com outras bibliotecas para apoiar este projeto,

nomeadamente a National Library of Medicine, George Washington University, British National Library, Princeton University, Deutsche National Bibliothek e OCLC.

BIBFRAME, conforme é descrito pelos documentos BIBFRAME da LC (Library of Congress, n.d.) é o futuro das descrições bibliográficas. Usa simultaneamente a web e os dados ligados. Este conceito de dados ligados foi apresentado por Tim Berners Lee, que criou a Web semântica.

1.5.2. O contexto concetual e de operacionalidade: a web semântica

A Web semântica também chamada de Web 3.0 ou Web de dados, é uma estrutura que permite diferentes aplicações e programas para partilhar dados. É uma extensão da World Wide Web, mas não tem a mesma função, apesar de ambas terem como objetivo tornar o conhecimento e informação acessível a todos. Esta nasceu não para substituir a Web tradicional, mas para estender o seu potencial. Tim Berners-Lee influenciou o seu desenvolvimento. Na sua obra “Weaving the Web” (2000, p. 237) no glossário o autor define Web semântica da seguinte forma: “é a Web dos dados com significado, no sentido de que um programa de computador pode aprender o suficiente sobre o que os dados significam para processá-los”, nesta época o autor estava ainda a organizar a sua conceção sobre a Web semântica. Em relação à Web refere que tem um sonho em duas partes: numa primeira fase a Web será mais poderosa pela colaboração entre as pessoas e numa segunda fase a colaboração estende-se aos computadores (Berners-Lee & Fischetti, 2000, pp. 157–158). Apelidada de Web semântica uma vez que apresenta relações entre dados, ou seja, é a semântica, o sentido dos dados. Estes dados estão prontos a serem publicados como uma página de Web semântica. Desta maneira é necessário ter uma linguagem comum para os computadores representarem e partilharem os dados. O consórcio está a desenvolver esta linguagem a Resource Description Framework (RDF) baseada em XML. (Berners-Lee & Fischetti, 2000, p. 181)

Segundo Tim Berners-Lee (2000, p. 71) “o mecanismo diário de comércio, burocracia e da nossa vida do dia a dia será gerido por máquinas que interagem com outras máquinas, deixando aos humanos a tarefa de providenciarem a inspiração e intuição”. A World Wide Web apresenta aos utilizadores um grande número de documentos que podem ser lidos e usados para aprender. A Web semântica classifica peças individuais de dados de

uma forma que permite que os computadores e as pessoas usem esses dados de várias formas.

A grande diferença entre a web dos documentos e a web semântica é referida por Guerrini e Possemato (2013, pp. 71–73):

	Web dos documentos	Web semântica
Analogia	Sistema de ficheiros global	Base de dados global
Descrição de objetos e documentos	Plana	Articulada
Rede de relações entre objetos	Entre documentos: consequências a) ligações entre documentos criada por humanos; b) baixo grau de estruturação; c) consumo humano e não são interpretados pelas máquinas.	Entre coisas: consequências a) semântica do conteúdo e as ligações são explícitas; b) alto grau de estruturação; c) entidades desenhadas para as máquinas.

Figura 1 – Diferença entre WEB dos Documentos e WEB semântica (Fonte própria)

Através deste quadro podemos verificar que se compara a Web semântica às bases de dados relacionais. O seu objetivo é tornar os dados acessíveis usando arquitetura semelhante à WWW, por exemplo URI's e URLs. A maior parte dos dados da WWW são para os humanos lerem, mas os dados da Web Semântica são para serem lidos pelos computadores e são para os humanos os ligarem, usarem e categorizarem.

Tim Berners-Lee, em conjunto com outros investigadores, discute num artigo da revista “Scientific American” de maio de 2001 a Web semântica e as suas possibilidades. Posteriormente o consórcio da WWW (W3C) lançou a Web semântica.

Os objetivos da Web semântica são:

- aceder aos dados de modo mais fácil;
- aumentar a partilha de dados para tornar possível para as pessoas e tecnologia encontrarem relações entre os mesmos;
- tornar os dados acessíveis para criar modelos para os problemas da vida quotidiano e tentar resolvê-los;
- construir máquinas capazes de pensar;

A Web semântica tem o potencial para mudar a forma como as pessoas usam a Internet. Contudo está ainda na retaguarda da WWW e tal facto ainda não se verificou. (Mohn, 2017)

Uma outra questão importante é como a Web semântica pode ser aplicada às bibliotecas. Os arquivos, museus e bibliotecas são reconhecidos como produtores de dados de qualidade para a Internet. No entanto estes dados são utilizados num contexto profissional e não são compreensíveis fora deste contexto. Os catálogos não são pesquisados nos motores de busca na Internet que os utilizadores usam preferencialmente. A grande questão, segundo Guerrini e Possamato (2013, p. 77), “é saber como modificar os catálogos e os dados para que possam ser da Web e não apenas na Web”.

Ainda segundo este autor é inevitável a passagem aos dados ligados. Esta revolução será ainda maior do que nos anos 70 do século XX, onde se assistiu à passagem do catálogo de fichas, para o catálogo automatizado e depois ao catálogo computadorizado.

Esta mudança implica a identificação única dos objetos para que possam ser usados por bibliotecas, editores, distribuidores, livreiros, etc. Esta estrutura de ligação entre dados é a RDF (Resource Data Framework), que vai ser explicitada de forma mais detalhada quando nos referimos ao BIBFRAME.

Tim Berners-Lee, citado por Guerrini e Possamato (2013, pp. 78–79), identifica quatro regras para a criação de dados ligados na Web e que se podem aplicar efetivamente também ao tratamento dos dados bibliográficos:

1. Uso de URIs (Uniform Resource Identifiers) para identificar coisas (objetos): URI é um sistema global de identificação, portanto válido para todos os recursos na Web. URI é a chave da arquitetura Web na medida em que constitui um mecanismo de identificação de recursos comum a toda a Web. Cada recurso na Web (site, página num site, documento, qualquer objeto) tem que ser identificado por um URI para ser encontrado, usado e ligado por outro sistema.

2. Uso de HTTP URIs para que estas coisas possam ser vistas, pelas pessoas e agentes do utilizador (browsers, software...). O esquema usado para construir um URI é declarado no próprio URI antes dos dois pontos por exemplo `http://weather.example.com/`. HTTP usa o Protocolo de Transferência Hipertexto que é o esquema prescrito para a Web Semântica.

3. Durante a procura de um URI, que providencie informação útil usando as normas [RDF, SPARQL (linguagem de pesquisa planeada para dados ligados)]: é necessário definir o contexto e as características dos recursos através da atribuição do próprio recurso a uma classe, a identificação das suas propriedades e atribuição de valores.

4. Incluir ligações para outros URIs para que se possam descobrir mais coisas: quanto mais os dados estiverem ligados mais podem ser usados para enriquecer e deduzir informação.

Estes são os grandes desafios das bibliotecas de modo a transformarem os dados dos registos bibliográficos em dados ligados a outros dados na Web semântica.

1.5.3. A proposta de modelo

O BIBFRAME pretende servir uma comunidade mais alargada e não apenas as bibliotecas. Ao criar o BIBFRAME a LC (Library of Congress, n.d.) teve três grandes objetivos:

- diferenciar entre conteúdo intelectual e as manifestações físicas ou virtuais;

- identificar sem ambiguidades as entidades informacionais;
- influenciar e expor as relações entre entidades.

Num mundo informacional deve ser possível que os dados produzidos pelas bibliotecas diferenciem a obra concetual (reconhecida pelo seu autor e título) e os detalhes físicos da manifestação da obra (por exemplo o número de páginas, se tem ilustrações ou não). De acordo com a iniciativa BIBFRAME (Library of Congress, 2011) também é importante produzir dados bibliográficos que identifiquem as entidades envolvidas na criação dos recursos (por exemplo os autores, editores) e os assuntos ou conceitos associados aos recursos.

As informações apresentadas sobre o BIBFRAME esclarece que a representação e troca de dados feita atualmente pelo MARC 21 vai passar a ser efetuada pelo BIBFRAME, sendo que este modelo pretende ir ainda mais longe. Por esta razão, vão ser incluídos todos os aspetos da descrição bibliográfica, a criação e troca de dados, a acomodação dos diferentes modelos de conteúdo e regras de catalogação, a exploração de novos métodos de entrada de dados e a avaliação dos protocolos de troca de dados.

O projeto BIBFRAME não é uma implementação das FRBR mas, segundo Coyle, é influenciado por este modelo (2016). Este utiliza como modelo de dados o Resource Description Framework (RDF), que é uma estrutura para representar informação na Web e permite a troca e uso dos metadados estruturados. O RDF foi desenvolvido pelo World Wide Web Consortium (W3C), providencia um modelo para descrever recursos que têm propriedades (atributos ou características) e define como recurso qualquer objeto que é identificado através de um Uniform Resource Identifier (URI). Pode identificar recursos e muitas vezes (embora nem sempre) permite aceder às representações dos recursos.

Para haver dados ligados precisamos de três componentes: sujeito-predicado-objeto, um Triplo RDF.

- Sujeito – referência RDF, URI ou um nó vazio;
- Predicado – referência RDF, URI;
- Objeto – referência RDF, ou literal ou nó vazio.

Um Nó Vazio em RDF é um nó num grafo RDF que representa um recurso para o qual o URI ou literal não é dado. O recurso representado pelo nó vazio também é chamado recurso anónimo. O nó vazio em RDF só pode ser usado como sujeito ou objeto no triplo RDF. Os nós vazios não possuem um identificador global.

O modelo RDF é simples, na medida em que apenas define uma relação binária entre dois recursos; a esta relação binária chama-se predicado. Os dois recursos são sujeito e objeto. Estes três elementos formam uma ligação tripla e são identificados por URIs. Um objeto pode ser um valor de dados constantes em vez de um URI, tendo o sujeito e o predicado URIs.

Sprochi (2016) refere, por exemplo que no registo bibliográfico: “Charles Dickens é autor de Casa Abandonada”, em que Charles Dickens é o sujeito, “é o autor de” é predicado e “Casa Abandonada” é o objeto. Cada um dos elementos é representado por um URI, que pode estar armazenado em diferentes localizações, mas desta forma há a possibilidade de existirem ligações.

No sítio do BIBFRAME estão disponíveis vocabulários e ferramentas para quem quiser criar dados bibliográficos em BIBFRAME ou converter registos MARC em registos BIBFRAME. Em Abril de 2016 foi publicado uma atualização do vocabulário, chamado BIBFRAME 2.0.

A mudança do BIBFRAME 1.0 para o 2.0 trouxe algumas modificações (Library & Kroeger, 2016) que podem ser observadas no quadro seguinte:

BIBFRAME 1.0 Classes Principais	BIBFRAME 2.0 Classes Principais
Obra - Instância	Obra – Instância - Item
Obra: assunto e criador	Obra: assunto, agente, evento
Instância: editor, publicação, formato	Instância: formato, editor
Autoria	
Anotação	Item: pertença e código de barras
Item: pertence às anotações	Item: classe principal

Figura 2 - Diferenças BIBFRAME 1.0 e 2.0 (Fonte própria)

No modelo 1.0 as classes principais são obra e instância. A obra tem ligação ao assunto e ao criador enquanto que Instância reflete informação como editor e formato. No modelo 2.0 são três os elementos chave: obra, instância e item.

A obra tem assunto, agente (pode ser associado ao recurso BIBFRAME com a função, por exemplo autor, ilustrador, editor, etc. e essa função é expressa como contribuição) e evento (esta classe é introduzida no BIBFRAME). A instância é a incorporação material de uma obra e tem formato e editor. O item é a cópia física de uma instância, é pertença de alguém e também tem código de barras.

No BIBFRAME 1.0 as classes essenciais são:

- Obra criativa – corresponde a obra nas FRBR mais expressão nas FRBR; as propriedades são aplicáveis a todas as edições e formatos;
- Instância – corresponde a manifestação nas FRBR; as propriedades são específicas a uma edição ou formato;
- Autoridade – agente, local, tempo ou tópico;
- Anotação – é igual a item nas FRBR e tem também outros elementos como sumários, críticas, informações de pertença, etc.

No BIBFRAME 2.0 as classes essenciais são:

- Obra – corresponde a obra nas FRBR mais expressão nas FRBR; as propriedades são aplicáveis a todas as edições e formatos (não existe mudança);
- Instância – corresponde a manifestação nas FRBR; as propriedades são específicas a uma edição ou formato (não existe mudança);
- Item – corresponde ao item nas FRBR; as propriedades são específicas de uma cópia específica (aqui houve grande mudança).

Quanto às informações de pertença no BIBFRAME 1.0: material que existe na biblioteca é uma subclasse das anotações. No BIBFRAME 2.0: item é uma classe principal e não uma anotação. O item pode ser simples (representando uma só coisa) ou composto (representando vários componentes ou multipartes).

O BIBFRAME organiza a informação em três classes essenciais (Library of Congress, n.d.): Obra, Instância e Item.

- ✓ Obra – nível mais elevado de abstração, no contexto BIBFRAME reflete a essência do recurso catalogado: autor, línguas e aquilo que trata (assunto);
- ✓ Instância – uma obra pode ter uma ou mais incorporações materiais individuais, por exemplo uma forma particular publicada. Isto são instâncias da obra. Uma instância reflete informação como o editor, local e data de publicação e formato;
- ✓ Item – o item é uma cópia (física ou eletrónica) de uma instância. Reflete informação como a sua localização (física ou virtual), prateleira, cota ou código de barras. Como se referiu foi um elemento essencial introduzido pelo BIBFRAME 2.0.

BIBFRAME 2.0 define classes adicionais que têm relação com as classes essenciais:

- ✓ Agentes – pessoas, organizações, jurisdições, etc. associadas a obra e instância através da função como autor, editor, artistas, fotógrafo, compositor, ilustrador, etc.
- ✓ Assuntos – uma obra pode ser sobre um ou mais conceitos. Este conceito diz-se que é assunto da obra. Conceitos que podem ser assunto, inclui-se tópicos, locais, expressões de tempo, eventos, obra, instância, itens, agentes, etc.
- ✓ Eventos – ocorrências, cujo registo pode ser o conteúdo de uma obra.

Estas três classes essenciais são apresentadas na ilustração apresentadas de seguida, assim como as outras classes adicionais. (Library of Congress, n.d.).

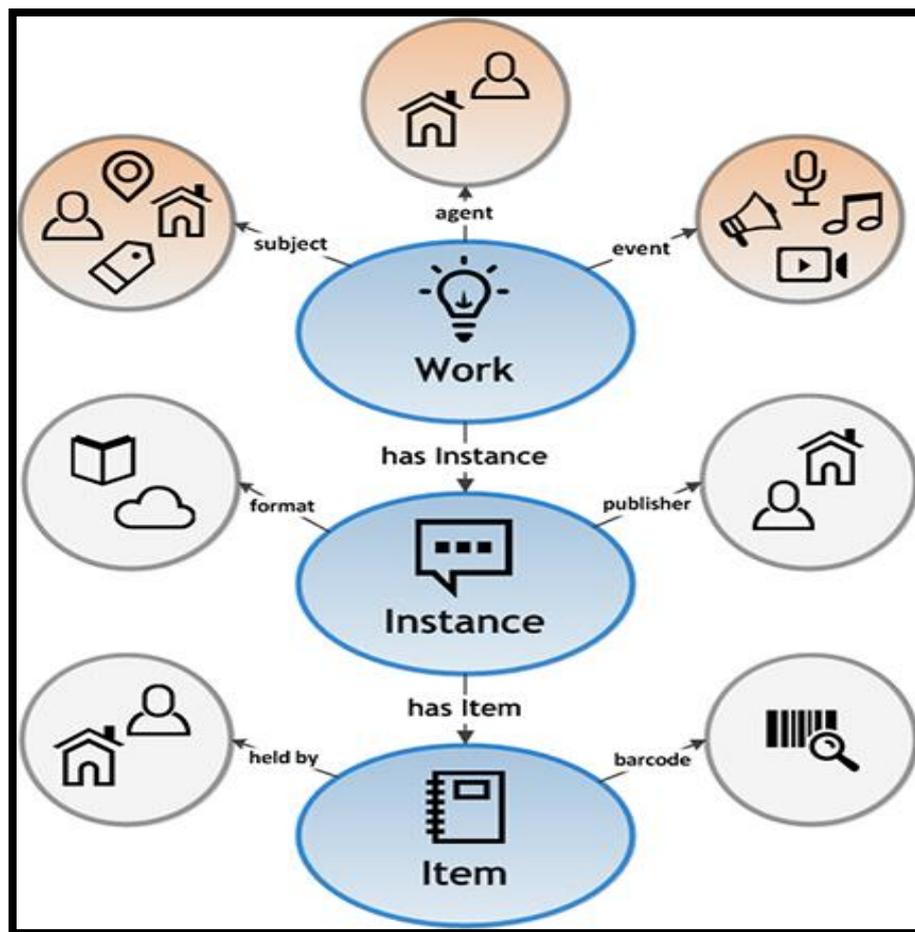


Figura 3 - obra, instância e item¹

De outra forma, podemos definir as duas classes essenciais do BIBFRAME, segundo “Vocabulary” pelo Zepheira:

- ✓ Obra – criação intelectual ou artística distinta. São ainda apresentados os atributos de obra e que é contribuidor, criador, género, assunto e título;
- ✓ Instância – incorporação individual da obra e apresenta os atributos de instância, que é contribuidor, copyright, dimensões, extensão, formato, instância, meio, fornecedor e título.

¹ Disponível na WWW (<https://www.loc.gov/bibframe/docs/bibframe2-model.html> acesso em 17/06/2018)

No documento produzido pela Biblioteca do Congresso de 2012 (Miller, Ogbuji, Mueller, & MacDougall, 2012) temos as seguintes definições de obra e instância:

- ✓ Obra - reflete um item concetual. É uma entidade abstrata, e não existe um objeto material individual que possamos apontar. Obra existe como um ponto de controlo da Web, reflete a semelhança de conteúdo entre as várias instâncias associadas com a obra, assim como ponto de referência para outras obras. Propriedades comuns de obras incluem relações contextuais com o BIBFRAME autoridades relacionadas com o assunto (tópico, pessoa, local e geográfico, etc.) do recurso, assim como com as entidades (pessoa, organização, reunião, etc.) associadas à sua criação. Obras podem ser relacionadas com outras obras, refletindo, por exemplo a relação parte/todo;
- ✓ Instância - reflete a incorporação individual e material da obra BIBFRAME, que pode ser física ou digital pela sua natureza. A instância BIBFRAME existe como um ponto de controlo Web que inclui propriedades específicas à materialização, assim como também a relação contextual com o BIBFRAME autoridades, relacionado com a publicação, produção e distribuição do recurso material. Cada instância BIBFRAME é uma instância de uma só obra BIBFRAME.

Segundo Coyle (2016), a obra em BIBFRAME representa a descrição bibliográfica e instância descreve o suporte. A noção de obra engloba os atributos associados a esta e a expressão nas FRBR; instância é semelhante à manifestação nas FRBR. O item, que surge apenas no BIBFRAME 2.0, corresponde ao item na FRBR.

As vantagens do BIBFRAME são, de acordo com Alvarado Salazar (2016):

- facilidade de adaptação a novos formatos ou atualizações do sistema;
- utilização de um sistema Web com maior dinamismo e acesso descentralizado da informação;
- maior compreensão para pessoas não relacionadas com o universo biblioteconómico;
- fácil exportação dos registos para outros centros de informação;
- utilização mais eficiente do catálogo de assuntos;
- etiquetagem prévia da informação na descrição bibliográfica;
- sistema mais robusto para transferência da informação bibliográfica.

Da mesma forma que o MARC ajudou nos modelos de Sistemas Integrados de Biblioteca também no BIBFRAME define-se como devem ser os novos Sistemas Integrados de Bibliotecas (Guerrini & Possemato, 2016): serão sistemas orientados para as entidades, como são definidos pelo BIBFRAME e FRBR; cada recurso uma vez identificado ou criado pode ser ligado a outros recursos, como no modelo entidade-relação das FRBR; a possibilidade de que em associação aos atributos de cada recurso o catalogador poder retirar informação da Web, disponíveis de acordo com os requisitos dos dados interligados, sem ser preciso novos atributos de cada vez que trata um recurso; a utilização de listas controladas de termos e por esse motivo aceder na fase de construção da entidade a vocabulários e listas de termos já publicadas; a possibilidade de definir na configuração do sistema a criação automática de um URI.

Como conclusão podemos referir que o BIBFRAME pretende fazer uso da tecnologia dos dados ligados e da “Resource Description Framework” como linguagem de implementação. O modelo de dados BIBFRAME vai ser o sucessor do formato MARC 21, segundo o que está referido no documento de apresentação do BIBFRAME no site da LC:

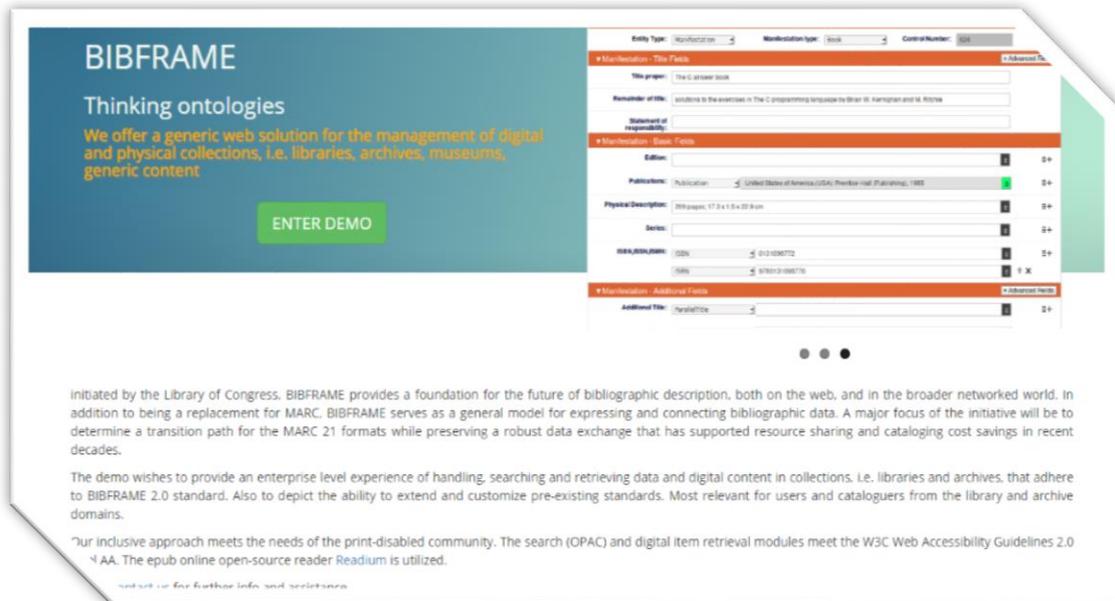
“Embora a iniciativa BIBFRAME preveja uma nova maneira de representar dados bibliográficos, que agora é feita pelo formato Marc, o seu âmbito é mais amplo. Como iniciativa está a investigar todos os aspetos da descrição bibliográfica, criação e troca de dados. Além de substituir o formato Marc, pretende acomodar diferentes modelos de conteúdo e regras de catalogação, exploração de novos métodos de entrada de dados e avaliação dos protocolos de troca de dados atuais”².

Podemos referir os projetos já apresentados na Biblioteca do Congresso, de implementação do BIBFRAME 2.0 em 2017 e 2018:

- ExLibris Alma – assegura que toda a coleção de uma Biblioteca possa ser gerida com uma só interface. Permite gerir recursos eletrónicos, impressos e digitais. Todos os recursos ALMA podem ser visualizados e exportados como BIBFRAME, e podem ser acedidos via um URI único. O seu desenvolvimento irá continuar em 2019.

² Ver: (www.loc.gov/bibframe/faqs) (tradução do autor).

- Reasonable Graph – é uma plataforma de acesso livre para gerir coleções digitais e físicas, organizada num modelo de ontologia, que pode ser usado em bibliotecas, arquivos e museus. Providencia um ambiente genérico de edição e catalogação onde se implementou o modelo BIBFRAME. Faculta uma versão de demonstração.



The screenshot displays the BIBFRAME demo interface. On the left, a blue sidebar contains the text "BIBFRAME Thinking ontologies" and "We offer a generic web solution for the management of digital and physical collections, i.e. libraries, archives, museums, generic content", along with a green "ENTER DEMO" button. The main area shows a form for creating a new manifestation. The form is divided into sections: "Manifestation - Title Fields", "Manifestation - Basic Fields", and "Manifestation - Additional Fields". The "Title Fields" section includes "Title proper" (The G. answer book), "Statement of responsibility" (Lectures to the students in The G programming language by Brian W. Hampton and M. R. R. R.), and "Edition" (1st ed.). The "Basic Fields" section includes "Publication" (United States of America (USA), Prentice Hall Publishing, 1985), "Physical Description" (288 pages, 17.2 x 1.5 x 22.5 cm), "Series", "ISBN, ISSN, etc." (ISBN: 013-028677-2, ISSN: 0160-9-080776), and "Additional Fields" (Language: English). The form also includes a "Control Number" field with the value "001".

Initiated by the Library of Congress, BIBFRAME provides a foundation for the future of bibliographic description, both on the web, and in the broader networked world. In addition to being a replacement for MARC, BIBFRAME serves as a general model for expressing and connecting bibliographic data. A major focus of the initiative will be to determine a transition path for the MARC 21 formats while preserving a robust data exchange that has supported resource sharing and cataloging cost savings in recent decades.

The demo wishes to provide an enterprise level experience of handling, searching and retrieving data and digital content in collections, i.e. libraries and archives, that adhere to BIBFRAME 2.0 standard. Also to depict the ability to extend and customize pre-existing standards. Most relevant for users and cataloguers from the library and archive domains.

Our inclusive approach meets the needs of the print-disabled community. The search (OPAC) and digital item retrieval modules meet the W3C Web Accessibility Guidelines 2.0 AA. The epub online open-source reader Radium is utilized.

[Contact us for further info and assistance.](#)

Figura 4 – Reasonable Graph³

³ Ver: Disponível no [www \(https://bibframe.reasonablegraph.org/](http://www.bibframe.reasonablegraph.org/) acesso em 13/06/2018)

- @Cult – Share catalogue in linked data – é uma plataforma web usada para publicar dados ligados. É um projeto de oito instituições italianas.

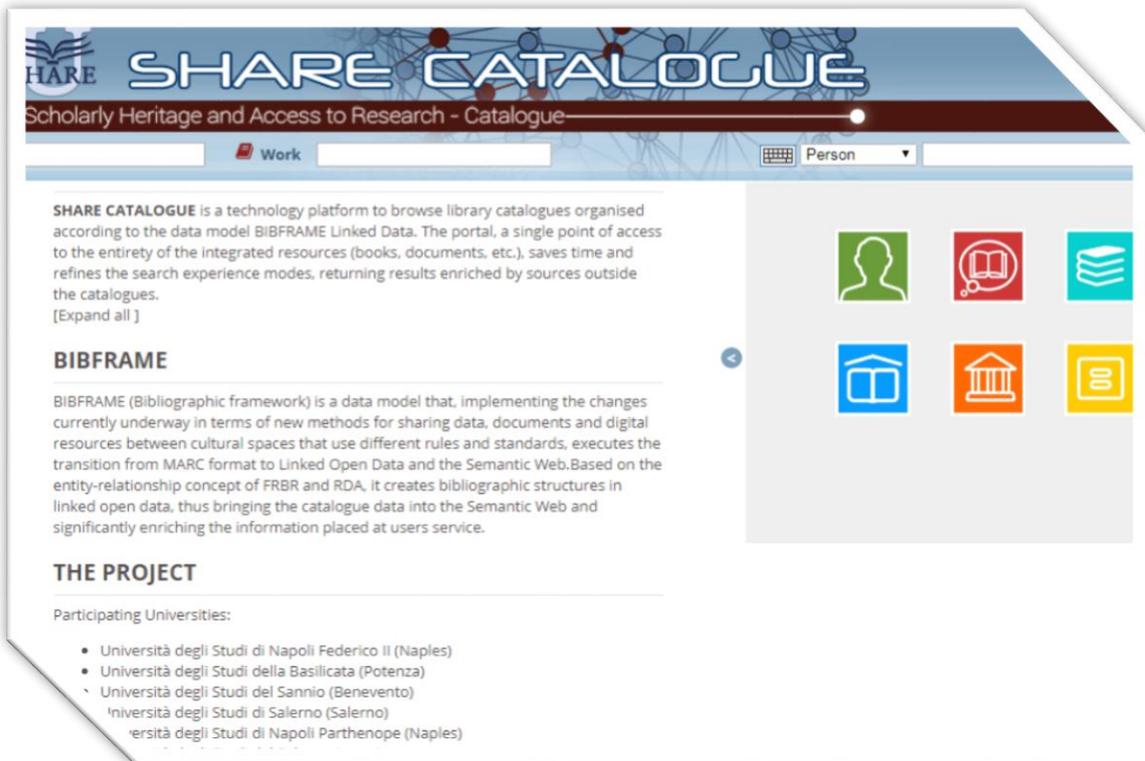


Figura 5- Share Catalogue⁴

- Biblioteca do Museu Nacional da Hungria - publica um catálogo no formato BIBFRAME.

⁴ Disponível em [www \(http://catalogo.share-cat.unina.it/sharecat/clusters](http://catalogo.share-cat.unina.it/sharecat/clusters) acesso em 13/06/2018)

- Colorado Alliance of Research Libraries BIBCAT Pilot – é um projeto conjunto da Colorado Alliance of Research Libraries e Knowledge links, e estão a publicar o BIBFRAME 2.0 RDF.

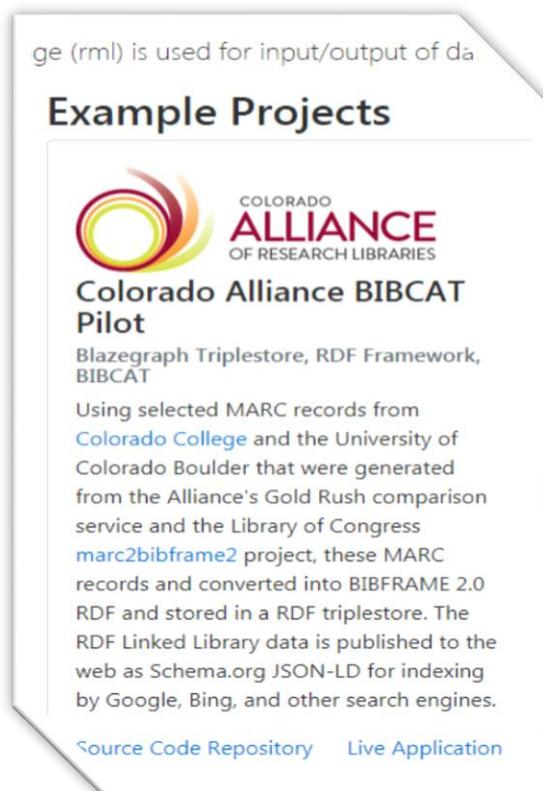


Figura 6 - Colorado Alliance of Research Libraries BIBCAT Pilot⁵

- Projeto Plain2 Peaks Collective – projeto BIBCAT-based DPLA Service Hub para o Colorado e Wyoming que usa as regras RDF para mapear diferentes vocabulários de metadados e formatos (MODS, Dublin Core, CVS, XML) para BIBFRAME 2.0 triplo.
- United States Army Corps of Engineers Research and Development Center Library em colaboração com Zepheira.

⁵ Disponível em WWW (<https://bibcat.org/> acesso em 17/06/2018)

- A German National Library tem a representação em BIBFRAME dos seus recursos.

reffer 1 von 53

Link zu diesem Datensatz	http://d-nb.info/1131269152
Art des Inhalts	Hörspiel Kindersachbuch
Titel	Aladin und die Wunderlampe / mit Musik von Frédéric Chopin ; Besetzung: Gerhard Fehn (Erzähler) [und viele weitere] Sindbad der Seefahrer / mit Musik von Robert und Clara Schumann ; Besetzung: Michael Seeboth (Erzähler) [und viele weitere] Tausendundeine Nacht / Hörspiel: Franjo Terhart und Bert Alexander Petzold
Person(en)	Terhart, Franjo (Verfasser) Petzold, Bert Alexander (Verfasser) Fehn, Gerhard (Erzähler)
Organisation(en)	Amor Verlag GmbH (Verlag)
Werk(e)	Terhart, Franjo: Aladin und die Wunderlampe Terhart, Franjo: Sindbad der Seefahrer
Verlag	[Leipzig] : Amor Verlag GmbH
Zeitliche Einordnung	Erscheinungsdatum: [2017]
Umfang/Format	1 CD ; 98 g
*SBN/Einband/Preis	978-3-947161-08-9 in Behältnis : EUR 11.99 (DE) (freier Preis), EUR 11.99 (AT) (freier Preis), CHF 16.90 (freier Preis) 3-947161-08-5 9783947161089 Deutsch (ger)

Aktionen

- In meine Auswahl übernehmen
- Druckansicht
- Versenden
- MARC21-XML-Repräsentation dieses Datensatzes
- RDF (Turtle)-Repräsentation dieses Datensatzes
- Dokumentation Linked Data
- b**: BIBFRAME-Repräsentation dieses Datensatzes
- Projekt BIBFRAME
- Korrekturanfrage

buchhandel.de

Figura 7 - DEUTSCHEN NATIONALBIBLIOTHEK⁶

A Biblioteca do Congresso tem uma colaboração com as universidades de Stanford, Cornell, Harvard, Princeton e Columbia para produzir metadados em BIBFRAME. Esta colaboração tem como objetivo a produção de dados ligados para recursos bibliográficos e o trabalho principal e centra-se em quatro linhas:

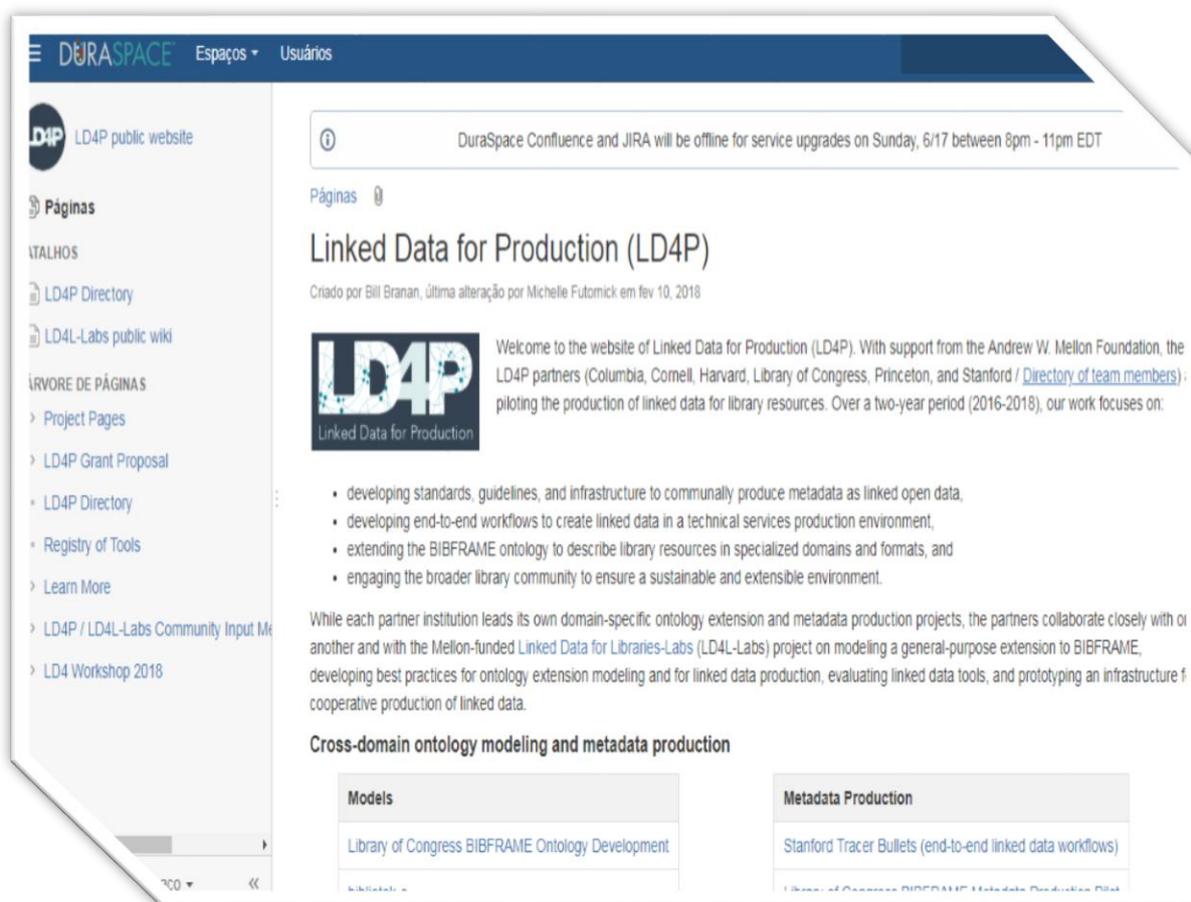
- Desenvolver normas, diretrizes e infraestruturas para produzir metadados para os dados ligados;
- Desenvolver fluxos de trabalho para criar dados ligados num ambiente de serviços técnicos;

⁶Disponível em WWW (acesso em 17/06/2018)

<https://portal.dnb.de/opac.htm?method=showFullRecord¤tResultId=%22chopin%22%26any%26films¤tPosition=0>

- Extensão da ontologia BIBFRAME para descrever recursos de bibliotecas em domínios e formatos especializados. Cada um dos parceiros lidera uma ontologia específica, mas colaboram no desenvolvimento do BIBFRAME;
- Envolver a Comunidade de Bibliotecas mais amplamente de forma a garantir um ambiente sustentável e extensível.

Cada um dos parceiros referidos no Sítio da Library of Congress está a desenvolver uma lidera uma ontologia específica, mas todos colaboram no desenvolvimento do BIBFRAME.



The image shows a screenshot of the LD4P public website hosted on Duraspace Confluence. The page title is "Linked Data for Production (LD4P)". It includes a navigation sidebar on the left with links to "Páginas", "ATALHOS", "LD4P Directory", "LD4L-Labs public wiki", "ÁRVORE DE PÁGINAS", "Project Pages", "LD4P Grant Proposal", "LD4P Directory", "Registry of Tools", "Learn More", "LD4P / LD4L-Labs Community Input Meeting", and "LD4 Workshop 2018". The main content area features a header with a DuraSpace notification, a "Páginas" section, and a large "LD4P" logo. Below the logo is a welcome message and a list of project goals: developing standards, end-to-end workflows, extending BIBFRAME, and engaging the library community. A paragraph describes the collaborative nature of the project. At the bottom, there are two columns: "Models" (Library of Congress BIBFRAME Ontology Development) and "Metadata Production" (Stanford Tracer Bullets end-to-end linked data workflows).

Figura 8- *Linked Data for Production*⁷

Refere-se, ainda de que o BIBFRAME é um projeto que ainda está em desenvolvimento ao longo de 2018.

⁷ Disponível em WWW (<https://wiki.duraspace.org/pages/viewpage.action?pageId=74515029> acesso em 17/06/2018)

Parte II: Estudo empírico: uma obra e as suas ligações na WEB semântica

Um dos objetivos dos catálogos segundo a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação: “é reunir todos os recursos pertencentes à mesma obra”. Neste sentido, pretende-se verificar se a obra “Amor de Perdição” de Camilo Castelo Branco se apresenta da mesma forma no Catálogo Bibliográfico da Universidade de Coimbra e no modelo de dados ligados BIBFRAME.

2.1 Objetivos

2.1.1. Como mencionado propõe-se neste estudo uma análise comparativa dos conceitos de obra, instância e item no BIBFRAME e do conceito de obra no Catálogo Web do Millennium das Bibliotecas da Universidade de Coimbra. Propõe-se, ainda no estudo empírico que se apresenta:

- a) comparar o conceito de obra no BIBFRAME e obra no Millennium;
- b) comparar os conceitos de instância e item no BIBFRAME e da descrição bibliográfica e registo ao exemplar no Millennium;
- c) estabelecer as relações obra-autor-assunto no BIBFRAME e no Millennium;
- d) demonstrar as ligações da obra “Amor de Perdição” na Web Semântica

2.2 Metodologia

Este estudo baseia-se numa abordagem qualitativa com base num estudo exploratório, partindo de uma revisão da literatura e uma análise comparativa entre a obra “Amor de Perdição” catalogada no catálogo bibliográfico Millennium da Universidade de Coimbra e a mesma obra no modelo de dados ligados BIBFRAME.

A primeira etapa de uma investigação será a enunciação de uma pergunta inicial bem formulada, clara e pertinente (Quivy & Campenhoudt, 2005). Esta pergunta inicial é: ao fazer a representação de uma obra no BIBFRAME quais serão as diferenças em relação ao que é apresentado ao Web Opac das Bibliotecas da Universidade de Coimbra? Após esta dúvida inicial procedeu-se à segunda etapa com a exploração do tema através da leitura da bibliografia de base.

Usou-se este modelo de um estudo exploratório visto tratar-se de uma pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de um problema, com uma pequena amostragem. O trabalho exploratório tem como função alargar a perspetiva de análise. É necessário um trabalho sistemático de recolha e análise dos dados de observação, isto ainda segundo Quivy e Campenhoudt (2005). Utilizou-se a abordagem qualitativa, dado o facto de se pretender interpretar os dados recolhidos com o propósito do seu entendimento e não propriamente fazer a medição da qualidade dos dados pesquisados.

Evita-se uma comparação de valor, entre os dados criados pelo Millennium e os dados criados pelo BIBFRAME. São sistemas muito diferentes e o catálogo Millennium da Universidade de Coimbra incorpora uma série de normas internacionais que ao longo dos anos foram assegurando a representação da informação no catálogo da Universidade de Coimbra e que é para nós tão familiar.

Na primeira parte do estudo, como se pode verificar, procedeu-se à revisão da bibliografia relativa aos conceitos analisados no estudo exploratório: catálogos bibliográficos, contextualização histórica da noção de obra, as entidades obra, manifestação, expressão e item nas FRBR, os conceitos de obra, manifestação, expressão e item no RDA, obra, instância e item no BIBFRAME e ainda a Web semântica, dando-se deste modo cumprimento aos objetivos específicos:

- a) fazer a comparação do conceito de obra no BIBFRAME e conceito de obra no Millennium;
- b) efetuar a comparação do conceito de instância e item no BIBFRAME e de descrição bibliográfica e registo de exemplar no Millennium;
- c) comparar as relações obra-autor-assunto no BIBFRAME e Millennium;
- d) perceber as ligações da obra “Amor de Perdição na Web Semântica.

Abordou-se a temática dos catálogos bibliográficos, sobretudo através da obra de Spedalieri que apresenta o conceito de catálogo, objetivos e tipos de catálogos. As FRBR (Requisitos Funcionais dos Registos Bibliográficos) foram apresentadas com a contextualização do seu aparecimento, objetivos e os conceitos de obra, expressão, manifestação e item. Recorremos preferencialmente ao próprio documento das FRBR do Grupo de Trabalho da IFLA para os FRBR. Os Requisitos são o ponto de partida para os

modelos de dados ligados de que o BIBFRAME é um exemplo. A apresentação da contextualização histórica do aparecimento do RDA (Resource, Description and Access) dos objetivos e conceitos de obra, expressão, manifestação e item faz-se pela necessidade de contextualizar a utilização do BIBFRAME. Quando a Library of Congress começa a fazer a descrição dos seus recursos em RDA sente a necessidade de substituir o MARC 21 por um modelo de dados ligados como o BIBFRAME. Recorremos sobretudo à obra “Evaluation of RDA as na Implementation”, “RDA simplified” e ao documento elaborado pela Library of Congress “ RDA: Resource, Description and Access”. Por fim fizemos a contextualização histórica do BIBFRAME, objetivos e apresentação dos conceitos obra, instância e item. Para esse efeito usamos como bibliografia os documentos sobre o modelo BIBFRAME no sítio da Library of Congress.

Na parte II (estudo de caso) para dar resposta aos objetivos delineados para este estudo, fez-se a pesquisa da obra “Amor de Perdição” existentes nas bibliotecas da Universidade de Coimbra e procurou-se apresentar o conceito de obra, instância e item no âmbito do modelo de dados ligados BIBFRAME. Da mesma forma apresentamos o conceito de obra, registo bibliográfico e registo de exemplar, que são os conceitos equivalentes no Millennium. Mostramos as relações que se estabelecem entre obra, autor e assunto tanto no BIBFRAME como no Millennium. E por fim expomos a ligação da obra “Amor de Perdição” na WEB. Fez-se a listagem das obras, a apresentação dos conceitos e a análise comparativa.

2.2.1 Obra de Camilo Castelo Branco – Amor de Perdição (Breve descrição, do autor, a sua obra e em particular a obra Amor de Perdição).

Camilo Castelo Branco foi um escritor português que nasceu em Lisboa em 16 de Março de 1825 e morreu em São Miguel de Ceide em 1 de Junho de 1890 (Machado, Álvaro Manuel, 1996). Ficou órfão aos 10 anos e foi enviado para Trás-os-Montes para casa da família paterna. Cresceu sem grande controlo e casou aos 15 anos, mas passado pouco tempo abandonou a mulher e o filho. A primeira obra que publicou foi “Pundonores Desagravados” em 1845.

Em 1851 publicou o primeiro romance com algum êxito “Anátema”. Frequentou o seminário, mas abandonou-o e viveu uma vida de boémia. Apaixonou-se por Ana Plácido, esposa de um negociante. Em 1860 raptou Ana Plácido e o marido mandou-os prender. Ao fim de um ano foram libertados e em 1863 casam. Entretanto Ana Plácido tinha ficado viúva e por isso vão viver para São Miguel de Ceide, casa que tinha pertencido ao defunto marido de Ana Plácido. Escreveu muito, por ter necessidade de ganhar a vida. Publicou 137 obras até 1890, ano em que se suicidou. A sua obra de ficção tem 66 títulos, 54 romances e novelas e 12 dramas ou comédias teatrais (Machado, Álvaro Manuel, 1996).

O romance “Amor de perdição” foi escrito na Cadeia da Relação do Porto em 1861 quando Camilo e Ana Plácido aguardavam julgamento por adultério. A primeira edição é de 1862 pela Livraria Moné. Tem o complemento de título “Memórias duma família”. É baseado na vida do seu tio paterno Simão António Botelho que foi degradado para a Índia. É uma história de amor e paixão que não deixa de ter os seus lados sórdidos. História de Montechi e Capuletti passada em Viseu, com costumes bárbaros e risíveis na própria descrição trocista de Camilo (Machado, Álvaro Manuel, 1996). O romance termina em tragédia para as três pessoas que o vivem. Teresa vê partir o seu amante para o degredo e morre à janela sobre o Douro. Mariana, outra personagem, também enamorada de Simão acompanha-o no degredo e lança-se ao mar abraçada ao seu cadáver.

É considerada uma obra-prima na sua potencialidade dramática, escrita no quadro do romantismo. Camilo dedica a obra ao chefe político Fontes Pereira de Melo que representava a vontade de progresso material do país.

Foi adaptado ao teatro por D. João da Câmara em 1904. Adaptada à ópera por João Arroio em 1907 e ao cinema em 1914, 1917 e 1921. As adaptações mais célebres ao cinema são no entanto as de António Lopes Ribeiro em 1943 e a de Manoel de Oliveira em 1978 (Cabral, 2003).

“Camilo Castelo Branco foi um autor que teve relevo na vida cultural portuguesa quer em termos eruditos de apreço e estudo, quer em termos populares que finalmente o glorificaram como expressão de um génio sentimental lusitano, envolto numa aura de aventura e desgraça, até ao suicídio, que pode ser entendido como um gesto fatal...”(Machado, Álvaro Manuel, 1996, p. 115).

2.2.2 Caracterização do catálogo Millennium e a sua função no Sistema Integrado das bibliotecas da Universidade de Coimbra

O catálogo Millennium inicia-se em 1996, mas a versão atual é de 2006. Este catálogo integra-se no Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra.

Em 1985 a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra contacta oficialmente todos os Presidentes dos Conselhos Diretivos das Faculdades da Universidade de Coimbra para iniciarem o processo de criação de um sistema de tratamento bibliográfico automático que englobasse todas as Bibliotecas da Universidade de Coimbra e Universidade de Aveiro. A colaboração com a Universidade de Aveiro era anterior a 1985 e havia um Catálogo Coletivo em fichas com as obras existentes em Aveiro e na Universidade de Coimbra. Em colaboração também com a Biblioteca Nacional que pretende criar uma base com os Fundos Bibliográficos portugueses e com o contributo das Universidades para os fundos de bibliografia estrangeira, escolheu-se o Formato UNIMARC, como formato privilegiado para trocas nacionais e internacionais e adotou-se o Programa Mini-Micro CDS/ISIS, um Programa da UNESCO. Este Programa permitia o trabalho apenas em postos individuais, sem partilha de dados e sem deteção de duplicados. Mesmo existindo recursos em comum nas várias Bibliotecas não era possível partilhar a catalogação, indexação, etc., todo o trabalho era repetido para cada exemplar existente.

Em 1990 efetuou-se um inquérito às Bibliotecas participantes no SIIB/Centro para saber como estavam a nível de automatização, o volume de dados que dispunham, de forma a tomar uma decisão para uma nova solução informática visto que o Mini-Micro CDS/ISIS já não respondia às necessidades. Entre 1991 e 1993 ainda se efetuaram estudos para a implementação do sistema DOBIS/LIBIS da IBM. Em 1995 realizou-se um concurso internacional para a implementação de um sistema informático para a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra tendo sido selecionado o Sistema Libertas MARC. Iniciou-se a conversão dos registos do Mini-Micro CDS/ISIS para o Libertas MARC. Durante o ano de 1996 houve formação nas bibliotecas que primeiro começaram a utilização do Libertas: bibliotecas da Faculdade de Letras, Biblioteca da Faculdade de Economia e bibliotecas da Faculdade de Ciências e Tecnologia, para além de todos os Técnicos da Biblioteca Geral. Posteriormente as outras bibliotecas da Universidade de Coimbra foram também entrando no sistema Libertas. Em 2000 iniciou-se os estudos para aquisição de

um novo sistema. Foi escolhido o sistema Millennium, uma atualização do sistema Libertas. Se até aí se usava o UKMARC, passou-se a utilizar o MARC 21. Depois das tarefas de formação e de migração de dados em 7 de fevereiro de 2006 iniciou-se a introdução de registos no módulo de Catalogação do Millennium.

O catálogo Millennium da Universidade de Coimbra é um catálogo integrado ou Catálogo Coletivo. Reúne todos os registos das bibliotecas da Universidade de Coimbra, disponibilizados pelo SIIB (Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra) corresponde ao somatório de todos os catálogos de Serviços, Faculdades, Departamentos e Centros de Documentação da Universidade de Coimbra e inclui também o catálogo da Escola de Enfermagem de Coimbra. Na atualidade são dezoito bibliotecas que introduzem os fundos bibliográficos na base Millennium.

O sistema dispõe de sete módulos: Circulação, Periódicos, Aquisições, Catalogação, Empréstimo Interbibliotecas, Web Opac e Administração.

O Módulo de Circulação permite o empréstimo dos recursos bibliográficos ao utilizador; o Módulo de Periódicos realiza a catalogação, gestão dos fascículos e reclamação dos números atrasados das publicações em série; o Módulo de Aquisições além da compra de recursos faz toda a correspondência para as encomendas das publicações; no Módulo de Catalogação tratam-se todos os recursos monográficos e publicações em série; o Módulo de Empréstimo Interbibliotecas não é utilizado; o Web Opac permite as pesquisas do utilizador e o Módulo de Administração faz estatísticas, troca de dados e apaga registos em blocos.

Nos Módulos de Catalogação de Monografias e Periódicos seguem-se para os cabeçalhos de autor as Regras Portuguesas de Catalogação, edição de 1986, a primeira parte: Determinação do Cabeçalho e Forma de Cabeçalho. Para a descrição bibliográfica utilizam-se as ISBD (edição consolidada) edição da Biblioteca Nacional de 2012; os registos são classificados pela Classificação Decimal Universal (CDU), tabela de autoridade, publicada pela Biblioteca Nacional em 2005. Outras bibliotecas seguem outras classificações: por exemplo a Faculdade de Direito usa uma classificação elaborada pela própria Faculdade, o Departamento de Matemática usa a MSC (Mathematics Subject Classification), na biblioteca das Engenharias usam a classificação INSPEC, etc. Quanto à indexação não se segue nenhum Tesaurus em particular, mas cada biblioteca usa a lista de assuntos da base Millennium.

A base Millennium tem atualmente cerca de 1 800 000 registos: na sua grande maioria recursos textuais, mas existem também recursos cartográficos, imagens estáticas e em movimento, registos sonoros, recursos eletrónicos, etc.

2.2.3 Recolha de dados

a) Universo e amostra

Para a realização do estudo de caso considerou-se o universo e delimitou-se a amostra.

Esta pesquisa foi elaborada com base numa listagem efetuada no dia 12 de junho de 2018, pela funcionalidade “Criar Listas” no Módulo de Catalogação do sistema Millennium da Universidade de Coimbra. A equação de pesquisa contém no campo título do registo bibliográfico “Amor de Perdição”. A pesquisa foi efetuada em todos os recursos catalogados no sistema Millennium existentes em todas as Bibliotecas da Universidade de Coimbra.

Chegou-se ao universo de 130 ocorrências do título, da qual se extraiu uma amostra de 128 (100%) ocorrências da obra “Amor de Perdição” de Camilo Castelo Branco. As duas que não foram consideradas não são a obra de Camilo Castelo Branco, embora apresentem essa expressão no título.

b) Critérios de seleção e caracterização dos conceitos em análise

Selecionou-se a obra “Amor de perdição” por ser o romance mais popular de Camilo Castelo-Branco e ter sido traduzido em várias línguas. Escolhemos também esta obra pelo facto de possuir várias instâncias, com edições sucessivas desde a primeira em 1862. As bibliotecas da Universidade de Coimbra têm traduções em inglês, francês e espanhol. É uma obra que tem muitos estudos literários produzidos sobre ela e é também estudada no Ensino Secundário. Conta ainda com adaptações teatrais e cinematográficas. Desta forma os conceitos de obra, instância, item e por comparação aos conceitos de obra, descrição bibliográfica e registo de exemplar podem ser observados.

Selecionaram-se os conceitos essenciais no modelo de dados BIBFRAME e os conceitos equivalentes no Catálogo Millennium:

- obra-instância-item: são as classes essenciais do BIBFRAME; a obra é o nível mais elevado de abstração, instância a incorporação da obra e item a cópia física da instância.
- obra, descrição bibliográfica e exemplar: são os conceitos equivalentes num catálogo bibliográfico. O conceito de obra pode ser conseguido através da junção do autor e do título, e poderia ser efetuado pela criação de um título uniforme, que na base Millennium não é feito para o “Amor de Perdição”; a descrição bibliográfica permite aceder a todas as publicações da obra; o registo de exemplar possibilita o acesso a todos os exemplares existentes nas várias bibliotecas.

Os conceitos BIBFRAME em comparação com os catálogos bibliográficos são apresentadas com recurso a um programa experimental de catalogação em BIBFRAME Reasonable Graph e com o módulo de catalogação Millennium e o Web Opac Millennium. São apresentadas em quadros comparativos e fluxogramas para melhor visualização.

O programa de catalogação Reasonable Graph que utilize o BIBFRAME não permite a gravação dos dados de forma permanente, nem assegura a pesquisa online. Devido a esse facto apresentamos as relações BIBFRAME com recurso a fluxogramas.

Os dados recolhidos através da listagem foram numa primeira fase apresentados numa tabela com a indicação do número de ocorrências da própria obra “Amor de Perdição”, em que sinalizamos as outras obras cujo assunto é a obra de Camilo Castelo Branco, também outra obra em que o assunto é Manoel de Oliveira (responsável pela adaptação ao cinema desta obra), o autor Camilo Castelo Branco como assunto, as traduções do “Amor de Perdição” e o drama musical baseado no “Amor de Perdição”.

3: Análise dos conceitos: obra, instância e item no BIBFRAME; obra, registo bibliográfico e registo de exemplar no Millennium.

3.1 Comparação do conceito de obra no BIBFRAME e obra no Millennium

Conforme podemos verificar na figura nº 9 existem 130 ocorrências de “Amor de Perdição” no título e que foram assinalados na listagem:

Listagem Millennium	Nº de documentos
“Amor de Perdição” no título	130
“Amor de Perdição” como Obra	92
“Amor de Perdição” como assunto	30
Camilo Castelo Branco como assunto	2
Traduções do “Amor de Perdição”	4
Manoel de Oliveira como assunto	1
Drama musical sobre “Amor de Perdição”	1
“Amor de Perdição” no título que não são a obra de Camilo Castelo Branco	2

Figura 9 - Listagem Millennium do "Amor de Perdição" (Fonte própria)

Podemos verificar que nesta listagem que 92 (72%) dos recursos são a obra “Amor de Perdição” do Camilo Castelo Branco.

3.1.1 Obra no BIBFRAME

Apresentamos na figura 10 a obra “Amor de Perdição” através da representação de um fluxograma e na figura 11 representação BIBFRAME através do Reasonable Graph:

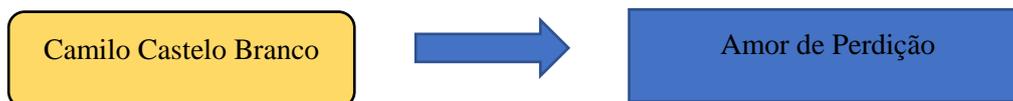


Figura 10 - Fluxograma obra e autor (Fonte própria)

The screenshot shows the 'Control field' section of a BIBFRAME record in Reasonable Graph. The 'Type of Work' is set to 'Monograph'. Under the 'Work Monograph' section, the 'Creator of Work (RDA 19.2)' is 'Author' with the name 'Castelo-Branco, Camilo (1825-1890)'. The 'Preferred Title for the Work (RDA 6.2.2)' is 'Amor de perdição : memórias de uma família'. Other fields include 'Variant Title for the Work (RDA 6.2.3)', 'Other Person, Family or Corp Assoc. (RDA 19.3)', 'Date of Work (RDA 6.4)', 'Place of Origin of the Work (RDA 6.5)', and 'Other Distinguishing Characteristic (RDA 6.6)'. The interface includes a top toolbar with 'save', 'Finalize', and 'tree' buttons.

Figura 11 - obra em BIBFRAME no Reasonable Graph

The screenshot shows the record page for 'Castelo-Branco, Camilo. Amor de perdição : memórias de uma família' in the Opac of Reasonable Graph. The page header includes navigation links for 'search', 'cataloging', and 'admin', along with 'Logout' and 'ReasonableGraph.org'. The record details show the 'Entity type' as 'Work' and the 'Author' as 'Castelo-Branco, Camilo (1825-1890)'. A placeholder for an image is shown with the text 'Image Not Available'. Below, the 'Manifestations of work' section lists 'Amor de perdição'.

Figura 12 - obra no Opac do Reasonable Graph⁸

⁸ Disponível em WWW (<https://bibframe.reasonablegraph.org/archive/item/799>) acesso em 28/10/2018

3.1.2 Obra no Millennium

Apresentamos a obra “Amor de Perdição” no sistema Millennium através de um fluxograma e através do Módulo de Catalogação e do OPAC.

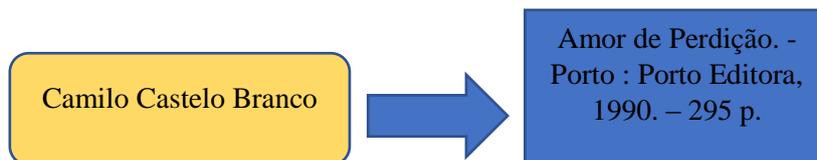


Figura 13 - Fluxograma Amor de Perdição no Millennium (Fonte própria)

Figura 14 - OPAC Millennium

Nível Modelo	BIBFRAME	Marc 21
Intelectual	1 obra	92 registos bibliográficos
	4 obras traduzidas	4 registos bibliográficos
Incorporação	92 instâncias	109 registos exemplar
	109 itens	

Figura 15 - Comparação BIBFRAME e Millennium (Fonte própria)

3.2 Comparação do conceito de instância e item no BIBFRAME e registo bibliográfico e registo de exemplar no Millennium

3.2.1 Instância e item no BIBFRAME

Apresentamos no fluxograma as 88 instâncias e os 101 itens da obra “Amor de Perdição” e na figura 17 o quadro com a representação das instâncias e itens:



Figura 16 - fluxograma obra instância e itens BIBFRAME (Fonte própria)

Obra	Instância	Item
Amor de perdição	Porto Editora, 1990 – 295 p.	1
	Europa-América, 2002 – 184 p.	1
	Ulisseia, 1991 - 225 p.	1
	Secretaria de Estado da Cultura, 1986 - 235 p.	2
	Porto Editora, 1986 - 295 p.	1
	Porto Editora, 2002 - 295 p.	1
	Ulisseia, 1993 - 225 p.	1
	Porto Editora, 1994 - 295 p.	1
	Ulisseia, 1996 - 225 p.	1
	Porto Editora, 1996 – 182 p.	1
	Real Gabinete Português de Leitura, 1983 – 645 p.	4
	Lello, 1982 – 175 p.	1
	Empresa Literária e Typographica, 18--? – 229 p.	1
	Livros Horizonte, 1981 – 186 p.	1
	Círculo de Leitores, 1984 – 186 p.	1

	Porto Editora, 1986 - 246 p.	1
	Porto Editora, 1981 - 295 p.	1
	Porto Editora, 1985 - 295 p.	1
	Porto Editora, 1961 - 246 p.	1
	Porto Editora, 1965 - 246 p.	1
	Porto Editora, 1966 - 246 p.	1
	Porto Editora, 1970 - 246 p.	2
	Porto Editora, 1975 - 271 p.	1
	Porto Editora, 1977 - 271 p.	2
	Porto Editora, 1978 - 271 p.	1
	Porto Editora, 1978 - 176 p.	1
	Porto Editora, 1979 - 271 p.	1
	Porto Editora, 1977 - 246 p.	1
	Porto Editora, 1978 - 246 p.	1
	Círculo de Leitores, 1980 – 163 p.	1
	Porto Editora, 1980 - 295 p.	1
	Lello, 1980 – 238 p.	2
	Europa-América, 1980 – 178 p.	1
	Círculo de Leitores, 1981 – 186 p.	1
	Círculo de Leitores, 1987 – 180 p.	1
	Europa-América, 1987 – 184 p.	2
	[s.n.], [19--?] – 248 p.	2
	Amigos do Livro, 1981 – 411 p.	1
	Só Livros, 1981- 411 p.	1
	Anagrama, 1983 – 226 p.	1
	Verbo, 1983 – 232 p.	1
	Porto Editora, 1983 - 246 p.	1
	Comunicação, 1983 – 327 p.	1
	Porto Editora, 1983 - 295 p.	1
	Porto Editora, 1984 - 293 p.	1
	Amigos do Livro, 1984 – 411 p.	1
	Ulisseia, 1985 – 225 p.	1

	Porto Editora, 1975 – 246 p.	1
	Porto Editora, 1966 – 132 p.	1
	Porto Editora, 2001 – 182 p.	1
	Domingos Barreiro, 1941 – 250 p.	1
	Difel, 2004 – 169 p.	1
	Porto Editora, 2004 – 295 p.	1
	Mediasat, 2004 – 413 p.	1
	Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2007 – 473 p.	3
	Porto Editora, 2006 – 228 p.	1
	Dom Quixote, 2006 – 223 p.	1
	Porto Editora, 2006 – 191 p.	1
	Caixotim, 2006 – 299 p.	1
	Oficina do Livro, 2008 – 230 p.	1
	Porto Editora, 2008 – 191 p.	1
	Biblioteca de Autores Independentes, 2010 – 200 p.	1
	Domingos Barreiro, 1934 – 272 p.	1
	Viúva Moré, 1864 – 267 p.	1
	Edi9- Sociedade Editorial Inovação, 2010 – 192 p.	1
	Book It, 2010 – 190 p.	1
	Porto Editora, 2010 – 191 p.	1
	Casa Editora Alcino Aranha, 1889 – 203 p.	1
	[s.n.], 1943 – 250 p.	1
	Porto Editora, 2011 – 288 p.	1
	Book It, 2011 – 190 p.	1
	Sistema Solar, 2012 – 245 p.	1
	Porto Editora, 2012 – 191 p.	1
	Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012 – 205 p.	1
	Lidel, 2013 – 60 p.	1
	Magalhães e Moniz, 1911 – 229 p.	1
	Civilização, 2013 – 159 p.	1
	Porto Editora, 2014 – 190 p.	1
	N. Moré, editor, 1862 – 249 p.	2

	11x17, 2015 – 231 p.	1
	Porto Editora, 2016 – 204 p.	1
	Texto Editora, 2016 – 70 p.	1
	Guerra e Paz, 2016 – 207 p.	1
	Bis, 2016 – 221 p.	1
	Alêtheia, 2016 – 166 p.	1
	Companhia Portuguesa Editora, 1917 – 229 p.	1
	Porto Editora, 2017 – 190 p.	1
	11x17, 2017 – 231 p	1

Figura 17 - Instâncias e itens do Amor de Perdição (Fonte própria)

Na figura 18 apresentam-se as 3 obras “Amor de perdição” traduzidos:

Obra	Instância	Item
Amour de perdition	Actes Sud, 1984 – 251 p.	2
Doomed love	Gávea-Brown, 2000 – 165 p.	3
Amor de perdición	Thomas Nelson and Sons, 1916 – 288 p.	2
	Espasa- Calpe, 1946 – 222 p.	1

Figura 18- traduções do Amor de Perdição (Fonte própria)

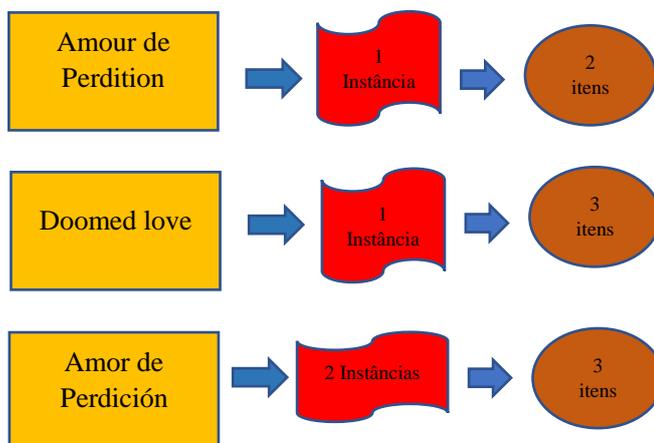


Figura 19 - Fluxograma das traduções "Amor de Perdição" (Fonte própria)

No fluxograma a representação das traduções do “Amor de Perdição” em Millennium:

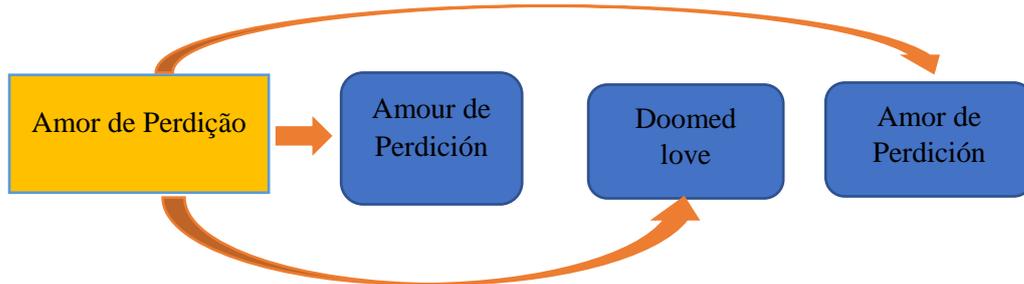


Figura 20 - Fluxograma das traduções "Amor de Perdição" (Fonte própria)

3.2.2 Registos bibliográficos e registos de exemplar no Millennium

Apresentamos um fluxograma com a representação dos registos bibliográficos e registos de exemplar para representar as ocorrências do “Amor de Perdição” na base Millennium.

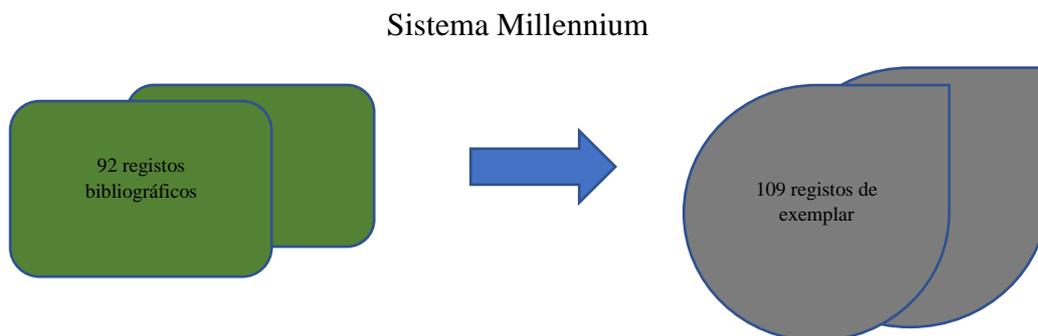


Figura 21 - Fluxograma "Amor de Perdição" Millennium (Fonte própria)

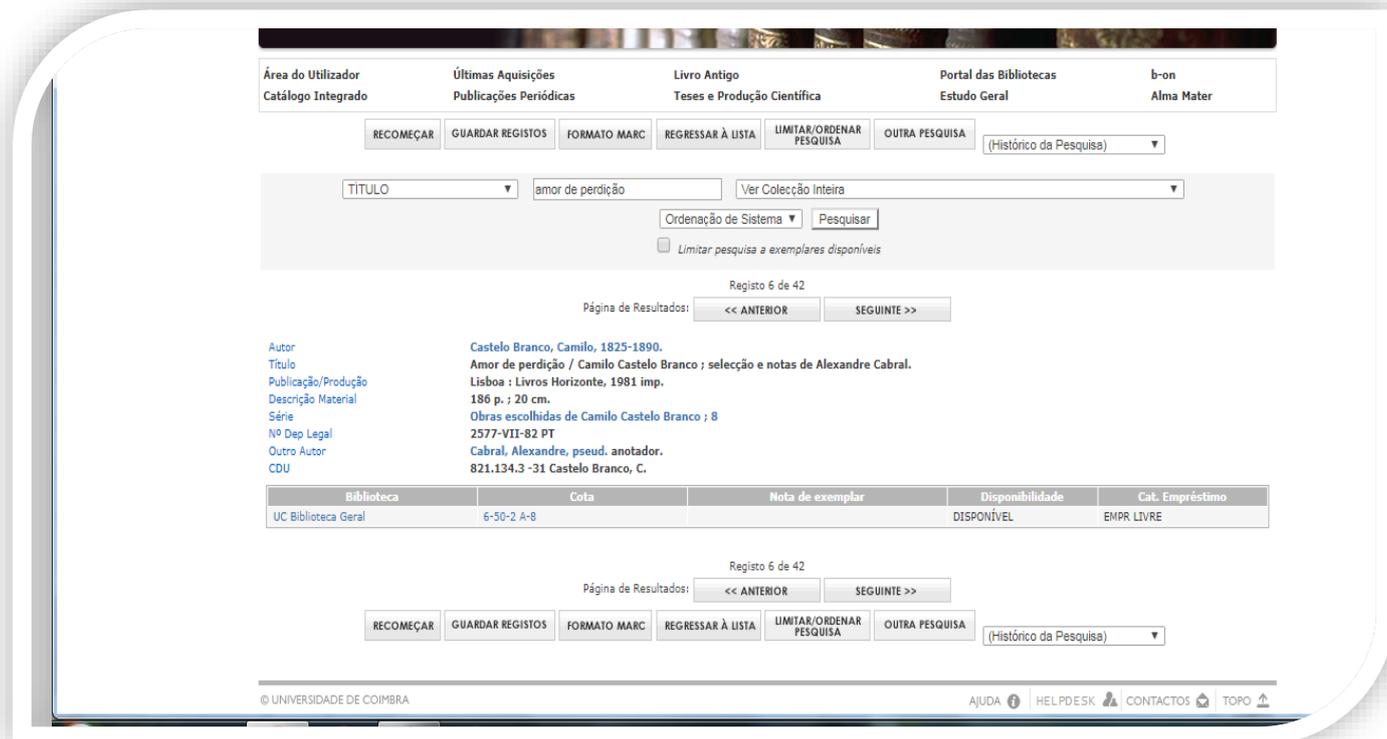


Figura 22 - Amor de perdição no Millennium

3.3 Relação obra-autor-assunto no BIBFRAME e Catálogo Millennium

3.3.1 Relação obra-autor-assunto no BIBFRAME

a) Relação obra com autor

Apresentamos na figura 18 os 26 autores e as 26 obras relacionadas com a obra “Amor de Perdição”:

Obra	Autoridade
Amor de perdição	Camilo Castelo Branco
Azul de Perdição : pinturas sobre papel para “Amor de perdição” de Camilo Castelo Branco	Ilda David
“Amor de perdição” de Camilo Castelo Branco : 11º ano	Isabel Castro
“Amor de perdição” de Camilo Castelo Branco : 11º ano	Carlos Reis

Camilo e o “Amor de perdição”	Oldemiro César
“Amor de perdição” : novela camiliana	M. Azevedo
“Amor de perdição” de Camilo Castelo Branco : 11º ano	Maria da Conceição Coelho
Technique et signification de “Amor de perdição”	R. A. Lawton
Duas notas à margem do “Amor de perdição”	J. J. Dias Marques
As traduções de “Amor de perdição”	Gustavo de Ávila Peres
Uma figura de Camilo no “Amor de perdição”	Luís A. de O. Ramos
“Amor de perdição” de Camilo Castelo Branco	António Afonso Borregana
Para uma leitura do “Amor de perdição” de Camilo Castelo Branco	Ana Paula Dias
Estudo comparado sobre duas tragédias amorosas : o sonho do Pavilhão Vermelho e “Amor de perdição”	Suo Ying Wang
Recepção crítica do “Amor de perdição” de Manuel de Oliveira	Fausto Cruchinho
“Amor de perdição” : drama musical	A. S. Ribeiro
Romantismo e realismo no “Amor de perdição”	M. A. F. M. Monteiro
Todo o amor é “Amor de perdição”	L. F. Rebelo
Adaptação cinematográfica do “Amor de perdição”	Georges Pallu
“Amor de perdição” de Camilo Castelo Branco	Maria de Castro Afonso
Notas sobre “Amor de perdição”	Alberto Pimentel
Caderno auxiliar de leitura	António Bragança
Narrativa literária	Maria do Rosário Belo

“Amor de perdição” de Camilo Castelo Branco : ficha de leitura	Maria Aliete Galhoz
“Amor de perdição” de Camilo Castelo Branco	A. Eusébio
“Amor de perdição” de Camilo Castelo Branco	Conceição Jacinto
Narrativa literária	Maria do Rosário Belo

Figura 23 - obras relacionadas com "Amor de Perdição" (Fonte própria)

b) Relação obra-assunto

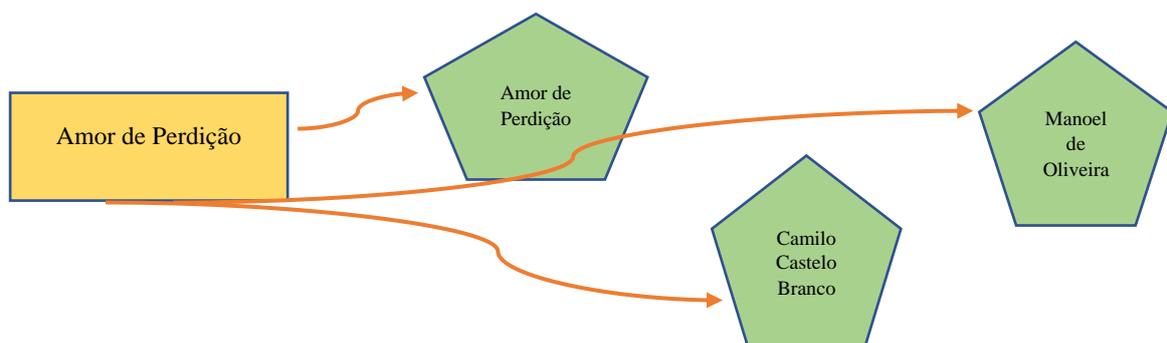


Figura 24 - Fluxograma das obras relacionadas com "Amor de Perdição" (Fonte própria)

Apresenta-se na figura 25 as relações entre a obra “Amor de Perdição” e as obras relacionadas. E essas obras relacionadas com os autores respetivos e com os assuntos. Foi feita a representação esquemática de apenas 16 obras relacionadas com a obra “Amor de Perdição” para melhor visualização.

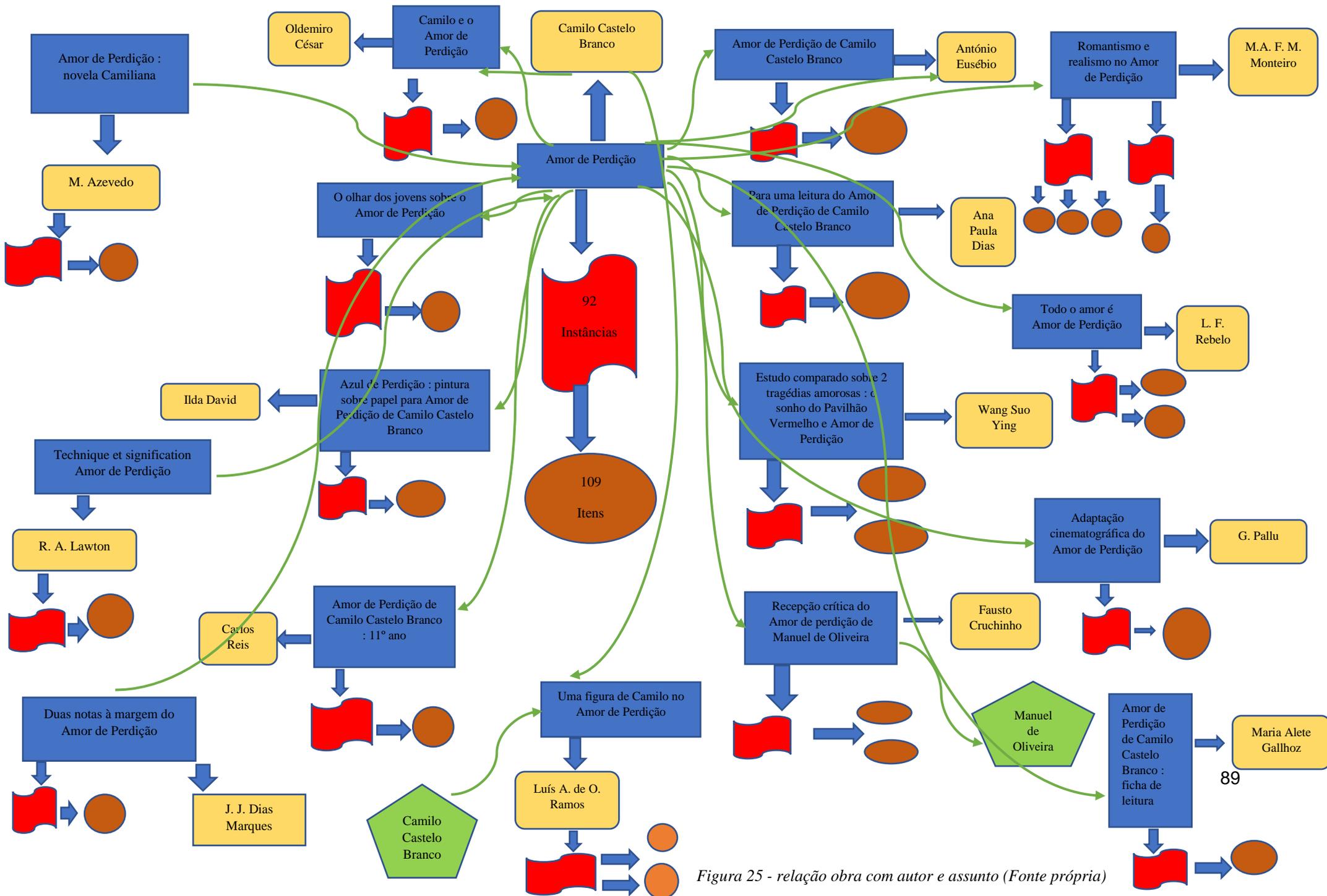


Figura 25 - relação obra com autor e assunto (Fonte própria)

No fluxograma anterior que representa as relações entre obra, autor e assunto foram utilizadas as seguintes formas:

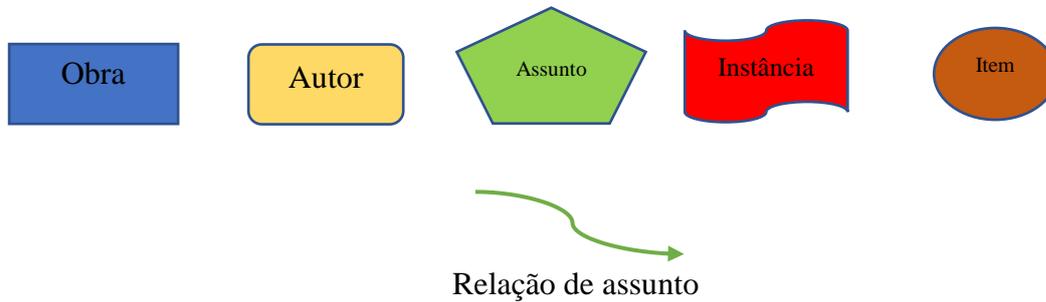


Figura 25 - Legenda do fluxograma da figura 25 (Fonte própria)

3.3.2 Relação obra-autor-assunto no Millennium

a) Relação obra-autor

Obra relacionada com “Amor de Perdição” no Módulo de Catalogação

Millennium:

Língua	por Português	Data Cat	30-03-2015	Cód Bib 3	
Ignorar	0	Nível Bib	m MONOGRAFIA	País	po Portugal
Biblioteca	ucbg UC Biblioteca Geral	Tipo Material	a MATERIAL TEXTUAL		

MARC Leader #####nam 22##### i 4500
 Misc. 008 150330s2014 po a gr 000 0 por c
 N.º Depósito Legal 017 372706/14|bPT
 CDU 080 75David, I.|2BN|zpor
 Autor 100 1 David, Ilda,|d1955-
 Título 245 1 0 Ilda David'|:|b
 azul de perdição : pinturas sobre papel para Amor de Perdição de Camilo Castelo Branco /|ctexto de Jorge Vaz de Carvalho.
 Publicação 260 Lisboa :|bGiefarte,|c2014.
 Descrição 300 53, [3] p. :|bil. ;|c24 cm.
 Nota 500 Ed. publicada por ocasião da exposição "Azul de Perdição, de Ilda David", realizada na Giefarte, de 20 de Março a 13 de Maio de 2014.
 Assunto 600 1 7 David, Ilda,|d1955-|xobra. |2UCBG
 Outro Autor 700 1 Carvalho, Jorge Vaz de,|4aut
 Misc. 907 0 0 |ffsc|i150330
 Misc. 907 0 0 |fbpc|g150402

Figura 26 - obra relacionada no Millennium

A mesma obra no Web Opac do SIB.UC.

SIB CATÁLOGO
Bibliotecas da Universidade de Coimbra

Área do Utilizador: Catálogo Integrado | Últimas Aquisições: Publicações Periódicas | Livro Antigo: Teses e Produção Científica | Portal das Bibliotecas: Estudo Geral | b-on: Alma Mater

RECOMEÇAR | GUARDAR REGISTOS | FORMATO MARC | OUTRA PESQUISA | (Histórico da Pesquisa)

TÍTULO: Ilda david azul de perdição | Ver Colecção Inteira | Ordenação de Sistema

Pesquisar

Limitar pesquisa a exemplares disponíveis

Página de Resultados: << ANTERIOR | SEGUINTE >>

Autor
David, Ilda, 1955-
Título
Ilda David' : azul de perdição : pinturas sobre papel para Amor de Perdição de Camilo Castelo Branco / texto de Jorge Vaz de Carvalho.
Publicação/Produção
Lisboa : Giefarte, 2014.
Descrição Material
53, [3] p. : il. ; 24 cm.
Nota
Ed. publicada por ocasião da exposição "Azul de Perdição, de Ilda David", realizada na Giefarte, de 20 de Março a 13 de Maio de 2014.
Nº Dep Legal
372706/14 PT
Outro Autor
Carvalho, Jorge Vaz de, autor.
Assunto
David, Ilda, 1955- -- obra.
CDU
75David, I.

Requisitar	Biblioteca	Cota	Nota de exemplar	Disponibilidade	Cat. Empréstimo
REQUISITAR	UC Biblioteca Geral	10-(1)-16-20-16		DISPONÍVEL	NÃO AUTORIZADO

Página de Resultados: << ANTERIOR | SEGUINTE >>

RECOMEÇAR | GUARDAR REGISTOS | FORMATO MARC | OUTRA PESQUISA | (Histórico da Pesquisa)

Figura 27 - obra relacionada no WEB Opac

b) Relação obra-assunto

Uma obra com assunto Amor de Perdição e Manuel de Oliveira no Módulo de catalogação Millennium:

The screenshot shows the Millennium cataloging interface. The main area displays a list of fields and their values for a record with ID b16050576. The subject 'Amor de Perdição' is highlighted in blue. The interface includes a sidebar with navigation icons and a top toolbar with various actions like 'Inserir', 'Excluir', 'Ver', etc.

Field	Value
Fonte Cat.	001
Misc.	008
Nº Depósito Legal	017
Número Normalizado	020
CDU	080
CDU	080
Autor	100 1
Titulo	245 1 0
Publicação	260
Descrição	300
Série	440 0
Nota	504
Assunto	650 4
Assunto	650 4
Assunto	600 17
Assunto	630 07
Outro Autor	700 1

Figura 28 - assunto "Amor de Perdição" no Millennium

Mesma obra no Web Opac do SIB.UC:

The screenshot shows the Web Opac interface. The search results for 'Amor de Perdição' are displayed. The interface includes a search bar, a list of search options, and a table of search results. The search results table shows the following information:

Field	Value
Autor	Belo, Maria do Rosário Leitão Lupi, 1963-
Titulo	Narrativa literária e narrativa fílmica : o caso de Amor de Perdição / Maria do Rosário Leitão Lupi Bello ; pref. de Vitor Aguiar e Silva.
Edição	2ª ed.
Publicação/Produção	[Lisboa] : Fundação Calouste Gulbenkian : Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2008.
Descrição Material	492 p. ; 23 cm.
Série	Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas
Bibliografia	Bibliografia: p. 447-469.
ISBN	9789723110999
Nº Dep Legal	285733/08 PT
Outro Autor	Silva, Vitor Manuel de Aguiar e, 1939-, autor da introdução, etc..
Assunto	Narratologia -- cinema. Cinema e literatura. Pallu, Georges -- obra. Ribeiro, António Lopes, 1908-1995 -- obra. Oliveira, Manuel de, 1908-2015 -- obra. Castelo Branco, Camilo, 1825-1890 -- obra. Amor de Perdição.
CDU	791.43:82 821.134.3 -31 Castelo Branco, C. .09

At the bottom of the page, there is a table with the following columns: Requisar, Biblioteca, Cota, Nota de exemplar, Disponibilidade, and Cat. Empréstimo.

Requisar	Biblioteca	Cota	Nota de exemplar	Disponibilidade	Cat. Empréstimo
REQUISITAR	UC Biblioteca Geral	9-(1)-6-32-27		DISPONÍVEL	EMPR LIVRE

Figura 29 - obra com assunto "Amor de Perdição" no Web Opac

3.4 Apontar as ligações da obra “Amor de Perdição” na WEB.

Ligação do autor Camilo Castelo Branco com o VIAF como podemos ver no Reasonable Graph:

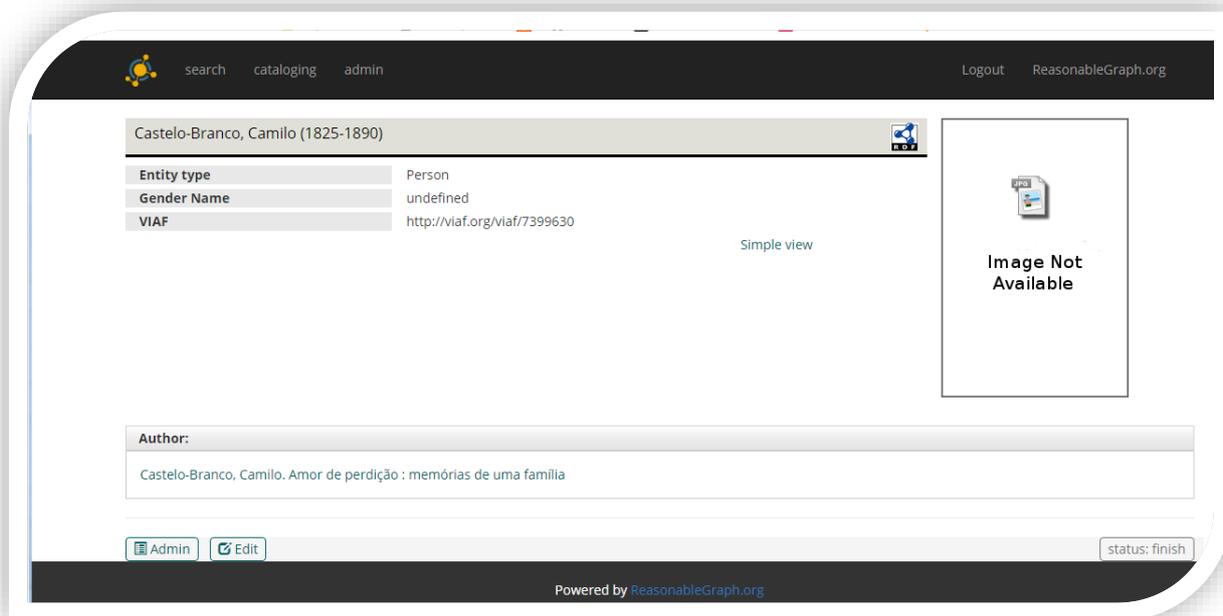


Figura 30 - ligação ao VIAF no Reasonable Graph⁹

⁹ Disponível em WWW (<https://bibframe.reasonablegraph.org/archive/item/797?dv=1>) acesso 13/11/2018.

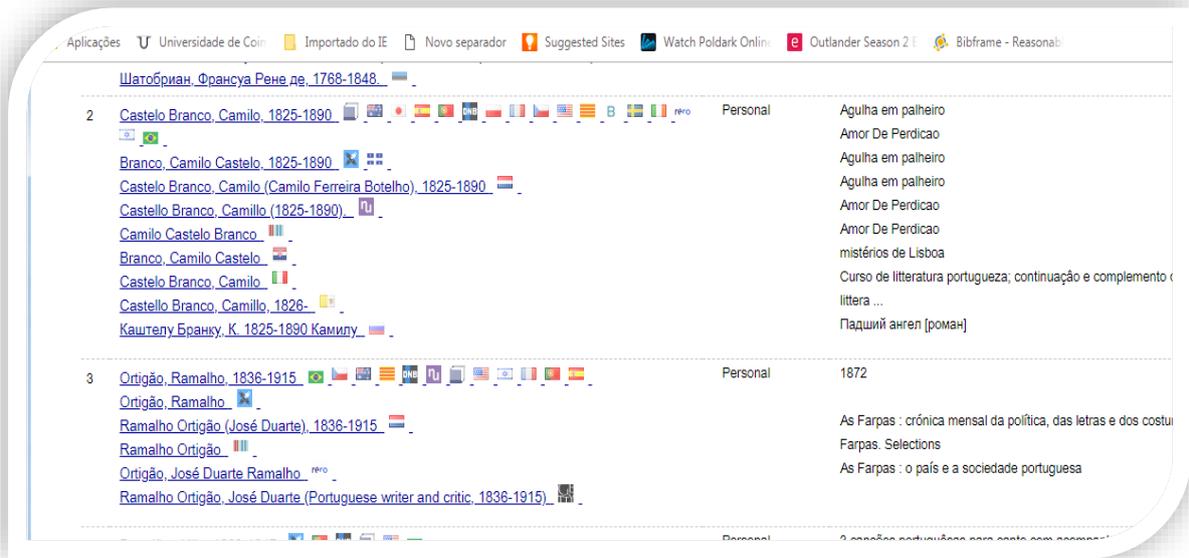


Figura 31 - representação da forma do nome de Camilo Castelo Branco no VIAF¹⁰

A obra “Amor de Perdição” no Reasonable Graph com a manifestação da obra:

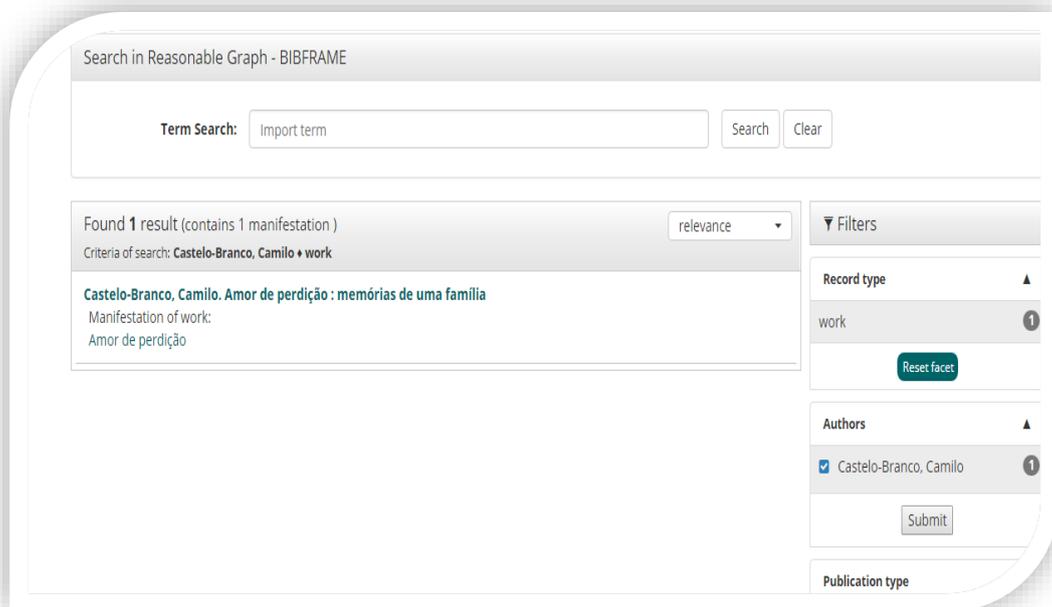


Figura 32 - manifestação do Amor de Perdição no Reasonable Graph¹¹

¹⁰ Disponível em WWW (http://viaf.org/viaf/7399630/#Castelo_Branco,_Camilo,_1825-1890) acesso em 13/11/2018.

¹¹ Disponível em WWW (<https://bibframe.reasonablegraph.org/archive/item/798?dv=1>) acesso em 13/11/2018.

As pesquisas em título, autor e assunto no Web Opac do SIIB Catálogo da Universidade de Coimbra têm que ser feitas por cada uma das expressões de pesquisa:

Para pesquisar:

Autor - Castelo Branco, Camilo

Título – Amor de Perdição

Assunto – Amor de Perdição

Desta forma terei acesso aos resultados destas pesquisas e as respetivas ocorrências.

Da mesma forma no módulo de catalogação do Millennium o sistema de pesquisa é idêntico.

As pesquisas feitas num catálogo bibliográfico são feitas por autor, título e assunto e apresentam os resultados da pesquisa sem possibilidade de ligações complementares.

4. Apresentação e discussão dos resultados: conceitos de obra, instância e item no BIBFRAME e obra, registo bibliográfico e registo de exemplar no Millennium

4.1 Obra no BIBFRAME e Millennium

Na visualização do Reasonable Graph utilizando o BIBFRAME aparece a entidade Obra e o Autor. No ecrã as manifestações ou instâncias da obra “Amor de Perdição”. A obra é introduzida apenas uma vez e as instâncias são introduzidas uma a uma.

No caso do Millennium a obra é introduzida no campo título e o autor também. As várias publicações são introduzidas uma a uma, introduzo 92 registos bibliográficos com o campo de autor e o título.

O BIBFRAME apresenta o conceito de “obra”. Ao introduzirmos o título “Amor de Perdição” num programa experimental que utiliza este modelo foi apenas necessário fazer essa representação uma única vez. As instâncias da obra é que tiveram de ser introduzidas uma a uma.

A definição do conceito de obra é: o nível mais elevado de abstração, reflete a essência do recurso catalogado: inclui o autor, língua e assunto. É apenas necessário introduzir uma vez a obra concetual na base Reasonable Graph: o título e o autor.

No Millennium o conceito de obra não está estabelecido, um registo bibliográfico completo em MARC 21 não corresponde ao conceito de obra, pois o registo é um todo com título, autor, assunto, editor, local e data de publicação, formato, etc. e torna-se necessário repetir todos estes campos para cada nova ocorrência do documento “Amor de Perdição”. O registo bibliográfico em MARC 21 não apresenta um campo específico com o mais alto nível de abstração.

4.2 Instância e item no BIBFRAME e descrição bibliográfica e registo de exemplar

No caso do Reasonable Graph utilizando o BIBFRAME introdução das instâncias e itens da mesma forma que introduzimos os registos bibliográficos com a zona da publicação, descrição física, etc. e introdução de registos de exemplar. O procedimento para os dois sistemas é idêntico, só não temos de repetir o campo título e autor no caso do BIBFRAME.

A definição de “instância” em BIBFRAME é incorporação material individual. Reflete o editor, local e data de publicação e formato. Introduzimos as 92 instâncias que correspondem à obra “Amor de Perdição”. A definição de item é: cópia física da instância e apresenta a localização física ou eletrónica. No caso abordado introduzimos os 109 itens. Demonstrámos que estes conceitos estão presentes no BIBFRAME.

No catálogo Millennium introduzimos os 92 registos bibliográficos e os 109 registos de exemplar: os registos bibliográficos correspondem às instâncias e os registos de exemplar correspondem aos itens.

4.3 Relação obra-autor-assunto no BIBFRAME e registos Millennium

Introduzimos em Reasonable Graph usando o BIBFRAME as 26 obras relacionadas com a obra “Amor de Perdição” e os autores de cada uma das obras.

Em relação aos assuntos, eles são 3 relacionados com a obra “Amor de Perdição”.

As obras relacionadas com “Amor de Perdição” consideram-se novas obras. Cada uma delas tem que ser introduzida ao nível de obra, instância e item. Podemos fazer a relação com a obra “Amor de Perdição” introduzindo no campo assunto e desta forma relacionar as duas obras. Cada um dos autores das novas obras são introduzidos no Reasonable Graph usando o BIBFRAME, mas existe uma ligação com a obra “Amor de Perdição” tornando possível a ligação.

A relação obra-autor no Millennium só aparece no campo título, não existe um ponto de acesso para a obra “Amor de Perdição”.

A relação obra-assunto é possível introduzindo a obra “Amor de Perdição” no campo assunto (630 no Marc 21).

4.4 Relação da obra “Amor de Perdição” na WEB

Em Reasonable Graph com o BIBFRAME conseguimos fazer ligações na WEB.

Usando os URI na entidade obra permite fazer ligações em rede com outros URI's, por exemplo com o URI para o autor que até pode estar armazenado noutra local na rede WEB, mas a utilização de URI's permite a ligação.

Em relação aos autores podemos fazer a ligação ao Ficheiro de Autoridade Virtual e determinar a forma do nome do Autor. Posso fazer ligação à Wikipédia e descobrir o que está descrito sobre um determinado autor.

No sistema é possível de fazer ligações na WEB.

As ligações da obra “Amor de Perdição” estabelecidas na Web enriquecem as informações fornecidas aos utilizadores. É possível fazer ligação ao VIAF, estabelecendo

a Forma do Nome mais usual e de que forma está estabelecida a Forma do Nome nos vários países. Existe ligação à Wikipédia podendo fornecer informações sobre a contextualização da obra e do autor.

No catálogo Millennium é possível apresentar ligações para o texto digitalizado da obra. Tal acontece no caso de a Biblioteca decidir salvaguardar o seu património e não pretender dar acesso ao livro em papel. O registo MARC 21 dispõe de um campo para que essa ligação se efetue. Mas neste caso são as únicas ligações Web permitidas.

Conclusão

O objetivo principal de um catálogo bibliográfico consiste em facultar ao utilizador a localização e o acesso aos recursos que pesquisou e dos quais necessita para colmatar uma necessidade de informação. Ao analisar as recentes regras e documentos emanados do universo biblioteconómico observou-se que novos conceitos emergiram e outros foram reequacionados, como é o caso de obra. Embora não constituindo um novo conceito este foi revisto à luz dos novos modelos de representação da informação, como: FRBR, RDA e BIBFRAME. Este conceito apresenta-se como noção chave e dele derivam os restantes conceitos numa gradação de relevância: obra, manifestação, expressão (instância no caso do BIBFRAME) e item. O nosso objetivo foi perceber se o conceito de obra existe num catálogo informatizado tradicional, sem dados ligados e embora pesquisável na Web através dos OPAC, mas não dispondo das ligações que se estabelecem na Web Semântica.

Refere-se, desde já, que os objetivos deste estudo foram cumpridos. Em relação ao primeiro objetivo, este passava por comparar o conceito de obra no modelo de dados ligados usando o modelo BIBFRAME e o conceito de obra no Millennium. Através da utilização do Reasonable Graph, que utiliza o modelo BIBFRAME, concluímos que este apresenta o conceito de obra como nível mais elevado de abstração e que este conceito se encontra no cimo da cadeia hierárquica deste modelo de dados. Já o catálogo Millennium usando o Marc 21 não apresenta hierarquicamente o conceito de obra como nível mais elevado de abstração, os vários campos estão todos no mesmo nível. O Millennium é construído como um catálogo tradicional em que existe uma entrada para cada recurso bibliográfico.

Sobre o segundo objetivo, comparar os conceitos de instância e item no BIBFRAME e descrição bibliográfica e registo de exemplar no Millennium, conclui-se que o conceito de instância corresponde à descrição bibliográfica. É necessário introduzir no Reasonable Graph as instâncias e no Marc 21, sistema Millennium, as descrições bibliográficas com o mesmo número de ocorrências. O item BIBFRAME corresponde ao registo ao exemplar no sistema Millennium. Estamos perante conceitos equivalentes em BIBFRAME e Marc 21.

Do terceiro objetivo, estabelecer as relações obra-autor-assunto no BIBFRAME e no Millennium, foi concluído que na relação obra-autor existem outros autores relacionados

com a obra “Amor de Perdição”. Estas obras são por sua vez novas obras, embora com relação com a obra “Amor de Perdição” e estes autores estão relacionados com o autor Camilo Castelo Branco. Podemos concluir que em BIBFRAME a ligação da obra-autor é possível.

Utilizando o Marc 21 a ligação da obra “Amor de Perdição” com os autores relacionados não é possível. No registo Marc 21 para “Amor de Perdição” não podemos introduzir autores relacionados.

A relação obra-assunto no BIBFRAME é possível acrescentando esses assuntos no registo da obra “Amor de Perdição”

A ligação obra “Amor de Perdição” com os vários assuntos é possível criando campos de assunto em Marc 21 na base Millennium.

O quarto objetivo era demonstrar as ligações da obra “Amor de Perdição” na Web semântica. Ficaram demonstradas estas ligações ao VIAF no Reasonable Graph com a representação da forma do nome de Camilo Castelo Branco no VIAF e ligações às várias manifestações do Amor de Perdição no Reasonable Graph. Além disto, as ligações na Web semântica são possíveis. Um dos objetivos do modelo BIBFRAME é que se produzam essas ligações.

Em relação à base Millennium estas ligações na Web não são possíveis pois não usa um sistema de dados ligados.

Observámos várias limitações e dificuldades neste estudo:

- não foi possível demonstrar que o conceito de obra existente no modelo BIBFRAME também se aplica a instâncias sem serem recursos textuais. Poderíamos fazê-lo por exemplo para as adaptações cinematográficas do “Amor de Perdição”. Tal não foi possível por não dispormos destes recursos disponíveis nas bibliotecas da Universidade de Coimbra e por esse facto a sua representação no modelo BIBFRAME sair do âmbito dos recursos da amostra estabelecida para este estudo;
- outra limitação foi não termos conseguido estabelecer no modelo BIBFRAME se consideramos as traduções do “Amor de Perdição” como novas obras ou se consideramos instâncias da obra “Amor de Perdição”;

- por último menciona-se como limitação encontrar um Programa para testar o modelo BIBFRAME. O Programa Reasonable Graph, como se referiu é um programa experimental que não permitiu a gravação dos dados. Existem outros programas que transpõem os dados do Marc 21 para BIBFRAME, mas necessitam de um servidor ao qual não temos acesso. Existem bibliotecas que apresentam os dados em BIBFRAME (por exemplo a Biblioteca do Congresso e a Deutschen Nationalbibliothek) mas a obra “Amor de Perdição” não consta dessas bases, pelo que não foi possível fazer a exemplificação.

Quanto aos contributos que este trabalho pode trazer ao campo da Ciência da Informação podemos referir que ao fazermos a avaliação da importância e vantagens de um sistema de dados ligados, de que o modelo BIBFRAME é um exemplo, estamos a contribuir para que as bibliotecas da Universidade de Coimbra ponderem atualizar o sistema Millennium para um sistema que use as potencialidades da Web Semântica.

A sistematização da noção de obra a nível teórico como conceito chave nas FRBR, RDA e BIBFRAME e a sua aplicação ao caso concreto do “Amor de Perdição” é também um contributo para o campo da Ciência da Informação. Esta hierarquização de conceitos: obra, expressão, manifestação (ou instância) e item não está ainda presente nos catálogos atuais das bibliotecas portuguesas, como ficou demonstrado para a base Millennium. Os conceitos de título, autor, assunto, descrição física, pontos de acesso, etc. encontram-se todos ao mesmo nível de importância.

Como campo de trabalho futuro poderemos referir que este estudo do modelo BIBFRAME está ainda numa base muito concetual e seria interessante analisar a passagem do Marc 21 para o BIBFRAME: como fazer a transposição de campos e subcampos do Marc21 para o BIBFRAME e entender as modificações que é necessário efetuar. Da mesma forma a nível operacional fazer o tratamento dos recursos bibliográficos diretamente no modelo BIBFRAME e tomar conhecimento de todas as potencialidades deste modelo. A nível profissional espero que esta opção de catalogar recursos num sistema de dados ligados se venha a concretizar rapidamente.

A avaliação do interesse do utilizador pelos resultados dum sistema de dados ligados é um campo a estudar. Conforme é referido logo no início dos Princípios de Catalogação da IFLA o primeiro princípio é: Conveniência do utilizador (usuário). As decisões relativas à descrição e a formas controladas dos nomes para acesso devem ocorrer tendo

em conta o utilizador (usuário). (Associations & Angeles, 2009, p. 2). Se a adoção dum modelo de dados ligados for uma mais valia para o utilizador deverá ser utilizada nos Web Opac para pesquisa da informação existente nas nossas bibliotecas.

Outro campo de trabalho a percorrer seria fazer um estudo semelhante para as entidades do Grupo 2 das FRBR: Pessoa e Coletividade; e também para as entidades do Grupo 3 da FRBR: conceito, objeto, evento e lugar. Além disto seria interessante comparar a sua importância num sistema de dados ligados e num sistema tradicional, já que, tanto quanto sabemos, a nível de indexação a importância de um modelo de dados ligados não foi ainda testada nas bibliotecas portuguesas.

BIBLIOGRAFIA

- A. H. Chaplin, D. A. (Ed.). (1963). International Conference on Cataloguing Principles. In *International Conference on Cataloguing Principles, Paris, 9th-18th October, 1961 : report* (p. 293 p.). London: International Federation of Library Associations.
- ABC-Clio. (n.d.). Manifeststion. Retrieved November 10, 2017, from www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_m.aspx
- Alvarado Salazar, A. (2016). Descubriendo los modelos de datos interconectados : BIBFrame. *E-Ciencias de La Informació*, 6(2), 1–20. <http://doi.org/DOI:> <http://dx.doi.org/10.15517/eci.v6i2.25275>
- Anhalt, J. A., & Stewart, R. (2012). RDA simplified. *Cataloging & Classification Quarterly*, 50, 33–42. <http://doi.org/10.1080/01639374.2011.615378>
- Associations, L., & Angeles, L. (2009). Statement of International Cataloguing Principles. In *Library* (Vol. 90, pp. 1–15). <http://doi.org/10.1063/1.2958287>
- Berners-Lee, T., & Fischetti, M. (2000). *Weaving the Web : the original design and ultimate destiny of the World Wide Web by its inventor*. New York: HarperCollins.
- Cabral, A. (2003). Amor de Perdição. In *Dicionário de Camilo Castelo Branco* (2ª ed., re, pp. 38–40). Caminho.
- Carpenter, M. (1981). *Corporate authorship : its role in Library Cataloguing*. (G. Press, Ed.). Westpor.
- Coyle, K. (2016). *FRBR : before and after : a look at our bibliographic models*. Chicago: American Library Association.
- Cutter, C. A. (1904). *Rules for a dictionary catalog* (4th ed., r). Washington: Government Printing Office.
- Danskin, A. (2009). 5JSC/RDA/Objectives and Principles/Rev/3. In *RDA — Resource Description and Access Objectives and Principles* (pp. 1–5).
- Guerrini, M., & Possemato, T. (2013). Linked data: a new alphabet for the semantic web. *JLIS.It*, 4(1). <http://doi.org/10.4403/jlis.it-6305>
- Guerrini, M., & Possemato, T. (2016). From Record Management to Data Management: RDA and New Application Models BIBFRAME, RIMMF, and OliSuite/WeCat. *Cataloging & Classification Quarterly*, 54(3), 179–199. <http://doi.org/10.1080/01639374.2016.1144667>
- Hanson, E. R., & Daily, J. E. (1970). Catalogs and cataloging. In *Encyclopedia of Library and information Science* (pp. 242–305). Marcel Dekker.
- IFLA. (2004). *Directrices para Registros de Autoridad y Referencias*. (S. G. TÉCNICA & S. G. de I. y Publicaciones, Eds.). [S.l.].
- IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. (2008). *Requisitos funcionais dos registos bibliográficos : relatório final*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

- Joint Steering Committee for development of RDA. (2010). *RDA : Resource Description and Access*. Chicago: American Library Association.
- Knight, F. T. (2009). Cataloguing Rules! The Road to RDA. *Toronto Association of Law Libraries*, 28(2/3), 1–6.
- Lapa, A. L. S. (1990). *As funções do catálogo de autores e títulos*. Universidade de Coimbra.
- Le Boeuf, P. (2003). Brave new FRBR World. In K. G. Saur (Ed.), *IFLA Meeting on Experts on an International Cataloguing Code* (p. 41). München.
- Library, M. C. C. L. C., & Kroeger, A. J. (2016). Hello BIBFRAME 2.0: Changes from 1.0 and Possible Directions for the Future. Retrieved from <http://digitalcommons.unomaha.edu/crisslibfacproc>
- Library of Congress. (n.d.). Overview of the BIBFRAME 2. Retrieved March 13, 2018, from <https://www.loc.gov/bibframe/docs/bibframe2-model.html>
- Library of Congress. (2011). *Library of Congress Bibliographic Framework Initiative General Plan*.
- Machado, Álvaro Manuel, organização e direção. (1996). Castelo Branco, Camilo. In *Dicionário de Literatura Portuguesa* (1ª ed., pp. 112–115). Presença.
- Madison, O. M. A. (2005). The Origins of the IFLA Study on Functional Requirements for Bibliographic Records. *Cataloging & Classification Quarterly*. <http://doi.org/10.1300/J104v39n03>
- Miller, E., Ogbuji, U., Mueller, V., & MacDougall, K. (2012). Bibliographic Framework as a Web of Data: Linked Data Model and Supporting Services
- Mohn, E. (2017). Semantic Web. In *Salem Press Encyclopedia of Science*. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=ers&AN=87323271&site=eds-live>
- Oliver, C. (2010). *Introducing RDA : a guide to the basics*. London: Facet Publishing.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ranganathan, S. R. (1971). *Heading and canons : comparative study of five catalogue codes*. (U. M. Limited, Ed.) (Reprinted). [S.l.].
- Riva, P., Le Boeuf, P., & Žumer, M. (2016). *FRBR-Library Reference Model*. Den Haag.
- Riva, P., & Oliver, C. (2012). Evaluation of RDA as an Implementation of FRBR and FRAD. *Cataloging & Classification Quarterly*, 50, 564–586. <http://doi.org/10.1080/01639374.2012.680848>
- Smiraglia, R. P. (2001). *The nature of "Work": implications for the organization of Knowledge*. Lanham: Scarecrow Press.
- Spedalieri, G. (2007). *Catalogación de monografías impresas*. (Alfagrama, Ed.). Buenos Aires.
- Sprochi, A. (2016). Where Are We Headed? Resource Description and Access, Bibliographic

Framework, and the Functional Requirements for Bibliographic Records Library Reference Model. *International Information & Library Review*, 48(2), 129–136.

<http://doi.org/10.1080/10572317.2016.1176455>

Svenonius, E. (2001). *The intellectual foundation of information organization*. (T. M. Press, Ed.). Cambridge.

The International Conference on Cataloguing Principles. (1961). Statement of Principles.

Wilson, P. (1968). *Two kinds of power : an essay on bibliographic control*. (U. of California, Ed.). Berkeley.